



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

Frederico Nicolau Cesarino

DO OUTRO LADO DO RIO

Tradições e modernidades entre os pescadores artesanais do bairro
Mauzinho, em Manaus - AM

**Manaus – AM
2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PPGS

FREDERICO NICOLAU CESARINO

DO OUTRO LADO DO RIO

Tradições e modernidades entre os pescadores artesanais do bairro
Mauzinho, em Manaus-AM

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do
Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Kátia Helena S. Cruz Schweickardt

Manaus – AM
2013



UFAM

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Cesarino, Frederico Nicolau

C421d Do outro lado do rio: tradições e modernidades entre os pescadores artesanais do bairro Mauzinho, em Manaus-AM / Frederico Nicolau Cesarino. - Manaus: UFAM, 2013.

139 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof^a Dra. Kátia Helena S. Cruz Schweickardt

1. Pescadores – Manaus (AM) - Condições sociais 2. Empregabilidade – Manaus (AM) 3. Portos e zonas francas – Manaus (AM) I. Schweickardt, Kátia Helena S. Cruz (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1997): 316.42:639.2-057.1(811.3)(043.2)



UFAM

Do outro lado do rio: Tradições e modernidades entre os pescadores artesanais do bairro Mauazinho, em Manaus-AM.

Frederico Nicolau Cesarino

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em _____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Assinatura: _____ Instituição: PPGSOCIO / UFAM

Membro: Prof. Dr. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Assinatura: _____ Instituição: PPGSOCIO / UFAM

Membro: Prof. Dr. Elenise Faria Scherer

Assinatura: _____ Instituição: PPGSCA / UFAM

Suplente: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Assinatura: _____ Instituição: PPGSOCIO / UFAM

Suplente: Prof. Dr. Marcelo Seráfico Bastos de Carvalho

Assinatura: _____ Instituição: PPGSOCIO / UFAM

Na nossa vida de admirador e curtidor dos costumes e tradições da terra, conhecemos a vários pescadores, citadinos e rurais, de quem obtivemos uma boa cópia de esclarecimentos sobre métodos de pesca, e nós mesmos exercitamos o metier em vários lugares, por lazer. Todavia, Há que distinguir o pescador profissional do simples lançador de anzol ou de rede. Ao primeiro cabe naturalmente um conhecimento enciclopédico da natureza de hábitos da fauna fluvial, conhecimentos que se reduzem ao mínimo na pessoa do pescador amador. Este não possui outra filosofia que a vanglória de colher um exemplar de piaba... Mas, entre os dois, há um tipo que se escolariza, às vezes até no quotidiano, e cujo produto entra na dieta diária ou semanal da família: é o pescador mirim, o guri que se estima já um digno observador das manhas do peixe, e que age de moto-próprio, por necessidade fisiológica ou por aprendizado obrigatório, usando o anzol de alfinete, ou espinho e a própria espinha curva de peixe. É um águia, considerando-se que atua à margem das práticas favoráveis dos adultos.

Mário Ypiranga Monteiro, em *O Pescador*

Aos meus pais, que me mostraram que educar nada mais é do que amar incondicionalmente.

Ao Mateus, meu melhor amigo e o mais interessado nos meus trabalhos de campo.

À Raquel, cuja neutralidade foi a melhor forma de apoio para o andamento da pesquisa.

E a todos os professores que, ao longo de minha vida, foram os gigantes em cujos ombros me apoiei.

Agradecimentos

Quem acolhe um benefício com gratidão, paga a primeira prestação da sua dívida.
Sêneca

Gratidão é um estado emocional envolvido num sentimento de dívida em relação à outra pessoa, acompanhado por uma necessidade de se devolver aquela gentileza que foi feita a você.

A partir dessa definição, fico na obrigação de devolver tantas gentilezas, tantos favores que me foram prestados nos últimos dois anos por pessoas que cruzaram meu caminho, por acaso ou não, e me ajudaram a modelar esta dissertação.

Agradeço, inicialmente, ao senhor Lucio Flávio Lima Mendonça, eletricista da Usina Mauá, ex-pescador profissional e meu amigo. Desde 2007 tentando me ensinar a pescar, e minha maior fonte de dados durante o período de pesquisa.

Na Eletrobras Amazonas Energia, agradeço aos senhores Heleno Lima e Fídias Botelho pelas informações, transmitidas sempre com a maior paciência, a respeito do início das atividades da usina no bairro, e do próprio histórico do bairro. Também agradeço a meu chefe Marconi Cabral por entender a importância da formação intelectual de seus comandados. Aos colegas José Bastos, Ângelo Assis, Homero Dantas, Abraão Rego e Marcelo Karrane pelo apoio e incentivo, e aos demais colegas da Usina Mauá, em especial aos engenheiros Almiro Gomes e Antônio Carro.

Nos municípios do interior do Amazonas que tive a oportunidade de visitar nesse período, agradeço às seguintes pessoas: em São Gabriel da Cachoeira, à senhora Aldenize Lizardo, por ter me levado a pescar nas “águas pretas”. Em Barcelos, ao senhor Nazareno pelos ensinamentos de técnicas de pesca do tucunaré. Em Carauari, agradeço intensamente ao senhor Cosme por me permitir o acompanhamento de suas atividades pesqueiras e por me ensinar a pescar com malhadeira. Em Envira agradeço à Professora Eriana Torquato pela oportunidade de me conduzir às comunidades ribeirinhas do rio Tarauacá. Em Fonte Boa, agradeço à senhora Salvanir pela hospitalidade e pela companhia na pesca no rio Solimões. Todas essas viagens pelo interior do estado me foram essenciais para a ampliação de meus conhecimentos sobre o sujeito amazônico.

Dentre os pescadores do bairro Mauazinho, agradeço ao senhor Azul pelo apoio e pela paciência nas explicações. Estendo o agradecimento à sua família. Também agradeço ao senhor Mário Jorge pela contínua prestatividade quando precisei de algo, e ao senhor Antônio (Toinho) pelo apoio logístico durante os acompanhamentos das atividades de captura.

No Programa de Pós-Graduação em Sociologia, agradeço aos Professores Antônio Carlos Witkoski, Marilene Correa, Marco Aurélio Paiva, Marcelo Seráfico e Izabel Valle pelos conhecimentos transmitidos nas aulas. À Professora Kátia Schweickardt pelo convívio durante toda a pesquisa, e por todas as “broncas” dadas no período, que nada mais foram uma preocupação para que o trabalho fosse realizado da melhor maneira possível. Em outros programas de pós-graduação, agradeço a Professora Elenisa Scherer pelos conselhos dados na qualificação desta pesquisa, e ao Professor Janos Saraiva pelas orientações relacionadas à formatação do trabalho. Também agradeço à senhora Marluce Carvalho, secretária do PPGS, que sempre esteve preocupada com o bem estar dos alunos do curso.

Aos colegas de curso Klyo Monteiro, Thais Medeiros, Erlando Damião, Carlos Pacheco, Maria Ediene, Claudioney Paiva, Ana Bochinni, Cleonice, Rebeca, Gilberlene e Karina, que foram meus companheiros de estudo, alegria e lamentações, e que me deixarão saudades de todos os momentos em que estivemos juntos na universidade.

Ao meu tio, engenheiro João Luiz Cesarino, meu maior conselheiro profissional. Aos meus pais Roberto e Rita Cesarino. Aos meus irmãos Bernardo, Gabriela e Pedro, e à minha avó Zulma. A todos estes, por todo o amor pleno que uma família possui.

Finalmente, à minha esposa Raquel pela compreensão de que escrever uma dissertação é algo que demanda de muitas horas de estudo solitárias, porém que se limitam a um momento delimitado de nossas vidas. E ao Mateus, que foi minha maior companhia enquanto escrevia a dissertação em meu quarto de estudos.

Cesarino, Frederico Nicolau. Do outro lado do rio: Tradições e modernidades entre os pescadores artesanais do bairro Mauazinho, em Manaus-AM.

Orientadora: Professora Kátia Helena Serafina da Cruz Schweickardt.

Resumo

O bairro Mauazinho, em Manaus, apresenta grande parte de seu território às margens do rio Negro. Em sua orla, são praticadas atividades de captura de pescado há mais de seis décadas por pescadores artesanais e comerciais que originalmente residiam em comunidades ribeirinhas localizadas em municípios do rio Solimões. Após a década de 1970, com o advento da Zona Franca de Manaus e a criação da infraestrutura do bairro, muitos pescadores migraram para a localidade no intuito de fixarem residências em local próximo da área do trabalho pesqueiro. Essa migração permitiu a criação de uma comunidade de pescadores em uma área urbana de Manaus que, ao longo das décadas, moldou características peculiares em seu *modus vivendi*, sendo tais características analisadas neste trabalho, e comparadas com as características verificadas nas comunidades originais do grupo.

Palavras-chave

Mauazinho; pesca artesanal; pescador citadino; tradição; modernidade.

Cesarino, Frederico Nicolau. Do outro lado do rio: Tradições e modernidades entre os pescadores artesanais do bairro Mauazinho, em Manaus-AM.

Orientadora: Professora Kátia Helena Serafina da Cruz Schweickardt.

Abstract

Mauazinho district, in Manaus, has much of its territory at Negro river shore. Its area is used for commercial fishing for more than six decades long, by fishermen originally from Solimões river communities. After Manaus trade free zone establishment and the Mauazinho area urbanization in the 1970's, many fishermen migrated to the new area, so that they could live closer to the laboring area. This migration activity created a so-called fishing community in Manaus city, and this community has a peculiar *modus vivendi* which must be compared with the original communities' one.

Keywords

Mauazinho; artisan fisheries; urban fishermen; tradition; modernity.

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 01 - CONSTRUÇÕES DE VIDAS A PARTIR DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO BAIRRO MAUAZINHO	23
1.1. A selva de pedra: transformações do espaço a partir da criação da Zona Franca de Manaus	27
1.2. Energia elétrica, petróleo e aço: projetos de infraestrutura de apoio à ZFM realizados no Mauazinho	32
1.2.1 Complexo Termelétrico de Mauá: ampliação da geração de energia elétrica e abertura da Avenida Solimões no bairro Mauazinho	32
1.2.2. Siderúrgica do Amazonas S/A: a tentativa de se criar a indústria do aço no Amazonas	38
1.2.3 Refinaria Isaac Sabba: petróleo no Mauazinho	43
1.3. Expansão demográfica e o povoamento das áreas de periferia em Manaus..	45
1.3.1. Criação e início do povoamento do bairro Mauazinho	48
1.3.2. Entre os dois lados do rio: fixação do grupo de pescadores no bairro Mauazinho	53
1.4. A <i>pobreza</i> no bairro Mauazinho: percepções dos residentes	57
CAPÍTULO 02 – ARTICULAÇÕES ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MAUAZINHO	60
2.1. A pesca artesanal no Mauazinho é pesca artesanal de fato?	61
2.2. Pescadores citadinos: monovalências e conversões	66
2.3. Conceitos de <i>self / identidade</i>, e sua percepção pelo pescador	69

2.4. “As casas que tenho nos dois lados do rio são iguais”: a manutenção de costumes rurais em áreas urbanas e os conceitos de tradição e modernidade	76
2.4.1. Conexões e oposições entre tradição e modernidade	82
2.5. A chegada do <i>desenvolvimento</i> e da <i>modernidade</i> no Mauazinho	85
2.6. Afinal, tradição e modernidade são opostos?	89
CAPITULO 3 – VIDA EM COMUNIDADE, TRABALHO E INTERAÇÕES DOS PESCADORES DO MAUAZINHO	94
3.1. A <i>descrição</i> do pescador do Mauazinho	96
3.1.1. O indivíduo-pescador do Mauazinho e seus locais de interação	97
3.1.1.1 Campanhas de pesca	98
3.1.1.2 Os “locais para fazer política”: sindicatos, colônias e associações de pescadores	101
3.1.2. Coisas de Deus e coisas do diabo: religião e vícios entre os pescadores ..	105
3.1.2.1 Crenças Religiosas	105
3.1.2.2 Consumo de álcool entre os pescadores: vício ou necessidade? ..	106
3.1.3. Disposição das residências dos pescadores	108
3.2. A pesca embarcada no Mauazinho: divisão do trabalho, divisão do produto e o peixe como mercadoria	112
3.2.1. Territórios e territorialidades na pesca: a utilização do espaço da <i>campanha</i> para o trabalho	116
3.2.2. O trabalho nas <i>águas pretas</i> e nas <i>águas brancas</i> : as águas comandam a Vida	119
3.3. Política ambiental e de garantia de renda ao pescador: o seguro-defeso ..	124
3.3.1. (Des)cumprimento do defeso pelos pescadores do bairro Mauazinho	128
3.4. Considerações a respeito das mulheres pescadoras no Mauazinho	131

3.5. Interações entre o trabalho da pesca e o ambiente industrial do Mauzinho	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	150

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01: vista aérea parcial do Distrito Industrial de Manaus, em 2011. Pag. 29
- Figura 02/03: repercussão da inauguração da usina Mauá na imprensa local de Manaus, em novembro de 1973. Pag. 34
- Figura 04: vista aérea da usina Mauá, em obras. Ano 1972. Pag 36
- Figura 05: inauguração da 2ª etapa da Usina Mauá. Pag.37
- Figura 06: Complexo Termelétrico de Mauá nos dias atuais. Pag 37
- Figura 07: Complexo desativado da Siderama, em 2013. Pag. 40
- Figura 08: Destaque da construção da Siderama na mídia local. Pag. 41
- Figura 09: obras de construção da UN-REMAN na década de 1950. Pag. 43
- Figura 10: Refinaria Isaac Sabbá em 2012. Pag. 45
- Figura 11: destaque do bairro do Mauazinho, na cidade de Manaus. Pag. 49
- Figura 12: território de pesca, entre a ilha do Marapatá e o encontro das águas. Pag. 54
- Figura 13: embarcação pesqueira entre a UTE Electron e a margem Mauá. Pag. 56
- Figura 14/15: pescadores artesanais em atividade em frente à usina Mauá, e parte de sua produção. Pag. 63
- Figura 16: residências e embarcações de pescadores no Mauazinho. Pag. 66
- Figura 17/18: residência localizada no Lago Central e casas de pescadores à beira do igarapé do Mauazinho. Pag. 77
- Figura 19: Presidente Ernesto Geisel cumprimenta funcionários da usina Mauá. Pag. 89
- Figura 20: embarcação *Rio Mengo*, de propriedade do senhor Azul. Pag. 95
- Figura 21: estacas na terra demarcam as *campanhas* de pesca, durante o período de vazante. Pag. 98
- Figura 22: lançamento de malhadeira na campanha em frente ao cemitério do Mauazinho. Pag. 99
- Figura 23: final da rua Rio Negro e início da margem do igarapé do Mauazinho. Pag. 109
- Figura 24: flutuantes de “vigia” para embarcações pesqueiras no bairro Mauazinho. Pag. 110
- Figura 25: parte da margem do igarapé do Mauazinho, a ser contemplada pelo PROSAMIM. Pag. 111
- Figura 26: canoieiros e puxadores de rede da tripulação do Rio Mengo, em atividade. Pag. 116
- Figura 27: orla do bairro Mauazinho em dezembro de 2010. Pag. 122
- Figura 28: residência / ancoradouro de pescador residente no bairro Mauazinho (ao final da rua Rio Negro), durante a cheia de 2012. Pag. 122
- Figura 29: cartaz do Governo do Estado do Amazonas informando sobre o período de defeso ambiental 2012-2013. Pag. 127
- Figura 30: pescador rabeteiro se preparando para lançar rede nas proximidades das usinas Mauá e Electron. Pag. 136
- Figura 31: pescador da tripulação da Rio Mengo separa pescado para vender, em frente à Usina Mauá. Pag. 138
- Figura 32: sentido da captação de água para resfriamento de turbinas, e seu descarte no rio Negro. Pag. 140

LISTA DE SIGLAS

AME – Amazonas Energia S/A
APCC – Associação dos Pescadores do Careiro Castanho
CEASA – Centrais de Abastecimento S/A
CELETRAMAZON - Centrais Elétricas do Amazonas S/A
CEM – Companhia de Eletricidade de Manaus
CENSO - Recenseamento
CIM – Companhia Industrial de Madeira
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COPAM - Companhia de Petróleo da Amazônia
CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FEPESCA – Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
II – Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
ISS – Imposto Sobre Serviços
MESA – Manaus Energia S/A
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A
PIM – Polo Industrial de Manaus
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REMAN – Refinaria de Manaus
SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SIDERAMA – Siderúrgica do Amazonas S/A
SINDPESCA – Sindicato dos Pescadores
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
UBS – Unidade Básica de Saúde
UEA – Universidade Estadual do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UHE – Usina Hidrelétrica
UN – Unidade de Negócios
UTE – Usina Termelétrica
ZF – Zona Franca
ZFM – Zona Franca de Manaus

Introdução

A ideia original desta pesquisa, apresentada no processo de seleção para o Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas em 2010, compunha-se da análise dos espectros sociais e econômicos de toda a área urbana (residencial, comercial e industrial) do bairro Mauazinho em Manaus, e seu grau de dependência em relação ao Complexo Termelétrico de Mauá, cuja construção no início da década de 1970 supostamente teria dado impulso ao desenvolvimento e urbanização da localidade.

Apesar de residir em Manaus desde 1998, conheci o bairro do Mauazinho somente em 2007 quando fui lotado como engenheiro de manutenção naquele complexo termelétrico. Assim, como outros colegas de trabalho transferidos para a localidade, por bastante tempo via o bairro apenas como um local inseguro, tenso, carente de infraestrutura e afastado de minha residência. Era o bairro onde trabalhava, e que não me trazia interesse algum a mais.

No entanto, o tempo de permanência na usina me fez perceber que o local abrigava uma espécie de microcosmo que interagira com a usina, ou ao redor da mesma. Ocasionalmente era procurado por algum morador do bairro, ou alguém que exercia sua atividade econômica no local, para prestar algum favor ou ouvir alguma reclamação na qual era envolvida a usina. Era suposto que, de algum modo, a empresa possuía alguma forma de poder econômico e/ou social em relação aos moradores e as empresas localizadas no bairro, e esta hipótese passou a aguçar minha curiosidade e me despertou o desejo de conhecer melhor o ambiente que envolvia, abraçava o local de meu trabalho.

Assim, inicialmente passei a me interessar mais nas pessoas que me procuravam na usina. Queria saber o que faziam, onde moravam, o porquê de residirem no Mauazinho. Visitava as escolas, o posto de saúde, almoçava nos restaurantes do bairro e conversava com as lideranças comunitárias. Todas essas interações eram também, de certa forma, o início de minha aproximação com as Ciências Sociais.

A partir de 2009, por conta dessa maior aproximação com parte da comunidade do bairro, frequentemente era convocado para intermediar algum assunto entre usina e comunidade, usina e poder público, ou usina e imprensa. Por fim, fui convidado para fazer parte de uma equipe multidisciplinar, porém composta principalmente de assistentes sociais, com o objetivo de mapear o grau de dependência da área circunvizinha à usina, contemplando os moradores e os estabelecimentos comerciais. Este mapeamento visava a compreensão do que poderia acontecer aos pesquisados caso

ocorresse o fechamento da usina, previsto à época para ocorrer em 2014 (o que não irá mais ocorrer, uma vez que o complexo está em expansão de sua capacidade de geração de energia, com a construção da Usina Mauá III na localidade).

Fazer parte desta pesquisa no trabalho aflorou-me a ideia de ingressar no meio acadêmico, e realizar na Academia alguma pesquisa similar (pelo menos em relação ao *locus*) àquela realizada no trabalho. Assim, ao final de 2010 formatei o projeto de pesquisa o qual foi aprovado no processo de seleção ao curso de Mestrado, que se tratava justamente deste mapeamento do bairro Mauazinho e a influência da usina sobre a população local.

No entanto, foi percebido (principalmente após os primeiros encontros com minha orientadora e a participação nas primeiras disciplinas do curso), que este projeto inicial estava confuso, mal direcionado e seu objeto não estava bem definido. Ainda, havia o risco de deturpação de alguns dados de minha pesquisa, uma vez que os futuros entrevistados me veriam como funcionário da empresa, e não como pesquisador acadêmico. Assim, foram necessários alguns meses para que o projeto fosse redefinido a uma formatação mais próxima do fazer das Ciências Sociais.

Foi decidido, portanto, realizar a pesquisa com o grupo de pescadores residente na orla fluvial do bairro, e também nas proximidades da usina. Este grupo não havia sido contemplado na pesquisa realizada pela empresa, e o pesquisador era completamente desconhecido por este grupo. Quase diariamente, desde 2007, observava a movimentação de embarcações pesqueiras, ações de captura de pescado, além de sua comercialização tão logo à frente da janela de meu escritório, mas nunca havia tido sequer a curiosidade de querer saber o porquê de eles exercerem toda aquela movimentação justamente naquele local. Até que, em maio de 2011, uma embarcação pesqueira atracou no porto da usina para oferecer pescado aos funcionários. Além de ter comprado algumas unidades de jaraqui, acabei por conversar por mais de meia hora com o dono da embarcação e ter meus primeiros conhecimentos sobre a vida dos pescadores que exerciam suas atividades naquela área. Foi assim o despertar do desejo de se estudar este grupo, que se converteu no projeto de pesquisa atual, qualificado em maio de 2012.

Inicialmente, para esta nova configuração de pesquisa, foi realizada a observação à distância da atividade pesqueira no bairro. Passava algumas horas de cada dia sentado no píer da usina Mauá, observando com binóculo e fotografando o vai e vem das embarcações, as horas de permanência de cada uma nos locais de captura, os

equipamentos de pesca, para onde elas iam após a captura, entre vários fatores que eram sistematicamente anotados em meu caderno de campo.

Em seguida, procurei interpretar todas aquelas informações anotadas e tentar chegar a algumas conclusões iniciais de como deveria seguir na pesquisa. Ou melhor, o que eu deveria pesquisar de fato naquele grupo. Nesta fase, duas pessoas foram essenciais para esta superação: em primeiro lugar, o senhor Lucio Flávio, meu companheiro de trabalho na usina, e que trabalhou metade de sua vida na pesca artesanal. Sua ajuda foi importante para a interpretação de todos os dados observados, e passei a começar a entender o porquê de cada horário de pesca, dos locais escolhidos para lançamento de redes, a função de cada membro da tripulação do barco, e outras informações necessárias para a compreensão daquilo que via ao meu redor. Já a ajuda no meio acadêmico me foi prestada pela minha orientadora, Professora Katia Schweickardt, que me apresentou à quase toda a literatura que deveria me apropriar para realizar um projeto correto, além de me conduzir sempre a grupos de estudo, palestras, aulas, saídas de campo e outros eventos que julgasse importante para minha formação.

Finalmente, foi necessária a fase de imersão no cotidiano da comunidade pesqueira, tanto do grupo estudado quanto em outras comunidades. A observação à distância deveria se tornar observação participante. Mais uma vez foi necessária a ajuda do senhor Lúcio Flávio para que eu fosse apresentado às famílias de pescadores do bairro e pudesse realizar as entrevistas e a observação participante. Felizmente, suponho que minhas intenções foram bem compreendidas pelos pescadores que acompanhei no período de campo, pois fui sempre bem recebido pelas famílias que desejei me aproximar. Às vezes até mesmo acreditava que, maior que meu interesse na conclusão da pesquisa, era o desejo do pescador em me explicar seu cotidiano, de expor seus desejos, suas vontades e ambições. Percebia que, de uma forma inesperada, estavam sendo criados vínculos de amizade entre pesquisador e objeto de pesquisa. Vínculos estes que, de acordo com Bosi (1994) podem ser considerados como o esteio para os métodos de abordagem utilizados nesta pesquisa de campo.

Este trabalho é dividido em três capítulos: no primeiro capítulo, é descrito o momento histórico, econômico, geopolítico e social no *locus* da pesquisa a partir da década de 1960. É destacada a implantação de alguns projetos de infraestrutura no bairro que, de acordo com as narrativas de moradores do bairro, facilitaram os processos migratórios para o local. Assim, tenta-se compreender os processos de criação do Mauzinho, a partir de suas atividades comerciais e industriais, além das pessoas que

fixaram residência no local. Dentre essas pessoas, destaca-se o grupo de pescadores. O segundo capítulo se refere às bases e conceitos teóricos apropriados para o desenvolvimento deste trabalho. Há a discussão dos conceitos de *comunidade, tradição, modernidade, progresso, desenvolvimento e identidade*, tendo como pano de fundo o cotidiano dos pescadores e histórias relatadas por funcionários antigos da Usina Mauá. Este capítulo, em minha concepção, é o elo entre todas as demais partes desta dissertação, uma vez que complementa os textos anteriores e ao mesmo tempo introduz as informações do capítulo seguinte. Por fim, o terceiro capítulo é o relato de quase dois anos de acompanhamento do grupo em campo. São apresentadas as formas de trabalho, de divisão do produto, formas de moradia, territórios de pesca, relações de gênero e com o meio ambiente, e as interações entre os pescadores e o meio industrial do bairro Mauazinho. Em seguida apresento as considerações finais, onde se encontram as conclusões a respeito de todos os dados colhidos e observados nesta dissertação.

Ao longo de todo o texto de cada capítulo, a teoria do fato estudado é confrontada com a narrativa de algum entrevistado. Em seguida, a narrativa é analisada e são feitas as devidas comparações com as demais fontes de dados. Também são apresentadas, em cada capítulo, diversas fotografias e imagens de satélite, relacionadas ao conteúdo textual. No entanto, a utilização de imagens nesta pesquisa teve por objetivo apenas o caráter ilustrativo, apesar de saber que a fotografia, segundo Schweickardt (2010), não é apenas uma representação da realidade, mas também a expressão do olhar de quem observa e registra.

O título deste trabalho – *Do outro lado do rio* – possui uma pequena história: esse termo era dito pelos pescadores com muita frequência, principalmente quando se referiam às suas comunidades de origem, localizadas à margem oposta da orla do Mauazinho. Já durante as visitas nas comunidades de origem, o “outro lado do rio” passava a ser o próprio Mauazinho. O rio, em uma primeira análise, separava o passado do presente, o tradicional do moderno, o rural do urbano. Mas também o rio representava a conexão física entre os dois mundos, transposta sempre que o pescador necessitava ir ao “outro lado”. Nada mais conveniente, deste modo, em utilizar a linha divisória fluvial como inspiração para o título, e verificar o quanto esta linha seria de fato caracterizada como uma divisão territorial, social e econômica entre os grupos que vivem em cada margem. De acordo com Santos (1999), para se conceituar território, não se inclui somente o lugar e a área em si, com seu meio ambiente natural, mas também os acréscimos históricos materiais realizados pelo homem, e seu uso social,

técnico e político. Assim, o domínio sobre um determinado território aumenta à medida que governos e agentes da atividade econômica gerenciam e provêm suporte aos fluxos que trafegam no local, seja de pessoas, de bens ou de informações.

Em relação à metodologia de pesquisa aplicada neste trabalho, cabe uma consideração: inicialmente, por conta de minha formação acadêmica oriunda das ciências naturais, o conhecimento metodológico que dispunha era somente o da pesquisa quantitativa, da análise do “sim ou não”, consulta de documentos oficiais e sua interpretação como verdade. Apenas com estes conhecimentos, certamente a pesquisa falharia logo em seu início. Ao longo das primeiras disciplinas do curso de mestrado, e principalmente durante os encontros do grupo de estudos promovido pela orientadora da pesquisa, outros métodos mais apropriados à pesquisa sociológica e antropológica me foram apresentados. Dentre os métodos, destacou-se o trabalho etnográfico.

A etnografia, neste trabalho, teve uma relação conflituosa com o pesquisador desde que lhe foi apresentada. Inicialmente acreditava que, para se tornar um etnógrafo, seria necessária uma vocação para tal, que não a teria. Schweickardt (2010) e Clifford (1998), no entanto, mostram o contrário: a etnografia é uma técnica de pesquisa que, para ser corretamente utilizada, deve ser desenvolvida intelectualmente pelo pesquisador. Há uma série de aprendizados etnográficos que devem ser assimilados para que a condução da pesquisa e a produção do conhecimento mantenha seu “status exemplar” (CLIFFORD, 1998, p.20).

Procurei, portanto, me apropriar ao máximo de experiências e teorias etnográficas para nortear o trabalho de pesquisa. Porém, receio afirmar que este trabalho é uma etnografia. Prefiro a afirmação de que foram utilizadas técnicas etnográficas, em especial a observação participante, para a descrição de dois anos de acompanhamento do trabalho de pesca artesanal. Para Clifford (1998), a observação participante “é uma fórmula paradoxal e enganosa, mas pode ser considerada seriamente se reformulada em termos hermenêuticos, com uma dialética entre experiência e interpretação” (p. 33).

Além desta ferramenta etnográfica, a metodologia se baseou também na técnica de triangulação de dados: as informações documentais e as referências teóricas eram sempre comparadas com a transcrição dos relatos do grupo que trabalhava com a pesca, e ainda, com os relatos de outros entrevistados que não trabalhavam com atividades pesqueiras. Em quase dois anos, sistematicamente anotava o ponto de vista de quem acompanhava naquele momento, a respeito de qualquer fosse o tema da conversa. Técnicas de pesca, migrações ao bairro do Mauzinho, procedimentos termelétricos,

para todo assunto procurava entender a interpretação do indivíduo a respeito daquilo, e cruzava esta interpretação com alguma informação científica ou dado político / econômico oficial. De toda forma, procurei realizar a “interpretação das interpretações” citada por Geertz (1973) e, portanto, ter condições de partilhar uma possível “experiência etnográfica” (CLIFFORD, 1998) através do acompanhamento das atividades pesqueiras no rio Negro, além do acompanhamento de algumas viagens realizadas pelos pescadores às suas comunidades de origem.

Este trabalho procura equacionar a seguinte questão: como é possível compreender a articulação entre os conceitos de tradição, modernidade e identidade em um bairro da área urbana de Manaus (no caso, o Mauzinho), a partir do estudo do *modus vivendi* dos pescadores que, oriundo de áreas tradicionais, residem atualmente em uma área urbana, industrial, e “contaminada” pela modernidade? Haveria esta modernidade afetado a forma em que o pescador se define, sua interpretação do mundo, ou mesmo suas formas de pesca e venda de sua produção? Finalmente, os conceitos de tradição e modernidade se excluem de fato? O rural se exclui com o urbano? Os conceitos estudados são realmente pares de oposição?

De acordo com Kundera (2008), este tipo de questionamento foi feito pelo filósofo grego Parmênides a si mesmo no Século VI antes de Cristo. Segundo ele, o universo está dividido em pares de contrários: a luz / escuridão; o grosso / o fino; o quente / o frio; o ser / o não ser. Parmênides considerava que um dos polos da contradição é positivo (luz, grosso, quente, o ser) e o outro negativo. Um dos polos era o bom, o correto, enquanto o outro representava o polo ruim, o mau.

Pode-se, então, questionar o seguinte: as contradições apresentadas nos dois lados do rio são exatamente opostas e imiscíveis, como os pares de contrários de Parmênides? Ou podem se mesclar, criando uma identidade própria ao grupo estudado? É o que se procurou compreender nesta dissertação. Ao longo do texto, observa-se que é mais provável existir o amálgama entre os dois conceitos, em vez de serem um par de oposições. A forma na qual se mesclam é, portanto, a mola mestra que fornece a cinemática necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

A história da pesca artesanal, tal como a praticada pelo grupo estudado, confunde-se com a própria história da humanidade, já que desde seus primórdios, o homem coleta da natureza aquilo que necessita para sua sobrevivência. Da mesma forma, a pesca é a última atividade humana de caça ainda realizada em grande escala (DIEGUES, 1983). Assim, refletir sobre a pesca significa refletir sobre uma atividade

que, historicamente, molda diferenciados modos de vida e, no âmbito sociológico, permite a conformação de produções do espaço específicas (DIEGUES, 2004). O grupo de pescadores que reside no bairro Mauzinho, como é apresentado neste trabalho, contribuiu para a caracterização do bairro na atualidade, com peculiaridades inerentes à localidade e que dificilmente seriam encontradas em outras áreas urbanas de Manaus.

Capítulo 1. Construções de vidas a partir dos processos migratórios no bairro Mauazinho.

De acordo com Haviland *et al* (2011), as migrações sempre tiveram efeito significativo na geografia social mundial, e assim contribuem para mudanças culturais, desenvolvimento de localidades, difusão de ideias, técnicas e inovações, além da mistura complexa de povos, etnias e culturas. Em toda a história humana os indivíduos, famílias ou mesmo comunidades inteiras migraram em busca de alimentos, segurança ou oportunidades econômicas.

Dessa forma, as práticas de deslocamento devem ser percebidas como constitutivas de significados culturais em lugar de serem apenas uma extensão ou transferência desses significados. As redes sociais construídas na migração têm a capacidade de produzir modos de organização que ultrapassam as fronteiras de um ambiente rural com um ambiente urbano, de um território definido por uma linha geopolítica ou dois lados separados e vigiados arbitrariamente, mas também ligados por práticas legais e ilegais de cruzamentos, trocas e comunicações (CLIFFORD, 1999, p.13).

Grande parte das teorias que ainda servem de referência para a análise das migrações internas no Brasil, e nos países em desenvolvimento em geral, foram elaboradas nos anos 1960 e 1970, ou até mesmo antes. A produção intelectual sobre tais movimentos migratórios, ou sobre a mobilidade espacial da população, de uma maneira geral, tem sido extensa e rica em informações (BRITO, 2002, 2006). Há uma grande predominância de textos empíricos, que se multiplicam com a grande disponibilidade de dados disponíveis, e que podem ser uma base para a reflexão teórica.

Vainer (2000) afirma que existem duas teorias distintas de cunho sociológico para a compreensão dos fenômenos migratórios, sendo a primeira de inspiração liberal e neoclássica, e a segunda de inspiração estruturalista. Para a primeira, o mercado (e o mercado de trabalho como um de seus segmentos), é concebido como *locus* do pleno exercício da liberdade, no qual os detentores de capital físico ou capital econômico, de um lado, e os detentores de capital humano, do outro, condicionam-se livre e mutuamente no processo de busca de um ponto de equilíbrio. Assim, para esta corrente de pensamento, “o território do mercado não é o espaço da liberdade, e a migração é o movimento de exercício dessa mesma liberdade” (p. 169).

Para a corrente de pensamento histórico-estrutural, a liberdade do trabalho é percebida sob duas faces distintas: uma face positiva, na qual o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho a quem quiser, e sua face negativa, representada pela necessidade do trabalhador em vender sua força de trabalho a alguém, mesmo não querendo e não sendo obrigado a fazê-lo. Assim, de acordo com Vainer (2000), aquilo que o trabalhador vive como sendo sua liberdade de escolha de onde deseja se localizar no espaço não é senão uma ficção que esconde a liberdade do capital. E a decisão do migrante não é “senão a internalização, subjetivação, da sua necessidade estrutural” (p. 170).

As análises econômicas sobre as migrações internas foram fortemente influenciadas, respectivamente, pela teoria do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra e pela teoria da modernização social (BRITO, 2007). Na primeira, encontra-se a concepção de que as migrações são um poderoso mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas e com uma produtividade do trabalho extremamente baixa, para os setores urbanos e industriais da economia capitalista, onde o progresso técnico intrínseco garante uma produtividade do trabalho muito mais elevada.

Em contrapartida, do ponto de vista sociológico, o termo *migração* possui um sentido mais amplo para sua análise. Não se trata somente de uma transladação de um grupo de pessoas de uma região para outra por conta de necessidades econômicas. Além da presença física do indivíduo na nova localidade, todo seu capital cultural e social, identidade e *modus vivendi* são também migrados para o local onde o indivíduo se estabelece fisicamente. A integração ao local de destino, para o migrante, implica em um processo de reconstrução de vida. Ou seja, o deslocamento acarreta uma série de reações que são experimentadas no cotidiano, desencadeando representações que expressam as formas de auto representação e a representação dos outros, além da sociabilidade no lugar social onde estão inseridos. Na produção das condições materiais de vida, de acordo com Freitas Pinto (2003), há também uma série de significados, produção de sinais, expressões concretas de subjetividade, sem estar desvinculado da história e do lugar social.

De acordo com Seyferth (2000), a maneira de interpretar um processo migratório, cujos símbolos estão relacionados à construção de uma nova sociedade, possui desdobramentos na formalização de suas identidades: por um lado, serve para legitimar a cidadania, o pertencimento a uma nova região e, por outro lado, coloca em

evidência o elemento primordial da sua origem social e/ou geográfica. Enquanto espaço construído pelos migrantes e muitas vezes preservado por seus descendentes, o novo local de residência é definido como uma comunidade de seus membros dentro do novo território. Existe, deste modo, uma vinculação primordial com uma localidade de origem, mas seus membros são politicamente (e economicamente) membros da localidade na qual passaram a se estabelecer.

Seiferth (2011) afirma também que a delimitação teórica, em relação ao conceito de migração, “agrega a identidade (e seus aspectos subjetivos) e a noção de fronteira (social) que delimita o pertencimento a um grupo ou comunidade” (p. 47). Na prática, por sua vez, são enfatizados discernimentos sobre a “simbólica da diferença cultural e os valores que orientam comportamentos dos grupos migrantes” (p. 47). Contudo, alguns autores como Barth (1969), Cohen (1974) e Banks (1996) observam que identidade, etnicidade e cultura são conceitos distintos, não havendo necessariamente uma relação de causa-efeito entre elas. Mas, paradoxalmente, são fenômenos entrelaçados e observáveis também nos contextos migratórios.

Retornando ao contexto econômico e político, e utilizando-se da teoria da modernização, autores como Brito (2007) e Singer (1980) afirmam que as migrações transferem o grande excedente populacional das áreas rurais para as cidades, principalmente as grandes, onde predomina um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental. A teoria da modernização, de acordo com os autores, está diretamente ligada às migrações, com uma ênfase analítica tanto na economia quanto na própria sociologia.

Singer (1980) afirma que as migrações são historicamente determinadas segundo a modalidade da industrialização. Como o progresso técnico impõe uma racionalidade econômica à industrialização capitalista, gerando economias de aglomeração, reorganizando espacialmente as atividades econômicas, as migrações internas tornam-se economicamente necessárias. Elas são, realmente, um mecanismo de redistribuição da população segundo os interesses do processo de industrialização. Nessa perspectiva, os migrantes são uma classe em movimento e fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, num processo social determinante. No caso do Brasil, e mais especificamente no Estado do Amazonas, os desequilíbrios regionais, que se intensificam com o próprio processo de industrialização, sugerem serem causas fundamentais nesse processo social.

O autor também estabelece uma diferença entre a migração proveniente de regiões rurais estagnadas economicamente e aquelas que têm origem nas regiões afetadas pela introdução das relações capitalistas no campo, através do progresso técnico. No caso dessas últimas, o desemprego tecnológico gera um excedente de mão-de-obra que migra para as cidades, aumentando a produtividade e a qualidade de vida dos que ficam, ou dos que decidem exercer atividades rurais em centros urbanos, que é o caso de alguns pescadores que migraram, em sua maioria de comunidades ribeirinhas em municípios próximos a Manaus, para o *locus* desta pesquisa, sendo que este presenciou intenso fluxo migratório a partir da década de 1970 por conta, supostamente, da criação da Zona Franca de Manaus e a chegada dos empreendimentos industriais e de infraestrutura correlatas na região.

Além disso, ao pensar no trabalho enquanto essência do desenvolvimento e expansão capitalista se busca compreender a mobilidade do trabalho, o que implica em desvendar a natureza da força de trabalho e as qualidades daqueles que se mobilizam ao trabalho sob o capitalismo. Assim, quando se refere à mobilização no capitalismo, alude-se, sobretudo, àqueles trabalhadores que se submetem a postos de trabalho, de acordo com o autor, precarizados e degradantes, que exigem funções repetitivas, e rápidas, como é o caso do trabalho em algumas fábricas instaladas no Polo Industrial de Manaus. De modo que os atributos da força de trabalho, capazes de gerar um incremento na taxa de mais-valia, é que designam as qualidades que representam a mobilidade do trabalho. Como assinala Gaudemar (1977), é fato que a mais-valia representa a diferença, apropriada pelo capitalista, entre o valor de uso e o valor de troca da força de trabalho. Entretanto, outro fato, ou talvez questão, refere-se à natureza desta força de trabalho que se presta, tanto ao uso extensivo, quanto intensivo e mais como designar tal qualidade.

O autor complementa que a força de trabalho corresponde à mercadoria que o trabalhador possui, capaz de criar valor e, como destaca, é dotada de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem e na sua personalidade viva, cuja aptidão precisa ser posta em movimento para produzir coisas úteis. Ainda, a força de trabalho é uma mercadoria capaz de transformar o dinheiro em capital, representa, dessa forma, o agente real da produção.

Face ao exposto, procura-se distinguir nesta pesquisa como os pescadores migrantes que habitam o bairro do Mauzinho estabelecem suas interpretações sobre tradição, modernidade e identidade, formadas nas interações sociais com os demais

residentes do local em um mesmo espaço social, além das interações com o espaço urbano que circunda o grupo de pescadores. Todas as interações podem, de acordo com Freitas Pinto (2003), ser utilizadas como referências para o reconhecimento do grupo migrante, além de guia para suas ações. Como afirma Cardoso de Oliveira (1976) e Barth (2005), para a construção de uma identidade, é fundamental a necessidade de se ter *o outro* como referência para esta construção.

Para a tentativa de compreensão das motivações e a formatação na qual se deu o processo migratório dos pescadores que se estabeleceram no bairro Mauzinho, este capítulo apresenta algumas situações que, de acordo com dados de órgãos governamentais, teriam sido os responsáveis pelos diversos fluxos migratórios para Manaus como, por exemplo, a criação da Zona Franca de Manaus e a construção da infraestrutura necessária para seu funcionamento. No entanto, ao longo do texto, os dados oficiais são colocados em contraponto com os relatos do grupo pesquisado e a reflexão teórica, a fim de se obter melhor compreensão dos processos de migração dos pescadores, sob a ótica sociológica.

1.1 A selva de pedra: transformações do espaço a partir da criação da Zona Franca de Manaus.

Zonas francas constituem-se de mecanismos políticos e fiscais, através dos quais são elaboradas as cadeias produtivas globais (OIT, 2009). De modo mais específico, elas se revelam como conjuntos de regulamentos que criam em determinados locais (áreas de cidades, cidades inteiras ou regiões) incentivos fiscais e infraestruturais atrativos do investimento direto estrangeiro, em regiões com dificuldades geográficas e/ou econômicas que carecem de tais investimentos. Seráfico (2009) afirma, em relação à difusão das zonas francas pelo mundo, que:

De um modo geral, a difusão de zonas francas pelo mundo está associada a três fatores distintos, mas relacionados entre si. Primeiramente, as circunstâncias políticas nos países industrializados que limitavam o avanço da acumulação de capital e forçavam as grandes corporações a encontrar novas alternativas de redução dos custos de produção e de incremento de sua competitividade internacional. Em segundo lugar, coloca-se o desenvolvimento da microeletrônica e dos sistemas de transportes, que permitiram organizar a produção industrial para além das fronteiras nacionais daqueles países industrializados. E, em terceiro lugar, considera-se a conjuntura político-econômica internacional marcada pelo interesse de

governos nacionais em promover a industrialização e pela bipolaridade da Guerra Fria. (p.78)

Ainda de acordo com Seráfico (2005), A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pelo governo militar brasileiro com a necessidade de se ocupar uma região despovoada no Brasil. Era necessário, portanto, dotar esta região de condições de meios de vida e infraestrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de rentabilidade econômica global. De fato, a criação e desenvolvimento de zonas francas sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais.

Ela se explicava pela liquidação das condições históricas, sociais e econômicas que animaram a economia da borracha no Amazonas, caracterizada, do ponto de vista econômico, pela produção voltada para o abastecimento do mercado internacional aquecido pelas demandas da emergente indústria automobilística, inclusive com tentativas de se produzir borracha através de processos industriais em localidades da Amazônia Oriental (GRANDIN, 2010). A partir desse contexto, o modelo foi idealizado politicamente pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criado pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Foi instituído, assim, o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10 mil km², tendo como centro a cidade de Manaus e assentado em Incentivos Fiscais e Extrafiscais, instituídos com objetivo de reduzir desvantagens locais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento econômico da área incentivada.

Na prática, Seráfico (2009) afirma que a ZFM consiste em um conjunto de incentivos fiscais e extrafiscais geridos por um órgão do governo federal, com o fim de reduzir os custos de produção de empresas que cumpram com determinados requisitos técnicos. Os principais incentivos fiscais são a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação (II). Complementarmente, o Governo Estadual concede crédito e restituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o governo municipal isenta as empresas incentivadas do recolhimento de uma série de tributos como, por exemplo, o Imposto Sobre Serviços

(ISS). Ou seja, empresas incentivadas podem ter uma redução, aproximada, de até 30 por cento em sua carga tributária total em cada mês.

O histórico do modelo ZFM pode ser configurado em quatro fases distintas até chegar à fase atual. Durante a primeira fase (1967 a 1975) a política industrial de referência no país caracterizava-se pelo estímulo à substituição de importações de bens finais e formação de mercado interno. A segunda fase compreendeu o período de 1975 a 1990 e, nesta fase, a política industrial de referência no país caracterizava-se pela adoção de medidas que fomentassem a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo. A terceira fase compreendeu os anos de 1991 e 1996, quando entrou em vigor a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, marcada pela abertura da economia brasileira, redução do Imposto de Importação para o restante do país e ênfase na qualidade e produtividade. A quarta fase compreende o período a partir de 1996, em que a política industrial de referência do país passou a se caracterizar por sua adaptação aos cenários de uma economia globalizada e pelos ajustes demandados pelos efeitos do Plano Real, como o movimento de privatizações e desregulamentação.



Figura 01: vista aérea parcial do Distrito Industrial de Manaus, em 2011.
Fonte: Jornal A Crítica.

Em toda sua história, a Amazônia Ocidental nunca passara por transformações de magnitude similar às registradas desde o final da década de 1960. As consequências sociais de todo esse processo foram de grande impacto e corresponderam, de acordo

com Freitas Pinto (1992, p. 129), “rigorosamente a uma revolução social, já que as transformações afetaram os fundamentos da existência das diferentes formas de organização social da região, a ponto de [...] a vida não ser mais como antes”.

Observa-se que alguns grupos sociais, tais como agricultores, pescadores, ou posseiros tiveram, de alguma forma, seus modos de vida atingidos e seus destinos alterados por algum tipo de acontecimento decorrente da implantação da atividade industrial em Manaus. Através dos relatos de alguns pescadores do bairro Mauazinho quanto a este fato, pode-se supor que o estabelecimento geográfico da comunidade de pescadores em Manaus, e mais especificamente no bairro (localizado ao lado do Distrito Industrial de Manaus), se deu prioritariamente por processos econômicos oriundos da criação da ZFM e desenvolvidos no *locus* da pesquisa, como pode ser observado no relato de um dos pescadores entrevistados:

Eu nasci em Itacoatiara e meu pai era de lá também, mas meu avô era de Autazes, e quando o trabalho com (extração de) madeira ficou fraco, meu pai pegou a família e mudamos para a comunidade de meu avô, para meu pai trabalhar com pesca. Mas aí ele passou a ir pescar em Manaus e, depois de um tempo, ele levou todo mundo da família para vir morar aqui, porque todo mundo da pesca que já tinha ido a Manaus já tinha conseguido terreno aqui com água e luz nessa área (o Mauazinho) e já tinha a Ceasa e o porto para vender o peixe sem ter que puxar o motor até a Manaus Moderna. E se o trabalho com o peixe não desse mais certo, o pessoal dizia que chovia emprego nas fábricas que estavam chegando e era bem fácil se empregar em alguma fábrica do Distrito. (Entrevista do senhor Saraiva, pescador do Mauazinho. Manaus, 2012)

Ainda que os processos de estabelecimento da comunidade de pescadores sejam descritos e analisados com maiores detalhes ao longo deste trabalho, o relato do senhor Saraiva sugere que, de acordo com o entendimento do mesmo, sua mudança de município, além do local específico no qual fixou moradia, se deu por conta da criação de uma infraestrutura decorrente da criação da ZFM que supostamente motivou esta migração (no caso, a criação do porto da Ceasa e a abertura das primeiras ruas do bairro). Mais especificamente, sugere que estavam acontecendo mudanças na configuração dos modos econômicos e sociais de vida do grupo, inclusive havendo a possibilidade de uma mudança de vida caso seu modo de produção econômico viesse a sofrer algum revés.

Essa “mudança de vida” era, no entanto, mais que uma possibilidade – e sim um objetivo – para alguns migrantes que se estabeleceram no local a partir da década de 1970. Alguns filhos de pescadores que chegaram ao bairro no período não deram continuidade na profissão de seus pais e se empregaram em indústrias do Distrito Industrial recém-criado e carente de mão de obra para suas linhas de produção. Outros migrantes se empregaram em empresas de construção civil, que contratavam mais pessoas que as próprias fábricas, uma vez que toda a infraestrutura inicial necessária para o funcionamento econômico da ZFM estava sendo implantada. Tais acontecimentos podem ser exemplificados a partir da seguinte narrativa:

Quando chegamos a Manaus (em 1972) eu já era maior de idade, mas ainda era solteiro. Eu pescava mas preferia trabalhar com roça lá do outro lado. Mas não tinha como fazer roça deste lado aqui em Manaus, então acabava pescando. Então eu ficava vendo a obra da usina todo santo dia, e ouvia o pessoal dizer que eles chamavam pessoal para trabalhar, que botei na cabeça que queria trabalhar em alguma obra ou fábrica. Fui lá no escritório da empreiteira que estava fazendo a usina. O encarregado perguntou: ‘sabe ler?’, ‘aguenta peso?’ Saber ler eu sabia, e não arregava pra trabalho, consegui emprego naquele dia mesmo. Trabalhei na terraplanagem da usina, depois da sonda e depois fui montador de estruturas (metálicas). Quando a usina ficou pronta, não consegui me empregar nela porque não era especializado, mas meu irmão já estava trabalhando em uma fábrica e me indicou para trabalhar lá. Trabalhei no Distrito 17 anos, em um monte de fábricas diferentes, e depois de um tempo já não conseguia mais me empregar. Aí abri o mercadinho e fiz as quitinetes, que é minha fonte de renda hoje. [...] Eu ainda pesco às vezes, quando alguém da família precisa de ajuda e eu estou livre. Mas só nesse caso mesmo. (Entrevista com Sadrak, comerciante e residente no bairro Mauazinho. Manaus, 2012)

Duas informações podem ser sugeridas a partir desta narrativa. Inicialmente, infere-se que nem todos os pescadores que migraram para o bairro do Mauazinho continuaram com a atividade pesqueira como principal atividade econômica e procuraram se estabelecer profissionalmente em outras atividades peculiares ao capitalismo industrial, como é o trabalho nas fábricas do Distrito Industrial de Manaus. Outra inferência, relacionada ao local de estabelecimento da comunidade, é que possivelmente a construção de alguns empreendimentos de grande porte como, por exemplo, a Usina Termelétrica de Mauá, a Refinaria Isacc Sabbá e a Siderama facilitaram a migração para o bairro (tanto de pescadores quanto de não-pescadores), uma vez que foram criados, a partir desses empreendimentos, uma série de condições

atrativas para o deslocamento ao local (rede viária, energia elétrica, água encanada, transporte público e abundância de espaço físico para delimitação de suas residências).

O item a seguir descreve, deste modo, as condições técnicas e políticas que determinaram a construção de projetos de indústrias de base no *locus* da pesquisa, e suas consequências sociais e econômicas às pessoas que se deslocaram ao bairro por conta da nova infraestrutura implantada.

1.2. Energia elétrica, petróleo e aço: projetos de infraestrutura de apoio à ZFM realizados no Mauzinho.

De acordo com Valle (2007, p. 110), “nos últimos quarenta anos, os empreendimentos que abriram as portas de modernização da Amazônia estão relacionados à presença de megaprojetos, entre eles a própria ZF”. Como sustenta a autora, projetos de desenvolvimento macroeconômico, principalmente planejados pelo Estado, trazem consigo uma série de obras, ideias e ações de promoção da modernização.

A Zona Franca de Manaus, principalmente após a chegada das primeiras atividades industriais, forçou a implantação de alguns projetos de infraestrutura de apoio às indústrias tais como a geração de energia elétrica, refino e distribuição de derivados de petróleo, e produção siderúrgica. Também foi necessária a criação de uma base de suporte logístico portuário para o trânsito de insumos e produtos acabados. Por conta da proximidade geográfica do Distrito Industrial, alguns desses projetos foram executados no bairro Mauzinho, com destaques à Refinaria de Petróleo Isacc Sabbá, o Complexo Termelétrico de Mauá, o Porto da Ceasa e a Siderurgia do Amazonas S/A (SIDERAMA), cujos projetos de implantação são detalhados a seguir.

1.2.1 Complexo Termelétrico de Mauá: ampliação da geração de energia elétrica e abertura da Avenida Solimões no bairro Mauzinho.

A história energética da cidade de Manaus, ao que se percebe através de análise documental, sempre foi atrelada aos ciclos econômicos da região amazônica e tem seu início em 1850 quando, atraídas pela economia da borracha, empresas privadas forneceram gasômetros para alimentar as lamparinas do sistema de iluminação de Manaus. A eletricidade, porém, chegou apenas no início do Século XX, por conta da

necessidade da instalação da rede de bondes públicos. Em 1895 foi constituída a *Manaos Transways and Electric Lighting Company*, de capital inglês, responsável não somente pela geração e distribuição de energia elétrica como também pelos bondes elétricos. Cabia ao estado somente a fiscalização dos serviços prestados. A partir da *Manaos Transways*, a geração de energia elétrica em Manaus passou por vários ciclos administrativos favoráveis e outros desfavoráveis, por conta dos diversos momentos econômicos em Manaus ao longo das décadas. A gestão da energia na cidade, no mesmo período, foi também modificada em muitas ocasiões: do capital inglês, passou a ser ativo do município, depois do estado do Amazonas, e a partir de 1973 passou a ser uma empresa controlada pelo Governo Federal.

A partir de 1968 iniciaram-se as construções dos primeiros parques fabris na área demarcada para abrigar o Distrito Industrial de Manaus, sendo esta área localizada próxima à Refinaria de Manaus e ao Porto da Ceasa, e afastada do centro da cidade. Em 1970 a cidade de Manaus possuía um precário sistema de geração e transmissão de energia, abastecido pela Usina Termelétrica de Aparecida e por cerca de seis geradores a Diesel espalhados por alguns pontos da cidade. A demanda total era de aproximadamente 15 MW à época, e os sistemas de distribuição e transmissão possuíam ainda a tecnologia do início do Século XX herdada da *Manaos Transways*. Ocorre então que as primeiras indústrias instaladas na cidade sofriam problemas constantes de falta de energia para sua produção fabril, comprometendo a produtividade e os prazos de entrega de produtos.

Deste modo, por conta de todas as pressões quanto à necessidade de se ampliar a capacidade de geração de energia elétrica não somente em Manaus, mas em todo o país, o Governo Federal (já gestor da geração de energia em Manaus) realizou uma série de acordos com outros países, na área de energia, para a construção de usinas e transferência de tecnologia. Para a capital do Amazonas, este acordo previu a implantação de uma usina térmica em Manaus, com finalidade principal de se gerar energia elétrica ao Distrito Industrial e à Siderurgia do Amazonas (Siderama).



Figuras 02 e 03: repercussão da inauguração da usina Mauá na imprensa local de Manaus, em novembro de 1973.
 Fonte: acervo UTE Mauá.

A área delimitada para a nova usina ficava à margem esquerda do rio Negro, próxima ao igarapé do Mauzinho e relativamente próxima à refinaria de petróleo e aos grandes consumidores industriais, no bairro Mauzinho. A obra de construção iniciou-se em 1971, e a inauguração da primeira etapa se deu em 15 de Novembro de 1973, com duas turbinas a vapor e uma subestação. A segunda etapa foi concluída em 1978, com a instalação de duas turbinas a vapor e a ampliação da subestação.

Até o início das primeiras movimentações para as obras da Usina Mauá, a área deste empreendimento era composta de floresta nativa e matas ciliares ao longo do igarapé do Mauzinho. Não havia construções residenciais urbanas assim como vias de ligação rodoviária entre o bairro e o Centro de Manaus. De acordo com os registros da Prefeitura de Manaus e complementado por relatos de residentes do bairro, pescadores e funcionários da Prefeitura à época, até meados da década de 1970 e antes da implantação da usina eram poucas as edificações no local. O relato do senhor José Maria Palmeira, ex-funcionário da Prefeitura de Manaus, apresenta um pouco o panorama do local à época, iniciando-se comentando a respeito do acesso ao Mauzinho:

Eu trabalhava como administrador do Cemitério São Francisco (localizado no bairro Morro da Liberdade em Manaus). Mas o Capitão Lupita, que era o diretor do departamento de cemitérios da prefeitura, todo mês chamava todos os administradores para fazermos inspeção, todo mundo junto, em todos os cemitérios. O cemitério do Mauzinho ainda funcionava, porque era aonde o pessoal do Careiro e do Terra Nova vinha enterrar seus mortos. Para chegarmos no cemitério do Mauzinho, só de barco. Tínhamos que pegar a lancha

lá no (porto do) Educandos para chegar lá. (Entrevista de José Palmeira, aposentado. Manaus, 2012)

A respeito de como era o panorama urbano do bairro antes da construção da usina, afirma:

O que tinha naquela época no Mauazinho? Eu me lembro que tinha a Vila da Felicidade, que ficava perto da Ceasa. Não o porto da Ceasa, a própria Ceasa mesmo. Tinha também uma comunidade do Mauazinho, que tinha uma meia dúzia de casas. Era um pessoal que vivia por conta de roça, de sítio, de caça e pesca. Dava até para caçar naquela área. Tinha a madeireira CIM (Companhia Industrial de Madeira, hoje chamada Amaplac) e se fosse para ir por terra, só se chegava até a fábrica da Xerox. A partir daí, era uma picada de barro que atolava a Kombi da prefeitura, então é por isso que a gente só ia de lancha. (Entrevista de José Palmeira, aposentado. Manaus, 2012)

Por fim, em relação às transformações iniciais do bairro após as primeiras construções de grande porte:

Pelo que eu me lembro, a Suframa abriu uma rua a partir da Ceasa, e a outra que chega até a usina e a madeireira. Era para abrigar as empresas que estavam chegando, mas acabou que o povo começou a invadir o local depois que abriram as estradas. O único lugar que não teve invasão foi lá no final da Avenida Solimões: a Camargo Correia recebeu uma área bem ao lado (da usina) e fez uma vila de funcionários. Mas depois da obra, anos depois, ela loteou a área dela, fez um conjunto, que é o Jardim Mauá, e vendeu os lotes. (Entrevista de José Palmeira, aposentado. Manaus, 2012)

É possível que a história oficial do povoamento do Mauazinho possa estar em concordância com o relato do senhor Palmeira, assim como outros relatos coletados durante o período desta pesquisa. De acordo com sua narrativa, é sugerido que os processos de urbanização os quais chegaram ao local a partir de 1970 facilitaram o povoamento. Também sugere-se que os processos de assentamento de pessoas no bairro se deu, sob a ótica jurídica, tanto de formas legalizadas pelo Poder Público quanto de forma ilegal, com a fixação dos migrantes em lotes de terras pertencentes ao patrimônio da Suframa. Por fim, José Palmeira sugeriu que a construção da usina possa ter

impulsionado o desenvolvimento econômico e a migração para o local, por conta da infraestrutura de apoio construída. Retornando à versão oficialmente documentada dos fatos, tem-se o Relatório de Atividades da Suframa de 1974 no qual consta que, dentre as atividades de infraestrutura realizadas, está “o alargamento da avenida Solimões e sua continuação até a usina da CEM, com asfaltamento previsto para o próximo ano [...] permitindo assim o estabelecimento de outros projetos de magnitude na Capital do estado do Amazonas” (p. 178).

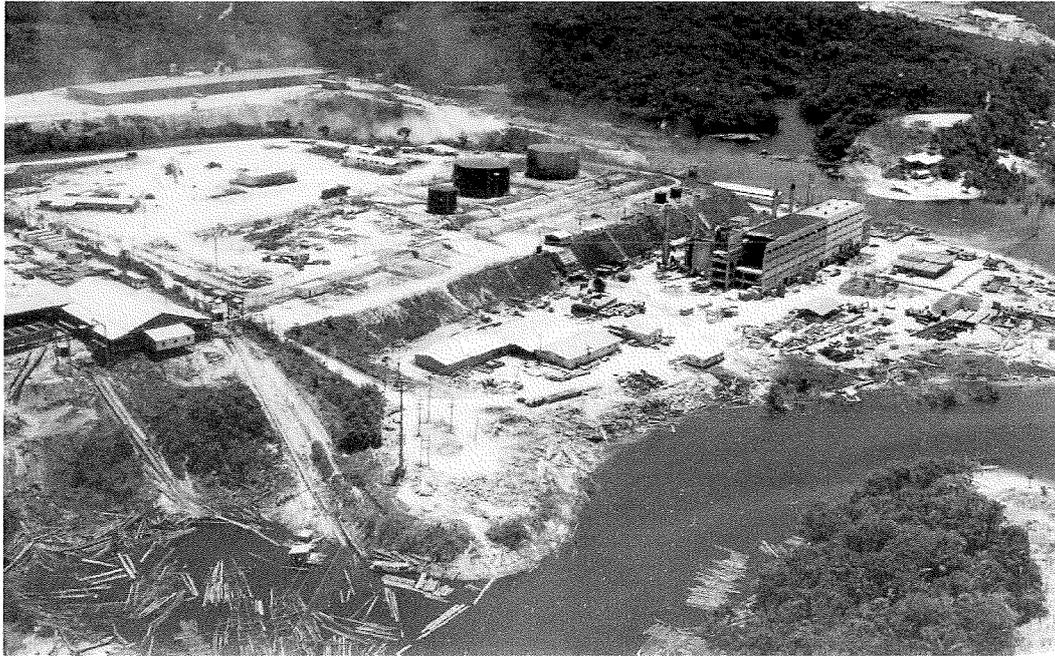


Figura 04: vista aérea da usina Mauá, em obras. Ano 1972. À esquerda da usina, a madeireira CIM já estabelecida na região e os troncos de madeira depositados no igarapé do Mauazinho.
Fonte: acervo UTE Mauá.



Figura 05: Inauguração da 2ª etapa da Usina Mauá. A fotografia foi tirada na av. Solimões, na qual se pode observar a existência de residências e pontos comerciais. Foto tirada em 1978.
Fonte: acervo UTE Mauá.

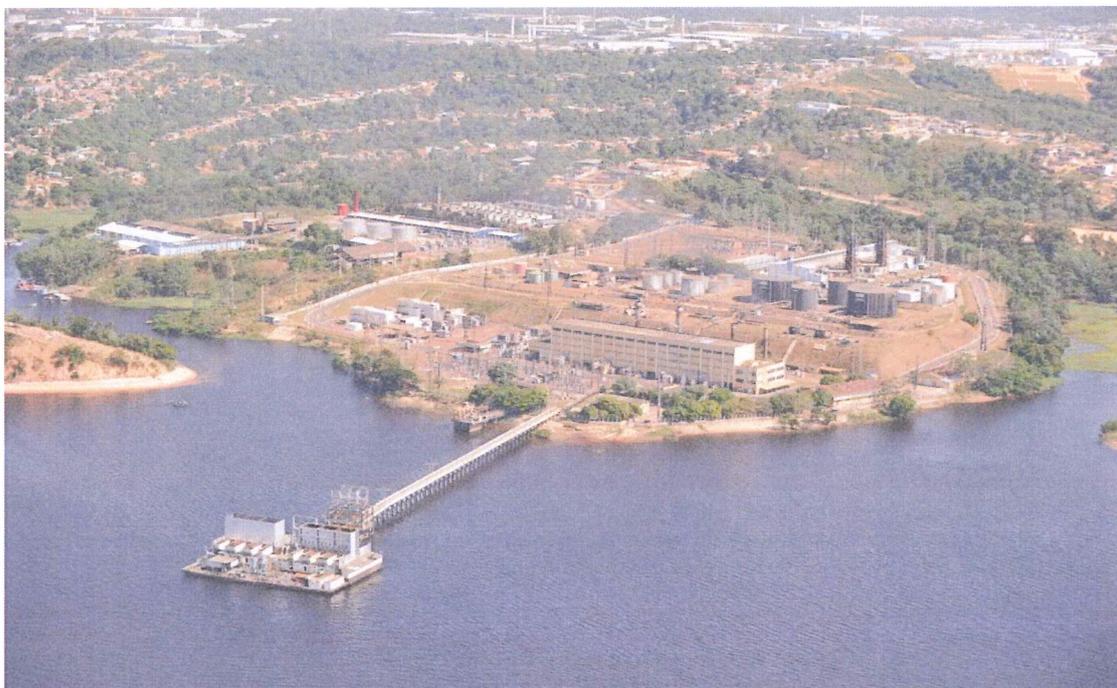


Figura 06: Complexo Termelétrico de Mauá nos dias atuais. Ao seu redor, o bairro do Mauzinho e o Polo Industrial de Manaus.
Fonte: acervo UTE Mauá. Foto tirada em agosto de 2011.

Atualmente o complexo emprega cerca de 450 pessoas, entre funcionários próprios e terceirizados. Outras duas usinas termelétricas de capital privado (Breitener e GERA) se instalaram, a partir de 2008, em uma distância de menos de um quilômetro da usina Mauá, aproveitando a infraestrutura existente e empregando aproximadamente duzentas pessoas em cada usina. O conjunto residencial Jardim Mauá, oriundo da antiga vila de funcionários das empreiteiras que construíram a usina, aparentemente é uma das áreas mais valorizadas do bairro Mauazinho e possivelmente o único local que teve urbanização planejada. De acordo com Manaus Energia (2009), cerca de 30 famílias residentes no conjunto possui pelo menos um membro que trabalha direta ou indiretamente para o complexo termelétrico. Ao se ampliar o espaço geográfico para todo o bairro, este número aumenta para 52 famílias.

1.2.2. Siderúrgica do Amazonas S/A: a tentativa de se criar a indústria do aço no Amazonas.

Em todos os anos de atividade profissional no Mauazinho, costumava ver a área da Siderama como um “elefante branco” que, por algum descaso do governo, foi abandonado após a utilização de enormes verbas estatais. O termo “elefante branco”, inclusive, foi amplamente utilizado por quase todos os entrevistados desta pesquisa que possuíam alguma relação com o empreendimento.

Quando os caminhos da pesquisa levaram à necessidade de se obter informações a respeito da implantação da Siderama em Manaus, havia um receio inicial de não obter sucesso na coleta de informações relevantes ao assunto. O escritório da Suframa, em Manaus, não dispunha de outras informações além das datas de implantação e fechamento da empresa. Na busca de informações em outras fontes do governo, foi encontrado o seguinte pronunciamento do Senador Jefferson Peres (PDT-AM, falecido em 2008) que pode mostrar um preâmbulo a respeito da instalação desta siderúrgica em Manaus:

Em 1970, eu tinha acabado de fazer um curso de pós-graduação em Administração, na Fundação Getúlio Vargas. Fui convidado pelo presidente de uma empresa siderúrgica em instalação na Amazônia – aliás, um ilustre dublê de intelectual e empresário, Sócrates Bonfim – para ser diretor administrativo com funções apenas relativas a pessoal: recrutamento, seleção, organização etc. Muito bem! A empresa vivia de incentivos fiscais, e como a Sudam retinha esses incentivos, a empresa, em determinado

momento – ainda não estava operando, estava em instalação –, começou a sofrer dificuldades financeiras, começou a atrasar fornecedores, recolhimento de tributos, e a Sudam encampou a siderúrgica, que passou a ser estatal, operada e controlada pela Sudam. A Sudam fez lá devassas: colocou auditoria externa e, afinal, encontrou uma irregularidade na empresa. Qual era a irregularidade? A empresa tinha deixado de recolher, tinha atrasado o recolhimento do imposto de renda descontado na fonte de seus empregados. Isso é considerado por lei como apropriação indébita, e, em princípio, respondem por isso todos os diretores. É a chamada “responsabilidade solidária” ou coletiva. Vejam bem: não é crime de apropriação indébita, praticado por uma pessoa que recebe dinheiro de alguém e se apropria dele. Não. É legalmente definido como “apropriação indébita”. A Sudam apresentou queixa e pediu abertura de inquérito. Aberto o inquérito, todos os diretores e ex-diretores – todos os oito – foram arrolados no inquérito. “Arrolado” é uma coisa, “indiciado” é outra. Todos foram arrolados no inquérito. Se São Francisco de Assis ou Jesus de Nazaré fossem diretores da Siderama, teriam sido arrolados no inquérito (Discurso do Senador Jefferson Péres no Senado Federal em 30 de outubro de 2007).

O discurso do senador (um dos primeiros administradores da Siderama), aliado à consulta dos relatórios de atividades da Suframa da década de 1970, permitiu levantar a informação que a Companhia Siderúrgica do Amazonas iniciou sua construção ao final de 1969, com capital privado, e suas atividades de produção iniciaram em 1974, uma vez que dependia da energia elétrica fornecida pela usina Mauá que, por sua vez, iniciou as atividades de geração de energia ao final de 1973. Em 1975, a empresa foi estatizada e controlada pelo Governo Federal. Por quase duas décadas, passou por uma série de problemas administrativos e, em 1995, foi oficialmente extinta e suas instalações foram fechadas.

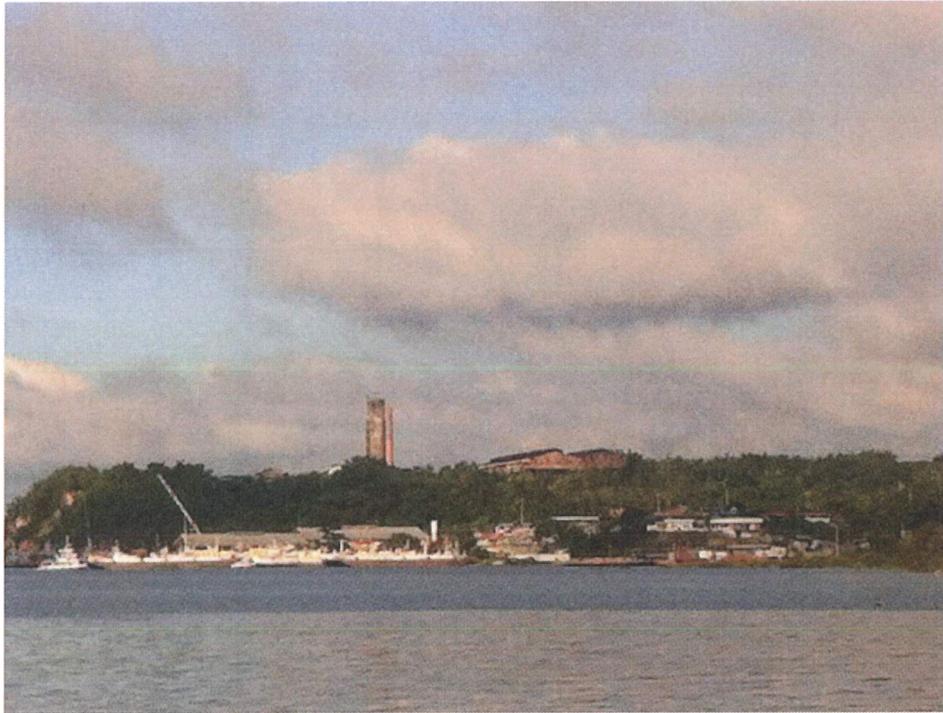


Figura 07: Complexo desativado da Siderama, em 2013.
Foto: Frederico Cesarino

Apesar de dados técnicos e administrativos das empresas instaladas no Mauazinho não serem relevantes para esta pesquisa, deve ser observado que o projeto da Siderama considerava a instalação de uma fábrica de carvão e a própria indústria siderúrgica para a fabricação de lingotes e vigas de aço, para o abastecimento das indústrias do Distrito Industrial. Como se tratava de uma atividade industrial inédita em Manaus, e de certa complexidade técnica, a mão de obra inicial foi recrutada em outros estados, em especial Minas Gerais. Junto ao complexo fabril da Siderama, foi construída uma vila residencial que abrigava os funcionários contratados em outros estados. Durante a pesquisa de campo para obtenção de informações do início das atividades da empresa, conheci o senhor Edimilson, natural de Manaus, filho de um funcionário recrutado em São Lourenço de Minas - MG para trabalhar na Siderama, em 1970. O mesmo afirma em relação ao início das atividades:

Meu pai era carvoeiro, e aqui em Manaus não tinha carvoeiros. Todo mundo foi contratado em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro para trabalhar na fábrica de carvão. Meu pai dizia que foi o próprio S. Sócrates, que era o dono da Siderama, que ia lá recrutar o pessoal. Meus pais chegaram e meu pai foi direto montar os autoforos da siderúrgica, que era a especialidade dele, montar fornos. Eu nasci aqui em Manaus, em 1977, e me criei dentro da vila da Siderama. Era muito bom, porque a

criançada morava na beira do rio, com a maior segurança. Parecia uma cidade do interior, e em volta não tinha absolutamente nada, só mato. Mas depois de um tempo, quando asfaltaram a estrada da refinaria e da Siderama, as fábricas começaram a chegar, e mais lá para dentro do Mauazinho, perto da Ceasa, o pessoal começou a invadir e colocou casa, comércio, bar ao longo da rua. A Suframa tentou tirar esse pessoal, mas não conseguiu. E o bairro ficou essa zona que é hoje. [...] morei na vila até o Collor fechar de vez a Siderama. Nesses anos todos ela não produziu quase nada, e não vendeu um único lingote de aço. Era uma tristeza, porque os equipamentos dela eram os mais modernos da época. Meu pai foi desligado da empresa e tivemos que nos mudar da vila. Fomos para o bairro do Mutirão, e com meu pai desempregado ele morreu de desgosto em 1999 (Entrevista do senhor Edmilson, ex-morador da Vila da Suframa. Manaus, 2013)

De acordo com o senhor Edmilson, ao final da década de 1970 a vila de funcionários da Siderama possuía em torno de 50 famílias residindo no local. Quase não ocorria rotatividade de residentes, e praticamente todas as famílias estavam estabelecidas desde o início da implantação do projeto. Ocorreu, no entanto, que a partir da década de 1980 os funcionários da empresa residentes na vila passaram a questionar se a Siderama seria mesmo uma empresa que teria plena atividade. Com receio de um possível fechamento da empresa, alguns funcionários passaram a ocupar terrenos ao longo do bairro Mauazinho, estabelecendo uma segunda residência no local. A partir de 1990, com o início do processo de extinção da empresa, tiveram de deixar suas casas na vila.



Figura 08: Destaque da construção da Siderama na mídia local. Data desconhecida. Fonte: Arquivo Nacional.

Apesar de não ter absorvido um grande quantitativo de mão de obra, como ocorreu na usina Mauá e na refinaria, atribui-se à Siderama uma pequena parcela de colaboração nos movimentos migratórios para o bairro Mauazinho a partir de 1970. A pesquisa desta dissertação verificou que, mesmo durante o período de construção do empreendimento, a maioria dos trabalhadores contratados pelas empreiteiras eram oriundos de outros estados, e não estabeleceram residência em Manaus após o final da obra. Os funcionários contratados para trabalhar diretamente na empresa, também de outros estados, residiam na própria vila de funcionários. Com o encerramento da empresa, parte dos funcionários desligados retornou às suas cidades de origem, e outra parte continuou a residir em Manaus, não necessariamente no bairro Mauazinho.

Outro fator que dificultou o estabelecimento de residências no entorno da Siderama foi sua localização geográfica. A empresa se situava em um platô, à beira do rio Negro e, circunscrita a ela, já havia a refinaria Isaac Sabba e outras empresas distribuidoras de derivados de petróleo. Com o início das atividades da ZFM, algumas empresas se estabeleceram próximas à siderúrgica, valendo-se da já existência de infraestrutura no local, e assim criando um ambiente que dificultava qualquer atividade residencial nas proximidades.

A infraestrutura existente no entorno da Siderama, que por sua vez foi criada para a implantação da refinaria duas décadas antes, permitiu que o início do desenvolvimento do bairro Mauazinho se iniciasse naquela localidade. As primeiras empresas do Distrito Industrial se estabeleceram numa área compreendida entre o Porto da Ceasa e a Rotatória da Suframa e somente após a abertura da Avenida Solimões, que dá acesso à usina Mauá, outras áreas do bairro foram ocupadas por indústrias e residências.

Atualmente a Siderama se encontra em situação de abandono, e apenas um funcionário da Suframa trabalha no local como vigilante. Uma série de impasses jurídicos impede que seus equipamentos e instalações sejam destinados a outras atividades. Desde 2009 existe um projeto de utilização de seu porto, pela iniciativa privada, com o objetivo de se ter mais uma forma de escoamento da produção da ZFM. Por conta dos mesmos impasses jurídicos, este projeto ainda não foi efetivado.

1.2.3 Refinaria Isaac Sabba: petróleo no Mauazinho.

A UN-REMAN - Unidade de Negócios da Petrobras no Amazonas (Refinaria Isaac Sabbá) foi fundada pelo empresário amazonense Isaac Benayon Sabbá e inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek, com produção de cinco mil barris/dia.

Com o nome de Companhia de Petróleo da Amazônia, a refinaria foi instalada às margens do Rio Negro em Manaus, e iniciou suas operações em seis de setembro de 1956 quando a região amazônica ainda sentia os efeitos da decadência da borracha.

A inauguração oficial ocorreu em 03 de janeiro de 1957. Em 1971, a Petrobrás assumiu o controle acionário da companhia, que passou a se chamar Refinaria de Manaus (REMAN). Em homenagem ao pioneirismo de seu fundador, em 1997 a Petrobras rebatizou-a como Refinaria Isaac Sabbá - UN-REMAN.

A implantação deste projeto começou nos anos 1950, quando a então Copam (Companhia de Petróleo da Amazônia) iniciou suas operações por meio da iniciativa do empresário Isaac Benayon Sabbá.

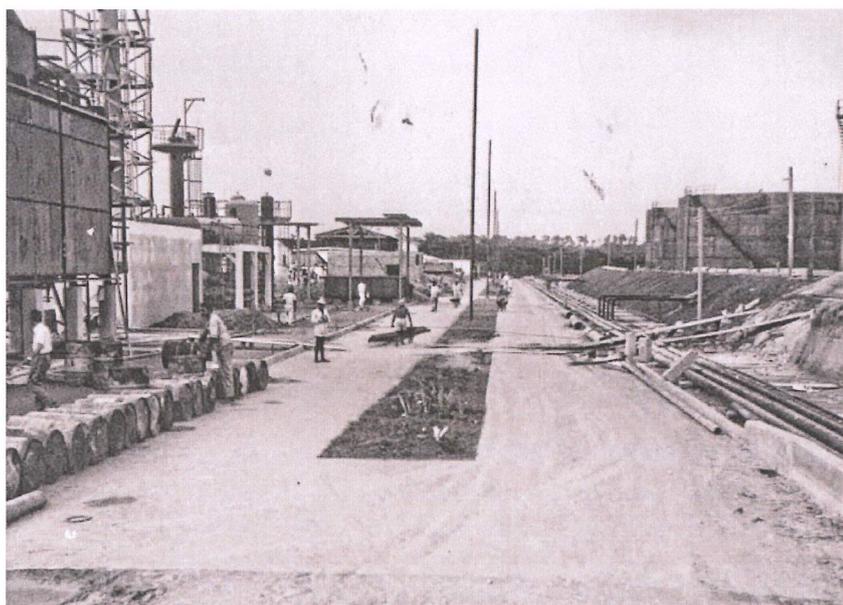


Figura 09: obras de construção da UN-REMAN na década de 1950
Fonte: acervo Petrobras

Descobriu-se, durante a pesquisa, que a família Sabbá já era detentora de grandes quantidades de terra na área do atual Mauazinho, desde o início do Século XX. A família já possuía alguns empreendimentos no local (plantação de juta, café e extração de madeira) e, com o desejo de expandir suas atividades, aproveitou a área de

sua propriedade para a criação da refinaria. Com a implantação da ZFM, grande parte das terras da família Sabbá foi desapropriada pelo Governo Federal, a partir dos anos 1970.

Assim como a Siderama, a refinaria possuía sua vila de empregados enquanto era gerenciada pela Copam. Por conta de sua localização distante dos outros bairros de Manaus, e a precariedade do acesso por via terrestre à época, era necessário que os empregados residissem próximos ao local de trabalho. Ainda assim, havia um serviço de transporte fluvial que realizava o deslocamento de pessoal entre o porto da refinaria e os demais portos do centro da cidade.

Somente após a estatização da empresa, na década de 1970, foi criada a infraestrutura de apoio à refinaria (abertura de vias terrestres, distribuição de energia, rede de saneamento, rede telefônica). Também, neste período, a vila de funcionários foi desativada e sua área foi utilizada na expansão das atividades de refino. Com esta expansão, aumentou-se a capacidade de produção e o número de funcionários. Em 1980, a refinaria possuía em torno de 3000 funcionários, e em 2010 cerca de 4000 funcionários. Destes, em especial funcionários de empresas terceirizadas, alguns estabeleceram suas residências no Mauazinho, como exemplifica o senhor Sidney, soldador de uma empresa terceirizada que reside no bairro desde 1991:

Eu morava na Compensa e estudava no Pro Menor Dom Bosco, onde fiz o curso de soldador e de montador mecânico. Quando terminei o curso fui estagiar na Reval, que faz manutenção nos navios da Transpetro. Quando terminei o estágio fui efetivado pela empresa, que fica lá no Porto da Ceasa, e tinha horas que ficava dentro dos navios, e horas que eu ia direto trabalhar na refinaria. Mas depois eu acabei ficando quase todo o tempo nos navios mesmo. [...] A Compensa é bem longe da refinaria, então quando estava melhor de dinheiro eu comprei uma casa no Mauazinho, que estava bem barata. E um monte de outros colegas da empresa compraram casa ou terreno por aqui na mesma época, pois sempre teve um preço mais em conta. [...] compensa morar aqui só mesmo se você trabalha por perto, porque aqui é violento e falta muita coisa. Mas eu consigo acordar às seis horas para entrar no trabalho as sete, o que não dava para fazer quando morava no outro bairro. [...] na minha rua tem quatro vizinhos que trabalham na Remam terceirizados, e sei que nas outras ruas tem mais um monte, pois a rota deixa muita gente aqui por perto. [...] e até hoje tem gente que vem morar aqui porque arrumou emprego na BR (Entrevista com Sidney, soldador. Manaus, 2013).

O relato do senhor Sidney exemplifica a informação de Reman (2008) que cerca de 90 famílias residentes no entorno da refinaria possui um ou mais membros que trabalham diretamente na Petrobras ou suas empresas terceirizadas. Aproximadamente outras 100 famílias possuem membros que trabalham em alguma atividade econômica dependente da refinaria. Alguns residentes do bairro eram oriundos da antiga vila de funcionários da Copam, porém a maioria se estabeleceu na localidade após a década de 1980.

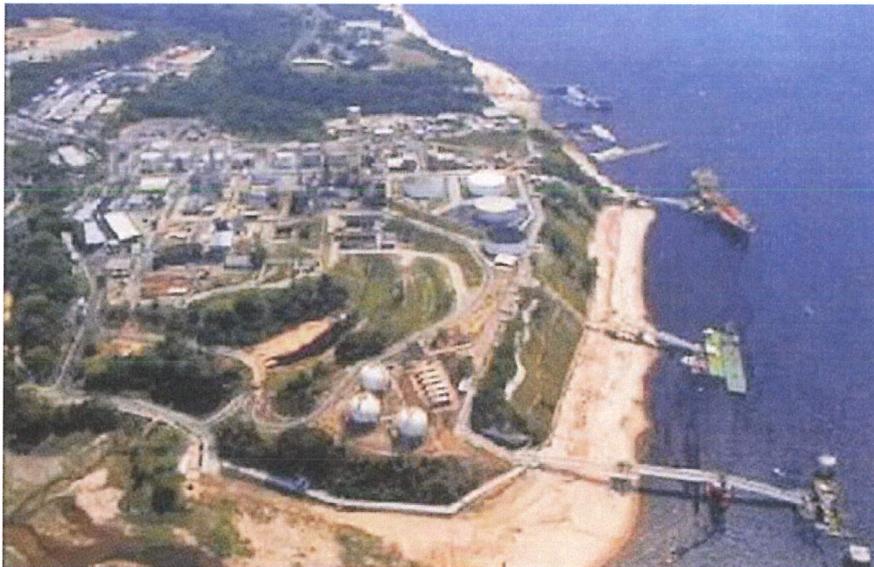


Figura 10: Refinaria Isaac Sabbá em 2012.
Fonte: acervo Petrobras.

A migração para o bairro Mauazinho não foi um fenômeno isolado no crescimento populacional de Manaus na década de 1970, e sim faz parte de um movimento migratório ainda maior ocorrido em outros bairros e zonas administrativas de Manaus no período. Assim, para se compreender os processos migratórios gerais e peculiares do local, primeiramente é necessário o conhecimento de alguns dados relativos à expansão demográfica em Manaus nos últimos quarenta anos, e o histórico de criação tanto do Mauazinho quanto de outras localidades de periferia da capital do Amazonas.

1.3 Expansão demográfica e o povoamento das áreas de periferia em Manaus.

Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro e na faixa externa da

área urbanizada. Na visão sociológica, define-se periferia os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação (SCHORNER, 2010). Aparentemente, as duas definições estão falando se aproximam; no entanto, este uso indiscriminado do termo leva a uma série de imprecisões na sua utilização. Por este motivo, nesta pesquisa a expressão periferia é utilizada tal como a definição de Bonduki & Rolnik (1978), ao afirmarem que periferia são “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social” (p. 43). O termo periferia assume, então, além de seu conceito geográfico de *o que está à margem*, o conceito social de *exclusão*. As ações humanas são entendidas como um dinâmico processo de criação e recriação das experiências que nos impelem a delimitar o campo da pesquisa nos espaços rurais e urbanos em função da diversidade que se move em um mesmo território. Assim, o território deve ser visto como fruto de uma classificação das pessoas a partir do espaço que ocupam, ou ainda, pelas referências ao espaço de onde elas procedem (SCHORNER, 2010).

O crescimento populacional e expansão urbana dentro das cidades é objeto da pesquisa sociológica de autores como Speck (2000) e Ingersoll (2006), que afirmam existir um fenômeno derivado das formas de suburbanização de muitas cidades que, a partir dos anos 1970, conheceram um acentuado crescimento das suas atividades econômicas e, por consequência, crescimento populacional por conta de fenômenos migratórios. Trata-se do povoamento das áreas periféricas dessas cidades por pessoas com menor poder econômico e que realizam diariamente o que os autores definem como *movimentos pendulares diários*, como são os movimentos de deslocamento casa-trabalho-escola-casa, ou casa-trabalho-supermercado-lazer-casa. Ainda de acordo com os autores, a mobilidade pendular no espaço / tempo passou a ser uma condição fundamental para a generalização do modelo cultural médio das populações que habitam tais espaços. Como identificou Giddens (1989), o funcionamento do cotidiano é fortemente marcado pela criação de uma rotina das trajetórias espaço-temporais. Esta rotina, acompanhada dos trajetos deslocados diariamente pelo grupo, podem ser muito bem observados ao se trazer esta teoria ao *locus* da cidade de Manaus.

A partir da chegada das primeiras empresas ao Distrito Industrial, a cidade de Manaus apresentou um crescimento populacional intenso e desordenado, de acordo com os dados oficiais. Em 1960 a população era de 321 mil habitantes, saltando para pouco mais de 900 mil ao final da década de 1970.

Até meados da década de 1970, os espaços urbanos e aglomerados estavam limitados às zonas administrativas sul, centro-sul, oeste e centro-oeste de Manaus. A área portuária da cidade era intensamente povoada, com pouca densidade nas regiões norte e leste. Após a criação da Zona Franca de Manaus, a cidade recebeu uma grande quantidade de migrantes e outras áreas e novos bairros na cidade surgiram, sendo que alguns bairros foram criados por meio de estabelecimento irregular de famílias em áreas verdes ou de relevância estratégica no sentido político (PNUD, 2010).

No início da década de 1980 iniciou-se um intenso processo de povoamento das áreas mais afastadas do centro da cidade. A expansão para as zonas administrativas leste e norte, seja por estabelecimentos regulares ou irregulares de famílias, marcaram o início do uso do solo estratificado e as novas ocupações que foram se formando na cidade já surgiram bem mais marcadas pelo nível de renda dos seus habitantes. Muitos dos maiores bairros que existem atualmente na cidade surgiram nessa década. Entre eles, os bairros de São José Operário, Zumbi dos Palmares, Armando Mendes e Cidade Nova e o próprio bairro do Mauzinho. A grande concentração populacional nas zonas leste e norte são responsáveis pelo agravamento de problemas relacionados à ocupação desordenada do solo, destruições da cobertura vegetal, poluição dos corpos d'água e deficiência do saneamento básico. Também reafirma a existência dos movimentos pendulares considerados por Speck e Ingersoll nesses bairros, como é exemplificado no relato do senhor Irapuan, residente do bairro São José Operário, que trabalha como engenheiro em uma fábrica localizada no Distrito Industrial de Manaus e explica sua rotina diária composta de deslocamentos do tipo “vai-e-volta” ao bairro em que reside:

Moro desde que me casei, em 1998. Já tinha virado bairro, mas ainda não tínhamos o título definitivo da casa. [...] Praticamente o bairro é somente para eu morar já que minha rotina de trabalho é quase toda fora daqui, pois acordo cedo, levo as filhas à escola no (bairro) Adrianópolis. Volto para casa e durmo mais um pouco. Acordo na hora do almoço e saio para fazer a feira para minha mulher. Às quatro da tarde saio para o trabalho no Distrito e volto uma da manhã. No outro dia é tudo igual. (Entrevista com Irapuan Carvalho, engenheiro mecânico. Manaus, 2012).

O crescimento urbano de Manaus foi o maior da região Norte, de acordo com o CENSO 2010. Nos últimos dez anos, a cidade transformou-se em um dos municípios mais populosos do Brasil, e que apresentou a maior taxa média geométrica de crescimento anual. A taxa de crescimento urbano tem sido maior que a taxa nacional, apesar de ter sofrido uma queda no último censo. A intensa urbanização da cidade,

muitas vezes de forma desordenada, ao longo das décadas de 1980 e 1990, contribuíram para que sua área urbana perdesse cerca de 65% de cobertura vegetal, sendo que cerca de 20% foram degradadas em menos de vinte anos, entre 1986 e 2004 (IBGE, 2012).

Este crescimento concentra-se, sobretudo, na zona norte da cidade. Pode-se afirmar que as zonas sul, centro-sul e centro-oeste estão consolidadas enquanto espaço urbano em toda sua extensão. A zona leste, apesar de possuir uma imensa área ainda não ocupada efetivamente, não dispõe mais de espaços, pois a área que pertence à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) representa 45% do total da área da região (MANAUS, 2011).

Apesar de originalmente suas terras também pertencerem à SUFRAMA, ocorreu no bairro do Mauazinho uma migração de pessoas que se estabeleceram em terrenos de propriedade da autarquia, e que não pôde ser contida pelo Poder Público. Também ocorreu que alguns grupos migrantes a este bairro não necessitam realizar os movimentos pendulares entre periferia e área central da cidade, por conta do local abrigar, ao mesmo tempo, sua moradia e local de sua atividade econômica, como é o caso dos pescadores residentes no local. Para a compreensão desta peculiaridade no povoamento deste bairro, foi necessária inicialmente a pesquisa em registros da Prefeitura de Manaus e da SUFRAMA para a obtenção de dados econômicos e de planejamento urbano. No entanto, necessitou-se o cruzamento das informações oficiais com relatos de residentes do bairro (tanto pescadores quanto não-pescadores), e de funcionários antigos de empresas do bairro como, por exemplo, a usina Mauá e a refinaria.

1.3.1. Criação e início do povoamento do bairro Mauazinho.

O Mauazinho, localizado na zona leste da cidade de Manaus, é um dos bairros mais distantes do centro da cidade, em comparação com os demais bairros da zona urbana do município. Sua elevação à categoria “bairro” se deu em 1968 após a implantação da Zona Franca de Manaus e seu povoamento iniciou, de acordo com a história oficial, em 1969 após a construção do Porto da Ceasa (MANAUS, 2011). Em seu projeto original, o bairro teria por finalidade apenas abrigar atividades industriais e comerciais, oriundas das empresas em instalação após a criação da Zona Franca de Manaus.

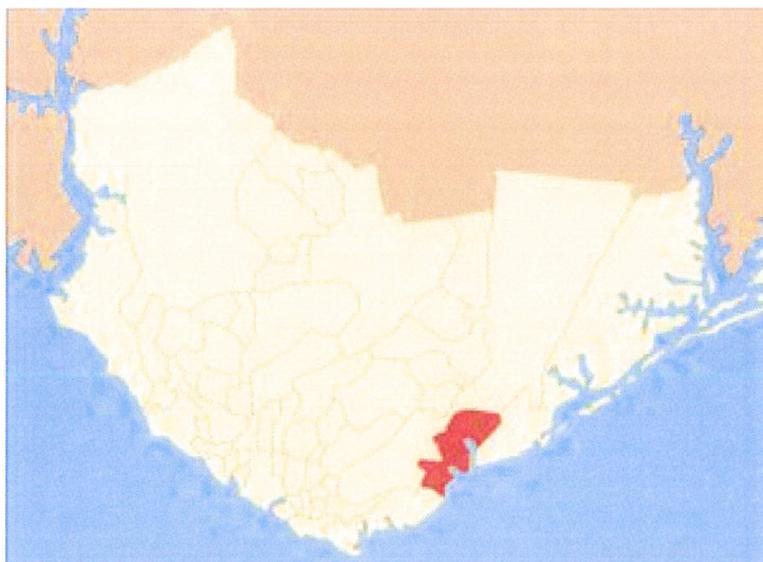


Figura 11: destaque do bairro do Mauzinho (em vermelho), na cidade de Manaus.
Fonte:<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a6/Mauzinho.png>. Acesso em 05/05/2012.

A partir de 1970 algumas obras de grande porte se iniciaram no bairro como, por exemplo, a Companhia Siderúrgica do Amazonas (Siderama), a expansão da Refinaria Isaac Sabbá, incorporada pela Petrobras, e alguns estaleiros e madeireiras. Em 1972 iniciaram-se as obras de construção da Usina Termelétrica de Mauá na localidade. Por conta de necessidades infraestruturais, foi necessária a criação de uma via de acesso terrestre ao local (Avenida Solimões), que por sua vez cruzava toda a extensão do bairro e ligava a usina às fábricas do Distrito Industrial e aos pontos comerciais da localidade. Até então, a área era isolada por via terrestre, e nada mais havia além de floresta nativa e algumas propriedades rurais (REDE AMAZÔNICA, 2011; ELETRONORTE, 2008).

O senhor Gilson Correia, 75 anos, possuía propriedade rural às margens da atual Avenida Solimões, e relembra alguns fatos a respeito da evolução da área nas últimas décadas:

Meu terreno era somente para o lazer da família. Eu havia comprado essa área em 1964 do cara que era o dono, que estava doente e não tinha mais como cuidar. Paguei bem barato mesmo, porque era difícil o acesso para a área. Quando era época de chuva, o carro atolava e tinha que ser puxado de trator. Quando começaram a construir a usina, as “patrols” (pás mecânicas) começaram a rasgar a rua e colocar piçarra, para que os equipamentos da usina pudessem ser transportados. Aí depois passaram os cabos de energia e de telefone. Depois começou a chegar gente, e os mais espertos passaram a lotear os terrenos e vender para o pessoal que trabalhava na obra ou que trabalhava nas fábricas. Na época, aluguel parte do terreno que era bem plana para o pessoal da EBE (Empresa Brasileira de

Engenharia) guardar seus equipamentos. Todo mundo que tinha sítio aqui acabou vendendo o terreno para alguma empresa ou então o loteou e vendeu para particulares. Eu fui um dos últimos a vender, e vendi somente quando a Breitener me fez uma boa proposta. Com o dinheiro, comprei a minha casa atual (no próprio Mauazinho) e construí uns apartamentos na Zona Leste. Hoje está diferente tudo aqui, só tem empresas e casas. Derrubaram o mato todo e é esse poeiral danado. É carreta indo e vindo e essa fumaceira danada. (Entrevista com Gilson Correia, aposentado. Manaus, 2012).

Sugere-se através desta narrativa que a construção da usina teve grande participação para a transformação urbana do bairro Mauazinho, assim como o declínio de suas características rurais. Supõe-se que a criação da infraestrutura inicial ao longo da Avenida Solimões trouxe condições mais viáveis para o estabelecimento de residências na localidade, assim como gerou especulação imobiliária, ao longo dos 40 anos seguintes, pelos proprietários originais dos terrenos rurais.

A construção da usina demandou uma grande quantidade de mão de obra, tanto qualificada quanto sem qualificação. No início de 1973, cerca de 750 pessoas trabalhavam na construção e, por razões logísticas, foi construída uma pequena vila para operários a cerca de 400 metros da entrada da usina, com uma infraestrutura básica de água, esgoto e energia elétrica, além de linha transporte coletivo a qual ligava o local ao centro da cidade. Foram construídos também alguns pequenos comércios, tais como padarias, restaurantes e pequenos supermercados, para atender aos operários. Esta vila teria caráter temporário e seria demolida ao final das obras pela construtora Camargo Correia, proprietária da vila. Ocorreu, no entanto, que muitos ex-operários optaram por não sair do local e a vila foi o embrião para a criação do Conjunto Jardim Mauá, que faz parte do bairro e que conta hoje com aproximadamente 3000 habitantes.

A construção da Avenida Solimões serviu como “espinha dorsal” para a implantação de várias unidades fabris no Distrito Industrial, e em 1973 a área era repleta de construções em andamento. Havia grande oferta de trabalho nas obras, o que estimulou o fluxo migratório para a cidade. Assim, por conta da necessidade de se estabelecer residência, aliada à quantidade de terra disponível no local com boa infraestrutura, muitas áreas foram ocupadas de forma irregular não somente ao longo da Avenida Solimões, como também entre a usina e o porto da Ceasa (ELETRONORTE, 2008).

As primeiras residências surgiram quando um grupo de pessoas ocupou, em janeiro de 1973, uma área de seringal nas proximidades do igarapé Mauá, com o objetivo de construir suas casas próprias. Já havia no local, no entanto, cerca de 30 famílias ribeirinhas, que habitavam a margem do rio e viviam da agricultura e pesca de subsistência. Oriundos de bairros adjacentes e de municípios vizinhos de Manaus, os moradores se juntaram e fizeram a derrubada da floresta nativa, para iniciar a habitação. Meses depois, a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) pressionou os novos moradores a saírem do local, alegando a posse da propriedade. Ameaçados, os habitantes se uniram e foram aos meios de comunicação reivindicar às autoridades o direito de permanência no local. Após uma série de conversas entre a comunidade e as autoridades governamentais, foi decidida a permanência temporária da comunidade no local até que fosse tomada a melhor decisão a respeito deste tema. O assunto foi então esquecido, uma vez que mais empresas se instalavam no local e toda a atenção do governo era voltada às atividades industriais e comerciais e a geração de novos empregos (NAZARETH, 2010).

A Suframa voltou, no entanto, a reivindicar a posse da área em junho de 1984. Com a utilização de tratores e com auxílio da polícia, iniciou uma tentativa truculenta de retirada dos moradores. Casas foram derrubadas e houve confrontos diretos entre moradores e policiais. Os moradores, porém, não cederam. Ainda em junho desse mesmo ano, os moradores tentaram realizar uma negociação com a Suframa, esta representada pelo então superintendente Joaquim Lopes e seu assessor Coronel Rodolfo. Os comunitários eram liderados pela pedagoga e missionária Elani Maria Góes e apoiados pela Arquidiocese de Manaus e a imprensa. Estas negociações entre governo e a comunidade, ocorridas entre junho e setembro de 1984, também geraram impasses e nada foi resolvido. Ocorre que, desde então, a população do Mauazinho cresce a cada ano, de forma irregular, e suas residências ainda não possuem documentação de título definitivo de propriedade (REDE AMAZÔNICA, 2010; NAZARETH, 2010). Procurou-se, durante a pesquisa, algum residente do bairro que pudesse comentar a respeito das duas tentativas de desapropriação dos moradores do Mauazinho. Chegou-se até a senhora Maria Santana, industriária e residente no bairro desde 1980, que recorda o que chama de *tensões* ocorridas à época, entre moradores do bairro e Suframa:

Meu terreno comprei já de terceiros que lotearam a área, mas a gente já sabia que eram terras do governo. Construimos a casa e

uns três anos depois a gente começou a receber as cartas da Suframa dizendo que era para a gente sair daqui, que as terras eram deles. Nessa época, eu trabalhava na CCE como montadora, e meu marido trabalhava na Siderama. Então tive que sair do emprego para ficar em casa o dia todo, com medo do pessoal vir aqui e derrubar as casas. E naquela época a polícia sentava a porrada mesmo e passava o trator nas casas. E foi que um dia eles finalmente vieram, e foi horrível: tinha gente que se deitava na frente do trator, tinha gente apanhando da polícia, e foi a maior confusão até que o padre e a Dona Elani da pastoral foram conversar com o encarregado da retirada das casas. Era uma tensão danada, parecia que alguém iria sair morto dali, mas não sei o que conversaram que fizeram as máquinas saírem daqui. Depois nos outros dias o pessoal do rádio, televisão, jornal vinha aqui toda hora para entrevistar o pessoal, perguntar para nós se tínhamos onde morar se tivéssemos que sair [...]. Só que depois de mais de um ano que isso tudo ocorreu, o pessoal tinha dito que a briga estava na justiça, e por enquanto ninguém iria ser retirado, então voltei a trabalhar. Apesar de ninguém aqui ter título das casas até hoje, nunca mais veio alguém aqui tentar retirar a gente. Não teve mais tensão nenhuma. (Entrevista com Maria Santana, industriária. Manaus, 2012)

Atualmente residem, nos 723 hectares do bairro do Mauazinho, aproximadamente 25 mil habitantes de acordo com o CENSO 2010. Um detalhe alarmante é que cerca de 4000 habitantes do bairro ainda não são assistidos no setor de educação, saúde, segurança e nem mesmo saneamento básico. A perspectiva é de que, na presente década, os comunitários terão o título definitivo das terras e serão beneficiados por programas sociais e de infraestrutura dos governos municipal e estadual (NAZARETH, 2010).

O bairro conta com uma vista panorâmica do encontro das águas dos rios Negro e Solimões, um dos pontos turísticos de Manaus, e motivo de orgulho pelos habitantes. A localidade, entretanto, ainda necessita de muitos serviços essenciais. Embora o asfalto tenha chegado a todo o bairro em meados da década de 1990, muitas ruas ainda não possuem estrutura de saneamento básico e sistema de esgoto.

Não existem quadras esportivas e as áreas de lazer se constituem basicamente de bares e restaurantes espalhados pelo bairro. A maior central de abastecimento e referência do bairro, a Ceasa, está obsoleta e subutilizada. O transporte público é precário, e apenas três linhas de ônibus coletivo atendem a localidade com periodicidade irregular e frota em más condições de conservação.

Apesar de o bairro apresentar, no presente, predominantemente características urbanas, verifica-se que alguns grupos de habitantes ainda mantêm atividades típicas de

áreas rurais no local. A Vila da Felicidade ainda existe próxima ao porto da Ceasa, e apesar de muitos de seus residentes atuais trabalharem com atividades diversas, principalmente como empregados no setor industrial, ainda podem ser vistas residências de pescadores, extrativistas ou agricultores. E, ainda, há os pescadores que migraram para o local e se estabeleceram ao final da Avenida Rio Negro, sendo a predominância das residências pertencentes às famílias que se dedicam integralmente da pesca artesanal e mantém um *modus vivendi* divergente de outros grupos estabelecidos no local.

1.3.2 Entre os dois lados do rio: fixação do grupo de pescadores no bairro Mauzinho.

Relatos de membros do grupo estudado afirmam que, antes da construção da UTE Mauá e do povoamento do bairro, a área fluvial compreendida entre a ilha de Marapatá e o início do encontro das águas dos rios Negro e Solimões já era utilizada como base de captura de pescado para pescadores residentes na margem oposta de onde se encontra a usina, nos municípios de Careiro Castanho, Careiro da Várzea e Autazes. Ocorre que, em algumas épocas do ano, os cardumes de maior valor comercial migram do rio Solimões para o rio Negro, e assim grande parte deste fluxo migratório passa pela área da orla fluvial do bairro Mauzinho. Até a década de 1970, a pesca artesanal na localidade era organizada por meio de expedições de três a cinco dias, com pernoite na embarcação. O pescado capturado, de acordo com relatos colhidos para esta pesquisa, era vendido em Manaus em mercados longe das áreas de pesca, e após a comercialização do pescado a embarcação retornava ao município de origem.



Figura 12: território de pesca, entre a ilha do Marapatá e o encontro das águas.

Fonte: Google Earth. Data da imagem: janeiro de 2010.

A criação da UTE Mauá inicialmente gerou aos pescadores artesanais, então ainda residentes do outro lado do rio, um sentimento de ameaça às suas atividades de subsistência, pois receavam que as atividades de geração de energia acabassem por expulsar os cardumes da região. À época, tais pescadores não eram organizados em sindicatos ou colônias, e assim não conseguiram um canal de comunicação com a empresa para expor seus questionamentos e sugestões. No entanto, o que consideravam ameaça acabou por se tornar um fator positivo para as melhorias das condições de trabalho a este grupo de pescadores. O pescador conhecido como “Azul”, cujo nome verdadeiro é Raimundo Azevedo, é um dos pescadores mais antigos que acabaram por se estabelecer no bairro. Oriundo de uma comunidade ribeirinha do rio Solimões, relata como eram os trabalhos de pesca antes de 1970:

Meu avô era cearense e veio para o Amazonas para ser seringueiro. Ele rodou bastante e acabou ficando lá na comunidade do lago. Meu pai nasceu lá, e sempre trabalhou com pesca, com roça e com madeira, mas o que ele fazia mais era pescar mesmo. Eu pescava desde criança com meu pai. Quando tinha lua escura, meu pai pegava os filhos e o irmão e a gente vinha para cá em Manaus pescar e ficava uns três ou quatro dias pescando. E não era só a gente: tinha outros motores de gente do Careiro, do Autazes, do Limão, e sem falar no pessoal de Manaus mesmo que vinha lá do Educandos ou do São Raimundo para pegar o peixe aqui. Eu acho que aqui era a melhor área de pegar peixe, principalmente onde ficava a

(madeireira) Amaplac (ao lado da usina). Além dos motores, já tinha um enxame de pessoal que vinha comprar o peixe dos motores e vendiam lá na Manaus Moderna e na Panair. A gente dormia no barco ou então às vezes dava para dormir acampado no mato perto do cemitério. Quando parava de dar peixe, era hora de ir embora. (Entrevista com Azul, pescador. Manaus, 2011).

A construção da usina Mauá gerou a necessidade da criação de uma avenida a qual atravessou todo o bairro e o ligou ao centro da cidade. Esta avenida permitiu a instalação das atividades industriais de várias empresas ao longo da avenida, além da ocupação de áreas por migrantes de outros bairros e municípios que desejavam se empregar nas fábricas recém-criadas do Polo Industrial de Manaus. Os pescadores, durante suas atividades de trabalho no meio do rio, podiam assistir toda essa movimentação migratória a partir de suas embarcações, e ao final de 1978 um grupo de 05 famílias de pescadores decidiu se estabelecer em terrenos localizados na margem do igarapé do Mauazinho, vizinhos à Usina Mauá e bem próximos ao recém-inaugurado Porto da Ceasa.

Quando eu tinha uns 12 anos e morava lá do outro lado do rio, a gente sempre vinha pescar deste lado aqui. Mas depois que começaram a abrir ruas daqui deste lado, meu pai chamou toda a família, colocou no barco e viemos morar aqui. Meu pai construiu uma casa e logo demos sorte de abrirem a Rua Rio Negro bem na frente. Aí todo mundo lá do outro lado correu para cá pegar um terreno (Entrevista com Stanley, pescador. Manaus, 2012)

Encontraram uma situação extremamente favorável para a prática de suas atividades: à margem do igarapé, construíram um pequeno porto flutuante para suas embarcações. O custo logístico de cada expedição de pesca reduziu consideravelmente, uma vez que passaram a residir em frente ao local de captura, e a produção era comercializada no porto da Ceasa, a menos de um quilômetro de distância dali. A rede de distribuição de energia elétrica, a qual chegou após a inauguração da Usina Mauá, permitiu a instalação de uma fábrica de gelo no bairro do Mauazinho, e assim o pescado capturado passou a ser mais bem conservado. A segurança patrimonial da UTE Mauá indiretamente beneficiava os vizinhos pescadores contra a ação de assaltantes às embarcações. Finalmente, a instalação da UTE Electron a aproximadamente 300 metros da margem permitiu a criação de uma estrutura de atração aos cardumes, aumentando

consideravelmente a quantidade capturada naquela área, sem riscos à segurança das instalações da usina ou aos pescadores.

Assim, a partir de 1980 outras famílias de pescadores migraram para o bairro do Mauazinho, e estima-se que atualmente cerca de trinta famílias residentes próximas à usina vivem da pesca artesanal. São filiados à Colônia de Pescadores Z-12, de Manaus, e seguem, em sua maioria, todas as regras políticas e ambientais (definidas pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Pesca) para o exercício de suas atividades como, por exemplo, o cumprimento do defeso ambiental.



Figura 13: embarcação pesqueira entre a UTE Electron e a margem onde se encontra a UTE Mauá, em 2011.

Foto: Frederico Cesarino.

Durante a pesquisa, verificou-se entre membros do grupo de pescadores, através de seus relatos, que o bairro do Mauazinho é um local considerável bom para se morar. Quando questionados o que significava “bom”, obtinha-se como resposta que o motivo que lhes agrada é, principalmente, a possibilidade de morar na cidade e poder trabalhar com a pesca perto de casa. Também alegam satisfação pelo fato de estarem perto de um igarapé que não é poluído, por não terem tido de pagar pelos terrenos nos quais residem, e pelo fato de estarem próximos a escolas, hospitais, fornecedores de equipamentos, farmácias e supermercados. Também alegam que o bairro é bom por terem energia elétrica, telefone e água encanada, o que não possuíam nas comunidades de origem.

Em contrapartida, muitos pescadores reclamam que o bairro é violento e que há muitos pontos de venda de drogas entorpecentes, apesar de gostarem de residir no local. Com isso, de acordo com as palavras do senhor Azul, o bairro se torna “um local não muito bom para se criar os filhos”. Entre pescadores mais novos, já nascidos no bairro, verificou-se que a reclamação mais comum é a distância do bairro aos shopping centers e casas de entretenimento, além da falta de opções de lazer no próprio bairro.

O grupo de pescadores acaba sendo, de acordo com a percepção de alguns não-pescadores do bairro entrevistados, como um grupo que vive de maneira peculiar e diferenciada em relação aos demais habitantes do local. Conforme será apresentado no próximo item, a localidade apresenta uma série de situações e fatos que o classificam como uma localidade carente no ponto de vista econômico. Já o capítulo III mostra como se dá essa peculiaridade econômica e social dos pescadores, que os diferenciam dos demais habitantes da localidade.

1.4 A pobreza no bairro Mauzinho: percepções dos residentes.

Quando realizadas as primeiras incursões às ruas do bairro, em um primeiro momento a estética da localidade sugeriu que se tratava de uma área a qual abrigava uma população carente de recursos econômicos e sociais. Deixando de lado por um momento a análise sociológica, uma primeira vista do bairro leva ao observador um pré-julgamento de que o Mauzinho é uma área *pobre*, principalmente por conta de sua urbanização não planejada e das diferentes configurações de residências (casas de alvenaria, casas de madeira, apartamentos e vilas) coexistindo nas diversas ruas. Assim, havia uma primeira impressão de que muitos habitantes se estabeleceram no bairro por não disporem de recursos financeiros para o estabelecimento em outros bairros com melhores condições infraestruturais.

A pesquisa de campo, no entanto, mostrou os erros deste pré-julgamento. Como observado ao longo deste capítulo, de alguma forma os três grandes projetos realizados no local (Reman, Siderama e Usina Mauá) atraíram e ainda atraem migrantes ao bairro que desejam residir próximos ao local de trabalho. Os pescadores, por sua vez, fixaram sua comunidade no local por conta de sua orla fluvial e das condições de seu trabalho. E muitos residentes, em especial pescadores, possuem renda familiar superior aos índices

que classificam a família como pobre, apesar de residirem em casas do tipo palafita e sujeitas às ações fluviais.

Conceituar *pobreza* é algo relativamente complexo. Tal conceituação, segundo Crespo (2002), pode ser feita levando em conta algum juízo de valor, em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não-econômicos à análise, que é o caso desta pesquisa, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade.

Esta conceituação é categorizada como juízo de valor quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do grupo social, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Não leva em conta uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos (CRESPO, 2002). Desse modo, tal enfoque não esconde sua fragilidade, embora seja bastante óbvio que mesmo uma conceituação objetiva da pobreza não se furta à presença de algum juízo de valor.

Durante o período de campo desta pesquisa, procurou-se entender a percepção do conceito de pobreza entre os moradores tanto que trabalham com a pesca quanto demais moradores que possuem outras atividades econômicas. Fez-se então as seguintes perguntas: “você se considera pobre?” e “Você considera o Mauazinho um lugar pobre?”. Tais questionamentos foram feitos a cinco residentes do bairro que trabalham com pesca artesanal, e outros cinco residentes que trabalham em outras atividades. Utilizou-se este espaço amostral reduzido com o intuito maior de se comparar as respostas de pescadores com não-pescadores e assim entender a percepção de ambos os grupos em relação ao assunto. Obtiveram-se os seguintes resultados:

- a) Entre os não-pescadores, as cinco pessoas questionadas possuem vínculo empregatício formal. Três pessoas se consideravam pobres, uma afirmou que não se considera pobre, mas que possui dificuldades financeiras, e uma não soube responder. Ocorre, no entanto, que todos os entrevistados consideram o bairro Mauazinho uma área pobre, principalmente pelo fato de ser uma área, segundo os mesmos, violenta, carente de infraestrutura e de opções de lazer.

- b) Dentre os pescadores, apenas um se considerou pobre. Os demais não se consideram principalmente pelo fato de todas as suas necessidades serem supridas. Consideram o bairro violento, perigoso, mas nenhum dos entrevistados considerou a área pobre.

A respeito do item “b”, cabe uma melhor explanação: antes das entrevistas realizadas com os moradores do bairro Mauazinho, e durante entrevistas com funcionários da usina termelétrica e da refinaria, estes viam os pescadores como pessoas “pobres”, principalmente sob o ponto de vista econômico, principalmente pela disposição de suas residências. Toma-se como exemplo o relato de um dos funcionários do complexo termelétrico, a respeito dos vizinhos da usina:

veja a *pobreza* dos *barrigas d'água* (pescadores): moram na beira do rio, não saem da beira do igarapé, quando estão com dinheiro não ficam fazendo nada, e ainda ficam dando as dicas para o pessoal vir roubar óleo da usina. É um pessoal de vida miserável” (Entrevista com Lima, funcionário da usina Mauá. Manaus, 2012).

Acredita-se que este funcionário, com renda familiar alta e residente em um bairro de classe média em Manaus, pode ter classificado com os vocábulos “pobreza” e “miserável” o fato de o grupo possuir um *modus vivendi* diferente do que ocorre na área urbana de Manaus em geral. Um pescador entrevistado, senhor Antônio, contrapõe o relato deste funcionário da usina com a seguinte explicação:

Eu não sou pobre. Tenho minha casa, minha rabeta, não trabalho todo dia e sempre me sustentei. Sustento filhos e netos, tomo minha pinga em paz e ainda tenho três meses de férias e recebendo (o seguro-defeso). Viajo quando quero e nunca fiquei doente de nada. Então vivo bem. (Antônio, pescador. Manaus, 2012).

Este *modus vivendi* que se aproxima do rural, porém dentro de uma área urbana, é o ponto de partida para a discussão das articulações entre os conceitos de *tradição* e *modernidade*. Os dois conceitos, que uma primeira análise levam a crer que são opostos, na verdade podem se interagir. Compreender como, e o quanto se interagem, é o que se verifica a partir do próximo capítulo, onde os conceitos são teorizados e em seguida aplicados à pesquisa de campo.

Capítulo 02 – Articulações entre tradição e modernidade no Mauazinho.

O ritmo acelerado das mudanças sociais, econômicas e ambientais encontradas em Manaus (e trazendo para a especificidade do bairro Mauazinho) permite a existência, neste *locus*, de um extenso campo para análise das transformações no mundo do trabalho e, sobretudo, no mundo do trabalho da pesca artesanal. Possibilita também a análise e compreensão dos conceitos sociológicos *tradição* e *modernidade*, por meio do estudo dos atores dessas mudanças e suas narrativas relacionadas à percepção desses conceitos.

As estruturas de produção tradicionais na Amazônia, em diversos setores (agricultura, pesca, indústria e serviços) foram alteradas, em graus diversos e com intensidade variada ao longo dos últimos anos. Ocorre também que, desde a década de 1970 consolidou-se, particularmente em Manaus, um conjunto de empresas de grande porte cuja gestão tem objetivado responder aos padrões de exigência do mercado mundial, com grande competição entre várias corporações e com a utilização de cadeias produtivas interligadas. A chegada dessas empresas fez necessária a criação de uma infraestrutura de transportes, geração e distribuição de energia, fluxo de matéria-prima, além da capacitação profissional dos residentes locais e do início de um grande fluxo migratório para a região. Com isso, ocorreram várias ações de urbanização em áreas originalmente rurais ou de vegetação nativa em Manaus, muitas vezes de forma planejada pelo governo, ou mesmo por meio de fixação de residência nessas áreas por migrantes, por meio de invasões de terra (o termo *invasão*, neste capítulo, está sendo utilizado no contexto político-habitacional, uma vez que a maioria dos entrevistados nesta pesquisa utilizava usualmente o termo desta forma. No âmbito sociológico, a palavra possui contexto distinto).

Mas, apesar de tais mudanças, permanecem e se reforçam algumas formas tradicionais de trabalho e convívio social, como visto ao longo deste trabalho. No campo das relações sociais de produção econômica, ainda podem ser vistos exemplos de relação comercial de aviamento de bens e dinheiro, trabalho familiar e existência da figura do atravessador comercial (principalmente em relação aos produtos pesqueiros). Pergunta-se, portanto, como esses mundos aparentemente separados e opostos se encontram e interagem nos circuitos de produção e comercialização, e geram riquezas que reproduzem a estrutura da sociedade. Interroga-se também o conceito de trabalho, na sua vinculação à relação patrão-empregado-salário, pois esta relação pouco auxilia na compreensão de atividades tradicionais reatualizadas na região amazônica, apesar do avanço da fronteira industrial e de toda tecnologia incorporada à mesma.

Face ao exposto, fica a questão a ser refletida neste capítulo: como é possível compreender a tensão entre tradição e modernidade no *locus* estudado, a partir do estudo das relações sociais e econômicas entre o grupo de pescadores residentes no bairro do Mauazinho, e o ambiente “moderno” que o cerca? Para refletir sobre tal questão, o que será feito ao decorrer desta dissertação, se faz necessário inicialmente discorrer sobre os conceitos de *tradição* e *modernidade*, preambulados pelos conceitos sociológicos de *self / identidade* e *desenvolvimento* e alguns conceitos específicos da atividade pesqueira na Amazônia. Ainda, essencial para a pesquisa sociológica, neste trabalho, é a verificação dos pontos de vista do grupo estudado em relação a estes conceitos, e como este grupo vê a si mesmo e como vê o ambiente em que vive e trabalha.

O bairro Mauazinho, como descrito no capítulo anterior, é uma área carente de vários itens de infraestrutura e da presença do Estado. Mas neste trabalho o Mauazinho representa o *moderno*, unicamente pelo fato dos pescadores assim o considerarem. O conceito de moderno é relativo, não se engessa em uma única definição. O bairro não pode ser considerado moderno em relação a outros criados de forma planejada e com melhor infraestrutura. Porém, voltando às considerações do grupo estudado, o Mauazinho representa uma área mais bem desenvolvida em comparação às comunidades de origens dos pescadores. Tais comunidades consideradas por muitos pescadores como locais “atrasados”, “antigas” ou “carentes”, porém classificadas neste trabalho como tradicionais.

No capítulo anterior foi priorizado o estudo do *locus* da pesquisa, e de quais maneiras ocorreram os movimentos migratórios para o bairro, tanto de pescadores quanto de não-pescadores. No presente capítulo prioriza-se o estudo dos conceitos sociológicos através, principalmente, do grupo de pescadores. Ocorre, no entanto, que inicialmente é necessário o estudo de alguns conceitos relativos à pesca e aos pescadores, o que ocorre a partir do próximo item.

2.1. A pesca artesanal no Mauazinho é pesca artesanal de fato?

Pescador artesanal ou de subsistência, de acordo com Furtado (1993), é aquele que usa instrumentos e técnicas adequadas às condições ambientais, tais como: linha de mão, espinhel, malhadeiras de diversos tamanhos, entre outros artefatos de pesca. Realizam esta atividade o ano

todo com seus familiares e/ou companheiros (primos, irmãos, filhos, cônjuges, cunhados, genros, vizinhos etc.), nos rios, igarapés e lagos próximos ao local onde residem, com a finalidade de suprir suas necessidades básicas alimentares.

Veríssimo (1895) descreveu a pesca de subsistência como *pequena pesca* ou *pequena indústria auxiliar de suprimento*, cujo produto podia ser encontrado nos mercados e conservados pela salmoura, salgamento e moqueio. No Amazonas (e conforme verificado no Mauazinho e nas comunidades de origem do grupo estudado), a pesca de subsistência também envolve a comercialização do pescado no interior da comunidade, devido à necessidade de consumo de produtos industrializados (principalmente sal, sabão, arroz, feijão, café, açúcar e vestuário). Percebe-se este fato, por exemplo, no relato de um pescador do Mauazinho, quando questionado sobre o que faz com o excedente de sua captura e sobre sua própria condição de pescador artesanal:

O pescador, além do peixe, só precisa de três coisas todo santo dia: sal, limão e cachaça, além do peixe, é claro. O peixe a gente pega no rio. Limão até que dá para plantar, mas sal e cachaça só comprando. Assim a gente tem que vender o peixe para poder comprar o restante, além daquilo que a gente possa precisar alguma hora” (Entrevista com Mario Jorge, pescador. Manaus, 2011).

Em relação à sua atividade profissional, afirma:

Como pode ver, aqui na minha carteira de pescador, na colônia (de pescadores Z-12) e no sindicato lá do (município de Careiro) Castanho eu sou *artesanal*. Mas eu nunca soube por que eu sou artesanal, enquanto fulano é comercial, o outro é armador de pesca, sendo que todo mundo faz a mesma coisa. Deveria estar somente *pescador*. Todo mundo paga a mesma taxa na colônia, pesca no mesmo local e vende o peixe para os mesmos compradores. E todo mundo ganha o mesmo seguro defeso. (Entrevista com Mario Jorge, pescador. Manaus, 2011).

O depoimento acima infere que a classificação *pescador artesanal* pode ter sido imposta pelo Ministério da Pesca ao senhor Mário Jorge e a outros pescadores do grupo, por determinação política sem levar-se em conta as condições de trabalho específicas de cada grupo. O trabalho de pesca na área urbana de Manaus difere-se bastante da pesca realizada por pescadores que residem em comunidades ribeirinhas do interior do estado. No entanto, todos são classificados (de acordo com a previdência) como artesanais. A narrativa do senhor Mário

também sugere que o trabalho de captura, repasse e venda do produto, realizado pelo grupo de pescadores do Mauzinho, não possui muita diferença em relação às ações praticadas por pescadores comerciais. Durante o período desta pesquisa, foram realizados trabalhos de observação de campo de pescadores comerciais não somente em Manaus, mas também nos municípios de Fonte Boa, Itacoatiara, Tefé e Jutaí, e verificou-se que embarcações comerciais de pesca realizam os trabalhos da mesma maneira que as embarcações artesanais, inclusive destinando a venda do produto para os mesmos compradores. Ocorre apenas o fato diferencial de muitos pescadores classificados como comerciais trabalham em embarcações registradas como propriedades de Pessoas Jurídicas, e muitas vezes o pescador comercial trabalha sob o regime da Consolidação de Leis Trabalhistas. No entanto, a essência do trabalho classificado como comercial é a mesma do trabalho classificado como artesanal.



Figuras 14/15 : Pescadores artesanais em atividade em frente à usina Mauá, e parte de sua produção.
Fotos: Frederico Cesarino, 2013.

As práticas descritas por Veríssimo (1895), como realizadas pelos homens que trabalham para sua subsistência, persistem até o presente século. Entretanto, incrementos tecnológicos introduzidos na década de 1970, como a malha de nylon ou plástico, o isopor com gelo e demais equipamentos de refrigeração (que substituíram a salga do peixe) impulsionaram mudanças no processo produtivo pesqueiro. Estas mudanças foram percebidas por autores como Furtado (1990), Isaac & Barthem (1995), entre outros, os quais redefiniram o termo usado por Verissimo e o denominaram “pesca artesanal”, termo este que passou também a ser utilizado oficialmente pelo Ministério da Pesca para classificação de pescadores com tais características.

O conceito de pesca artesanal, no entanto, se torna maior que apenas a classificação jurídica. O próprio nome *artesanal* deriva de uma construção social baseada no fato do pescador ser perito no manuseio de suas ferramentas de trabalho, de sua habilidade e talento nos ofícios da pesca. Fazer-se pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que o permitem conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos. Na compreensão de Diegues (1983), “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas às capturas” (p. 199).

Quando se questiona a lógica que permeia as estratégias desenvolvidas por este grupo, na realização da pesca artesanal de subsistência, supõe-se que os pescadores buscam satisfazer prioritariamente as necessidades familiares e assumindo, às vezes, escolhas consideradas antilucrativas. Comparando-se com Wolf (1970), que trata da lógica familiar camponesa, se vê que “a primeira característica fundamental da economia da fazenda de um camponês é que se trata de uma economia familiar” (p. 30), cuja organização baseia-se no tamanho e composição de família e “na coordenação entre suas exigências de consumo e o número de mãos aptas para o trabalho. Isto explica por que a concepção de lucro na economia camponesa difere da concepção de lucro dentro da economia capitalista e por que esta última não pode ser transportada para aquele outro contexto” (p. 31).

Existe, no entanto, um subgrupo de pescadores artesanais cuja lógica atende à economia capitalista e de mercado, e que pode ser aplicado na classificação dos pescadores estudados. Estes são denominados *pescadores artesanais comerciais* e tem por característica a utilização métodos tradicionais de pesca iguais aos primeiros, mas com o incremento nas relações de trabalho e produção, além da realização de suas atividades de captura em locais nem sempre próximos a sua comunidade (Isaac & Barthem, 1995). Apesar de objetivarem o excedente da produção, estes trabalhadores possuem vínculos de parentesco e realizam suas atividades em sistema de parceria. Este sistema é formado por pescadores não assalariados, cuja renda é obtida a partir da divisão em percentual da produção de pescado capturado. Os trabalhadores não usufruem qualquer forma de vínculo empregatício e são contratados por um proprietário ou encarregado (o *patrão* de pesca) que firma verbalmente com aquele o compromisso até o término da duração da pescaria. Este sistema pode ser definido como não capitalista, pois difere do

sistema assalariado encontrado nas companhias de pesca industriais, onde os trabalhadores não possuem domínio sobre o processo de trabalho. Caracteriza-se, entretanto, como uma subordinação do trabalho à economia de mercado, na qual trabalhadores com amplo domínio sobre os meios de produção vivenciam o aviltamento de seus produtos devido à rede de intermediações à qual estão sujeitos (Isaac & Barthem, 1995). Retornando-se ao depoimento do senhor Mário Jorge, ao ser solicitado para que resumisse como se dava o dia-a-dia e algumas condições de seu trabalho, tem-se:

Tem vezes que pesco sozinho, de rabeta, e sou meu próprio patrão. Mas não dá para pescar o mesmo tanto que o trabalho em motor. Quando pesco com rabeta, depois da pesca eu e meu neto saímos para vender direto no Jardim Mauá, na usina e às vezes lá no Puraquequara. Quando a coisa está ruim, eu acabo vendendo lá na Ceasa mesmo, porque tem comprador fixo, mas eles não pagam o mesmo tanto que pego quando vendo direto. E os peixes lisos acaba que eu nem vendo, o povo não gosta, mas eu gosto. Levo para casa e congelo. Mas quando pesco no motor, é diferente: a gente pega três, quatro milheiros de jaraqui por puxada, e antes de terminar a puxada os compradores já passam perto para comprar. Dá bem mais dinheiro, dá para viver bem. Eu brinco que a gente volta para casa sem peixe de carne, mas volta com peixe de papel (referindo-se ao desenho do peixe garoupa encontrado nas notas de R\$ 100,00). (Entrevista com Mario Jorge, pescador. Manaus, 2011).

Mário Jorge, mais uma vez, deixa implícito em seu depoimento que, apesar de ser classificado como pescador artesanal, seu trabalho apresenta diversas características essencialmente classificadas como capitalistas comerciais, desviando-se da essência “artesanal” de sua classificação. Ocorre, no entanto, que o termo *pescador artesanal comercial*, apesar de existir no conceito sociológico / econômico, não existe sob os termos da classificação oficial do Ministério da Pesca, para fins de suas políticas governamentais. Desconhecedores dessa outra classificação sociológica, Mário e outros pescadores do Mauazinho acabam por aceitar a condição de pescador artesanal, mesmo sem entendê-la plenamente ou mesmo questioná-la em reuniões da Colônia de Pescadores Z-12, na qual estão em sua maioria filiados.

Outro fato que também promove certa confusão na classificação dos pescadores do Mauazinho é o fato de residirem em um centro urbano de uma metrópole. Apesar de ser considerada área rural da cidade de Manaus antes de 1970, o Mauazinho, após sua classificação oficial como bairro, passou a apresentar características predominantemente urbanas ao longo das décadas. Assim, o pescador residente no local, que inicialmente encontrava um ambiente similar

ao ambiente de suas comunidades de origem, presenciou as transformações ocorridas no local, mas de certa forma ainda resiste em manter as mesmas condições de trabalho e moradia que possuíam no momento de sua migração ao bairro. Do ponto de vista sociológico, este grupo acaba por ser classificado também em outro conceito, *pescador cidadão*, que se detalha no próximo item.

2.2 Pescadores cidadãos: monovalências e conversões.

De acordo com Furtado (1993) o termo *pescador cidadão* ou *monovalente* refere-se ao indivíduo que, por conta de pressões sociais ou econômicas, migra das áreas rurais para os centros urbanos. Suas atividades de subsistência típicas da área rural amazônica (o tripóide extração florestal, agricultura e pesca) deixam de existir simultaneamente ao longo do tempo de residência na cidade, passando à dedicação em apenas uma das atividades (neste caso, a pesca). No Mauzinho, de fato uma parte do grupo estudado se dedica somente à pesca, enquanto estão em Manaus. Já outros pescadores, apesar da falta de espaço em suas residências, ainda conseguem realizar plantios de mandioca, hortaliças, condimentos, e mesmo estabelecer casas de farinha em suas casas, apesar desta produção agrícola ser exclusivamente para subsistência e ser consideravelmente menor do que a produção que realiza-se em suas comunidades de origem.



Figura 16: Residências e embarcações de pescadores no Mauzinho.
Foto: Frederico Cesarino, 2013.

Ainda de acordo com a definição de Furtado (1993), pescadores citadinos se classificam somente como pescadores, quando questionados sobre sua atividade econômica. Habitam os centros urbanos municipais, e em sua maioria são migrantes oriundos das áreas de várzea em busca de melhores condições de vida, porém mantendo relações com suas comunidades de origem. Juntam-se, a estes pescadores, indivíduos residentes nos próprios municípios que resolvem se converter em pescadores, por conta de motivações econômicas ou sociais diversas.

Este grupo social de pescadores vive prioritariamente ou exclusivamente da pesca, e esta atividade ocupa a maior parte do tempo dos homens jovens e adultos. O produto de seu trabalho é destinado ao consumo de suas famílias e à venda. Dessa forma, a pesca é a atividade produtiva principal desse tipo de pescador, e o comércio do pescado é feito em proporções muito maiores das encontradas pelos pescadores de subsistência ou pelos próprios pescadores em suas comunidades de origem, uma vez que esta atividade era conciliada com as demais atividades rurais.

Para exemplificar os dois processos (de monovalência e de conversão em pescador), duas narrativas são apresentadas. Inicialmente, o senhor José Azevedo, um dos pescadores migrantes pioneiros do bairro, explica:

Como que aqui eu posso fazer roça? Quando cheguei até que dava, pois tinha muito terreno vazio que o pessoal vinha e plantava mandioca, milho, feijão, igual fazia do outro lado do rio. Mas foram aparecendo os donos dos terrenos, o asfalto, o pessoal, e a gente parou de plantar. Caçar, já faz mais de vinte anos que não aparece mais caça aqui, quando ainda tinha mato a gente pegava cotia, guariba [...]. Mas sem mato não tem caça. Então a gente só pesca, o rio continua aí e continua com peixe. [...] Só quando vou para o outro lado do rio é que eu mexo com roça e caço (Entrevista com José Azevedo, pescador. Manaus, 2011).

Azevedo exemplifica, em sua narrativa, a explicação de Furtado (1993) quanto ao conceito de pescador citadino, mesmo sem possuir a devida compreensão do mesmo. Mas explica exatamente seu processo de transição para uma única atividade econômica, especificamente a pesca. A próxima narrativa, feita pelo senhor Mateus, 28 anos, pretende exemplificar um processo de conversão em pescador:

Meus pais vieram para o Mauzinho quando era a invasão. Nessa época minha mãe estava grávida de mim. Meus pais estavam em Parintins e tinha muita gente vindo para Manaus de lá, para trabalhar no Distrito Industrial. E muita gente estava invadindo terreno no Mauzinho, e foi o que meu pai fez também. Fui criado aqui, e depois que terminei a escola fui trabalhar no distrito, igual meu pai. Minha mãe não trabalha. Trabalhei algum tempo em fábricas, trabalhei também lá no Centro, como vendedor, mas depois de um tempo, uns quatro anos atrás, eu fui chamado para dar uma força num motor, já que conheço todo mundo que trabalha com pesca aqui. Eu ia de vez em quando ajudar na embarcação, e vi que o trabalho dava mais dinheiro do que ficar trabalhando no centro. Eu virei puxador de rede, que é trabalho de gente mais jovem. Tirei minha carteira de pescador, o pessoal me ajudou a tirar porque eu nem sabia que existia carteira de pescador, e agora sou oficialmente pescador artesanal. [...] Gosto do meu trabalho, não tem aquela encheção de saco de fábrica, de produção. Tem três meses de férias, quando não quero trabalhar não tem o risco de pegar a conta, e eu trabalho para os meus amigos (Entrevista com Mateus, pescador. Manaus, 2011).

A análise desta narrativa fornece uma gama de informações a respeito da conversão em pescador artesanal: Mateus nasceu e foi criado em um ambiente urbano. Seus pais residiam em Parintins, porém na área urbana daquele município. Ao chegar a época de se conseguir emprego, trabalhou inicialmente em atividades essencialmente industriais ou comerciais. Em um momento de sua vida, por conta de residir próximo da comunidade de pescadores e possuir vínculos de amizade com alguns membros da mesma, passou a fazer serviços eventuais como tripulante de embarcações pesqueiras. A partir do momento em que percebeu no trabalho pesqueiro uma forma mais rentável de trabalho, em comparação às suas atividades anteriores, legalizou sua condição de pescador junto à colônia e se dedicou somente a este trabalho. Finalmente, além da rentabilidade do trabalho, o depoimento sugere que outro fator determinante de sua conversão para a atividade pesqueira é o ambiente de trabalho na pesca, talvez mais agradável em comparação ao trabalho em uma fábrica ou no comércio.

Esta pesquisa não priorizou a quantificação dos membros do grupo estudado que se converteram ao trabalho de pesca, mas no período de acompanhamento das atividades pesqueiras era verificado um ou mais membros de uma tripulação de motor que se enquadrava nessa condição, e geralmente trabalhando nas funções mais braçais como o lançamento / recolhimento da rede de arrasto de pesca. Já as demais funções (descritas no Capítulo III deste trabalho) são executadas por profissionais nascidos no ambiente da pesca artesanal ou comercial. Há inclusive algum preconceito em desfavor dos pescadores convertidos pelos pescadores mais antigos. O

próprio patrão da embarcação onde Mateus trabalha, afirma que este “nunca vai conseguir ser olheiro, dono de Motor, separador de pescado. Ele é forte e só sabe puxar rede. E vai morrer puxando rede. Não sabe a diferença entre um tucunaré e um carauaçu”.

Outro fator, em relação ao conceito de *pescador cidadão*, é o desconhecimento dos pescadores entrevistados a respeito desta classificação sociológica. Reafirma-se assim o fato de que os pescadores estão submetidos às classificações determinadas pelo Governo Federal, e muitas vezes se apropriam de tais classificações para a obtenção de benefícios governamentais, ou mesmo para legalização de sua atividade laboral. Entra-se, deste modo, na discussão do conceito de self / identidade, para a compreensão da apropriação das classificações laborais previdenciárias pelo grupo estudado.

2.3 Conceitos de *self* / identidade, e sua percepção pelo pescador

John Locke (1999) apresentou, no Século XVII, a teoria da *tabula rasa* em sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano*. Em sua teoria o autor afirma que o ser humano, ao nascer, é como uma folha em branco na qual, à medida que o indivíduo se transforma, suas experiências são escritas. Implica-se, a partir daí, que todo indivíduo apresenta o mesmo potencial para o desenvolvimento de sua identidade e que a identidade do adulto é produto exclusivo das experiências a partir de seu nascimento, que diferem entre as culturas diversas.

No Século XX, de acordo com Scott (2006), uma teoria bastante influente para a compreensão do self / identidade é a formulada por George Mead (1934), na qual afirma que os indivíduos não apenas reagem aos estímulos de seu meio ambiente, mas também se envolvem ativamente na criação de seu mundo social. Sua vida diária compreende atos sociais realizados por indivíduos ao perceberem e atribuírem significado simbólico aos objetos sociais em seu entorno. Tais objetos sociais incluem outras pessoas e as atividades em comum do grupo de pessoas que interage entre si, e Mead sugere que, por este motivo, as interações se desenrolam como uma “conversa de gestos” (p. 178). O que é mais importante, porém, é que entre esses objetos encontra-se também o self. Assim, ao assumirmos o papel do outro, pode-se espelhar em si mesmo o modo como pensamos que somos vistos e ajustarmos nosso comportamento de modo correspondente. Ao trazer este preâmbulo ao grupo estudado, por exemplo, possivelmente

permite a explicação dos processos de classificação ou conversão dos indivíduos estudados em pescadores artesanais, visto no item anterior deste capítulo.

Se quisermos definir etimologicamente a categoria *identidade*, denotativamente poderíamos utilizar a seguinte explicação: “qualidade de idêntico”. Assim, embora também se defina identidade como o “conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa” (nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc), a ideia sociológica deste conceito remete à perspectiva de se buscar algo em comum com o outro, e não somente aquilo que lhe é único. Portanto, se identidade remete a traços individuais (no que se pode chamar de *identidade individual*), o que confere identidade a um indivíduo está atrelado à sua inserção social. Logo, não é possível pensar o conceito de *identidade* sem pensar a sua relação com *alteridade* (OLIVEIRA, 1999).

Barth (2000) afirma que o contato com um grupo social ou situação social distinta não leva a destruição da identidade étnica do grupo original, e que a distinção entre os grupos não acontece por falta de mobilidade entre os mesmos. Ao contrário, o contato entre grupos distintos provoca um processo de identificação interna que garante a coesão do grupo, como pode ser explicado pelo autor:

[...] as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, *apesar* das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. [BARTH, 2000, p. 26]

Embora identidade, em sua matriz etimológica, seja referente a *idem*, tornar comum, o mesmo, idêntico; é preciso levar em conta que só se define *o mesmo* em relação *ao outro*. Identidade, portanto, é uma categoria transitiva a qual implica relação de semelhança e, ao mesmo tempo, de diferença. Nesse sentido, a construção da identidade, em termos sociais, que se pode entender aqui como a maneira pela qual o indivíduo se vê e deseja ser visto pelos outros, nunca será puramente individual (pela própria matriz etimológica de indivíduo, aquele que é único, que não se divide), mas sim pensada em relação ao coletivo (Goffman, 1978). Identidade, portanto, na sua dimensão social, é um conceito que necessita do outro para ser validado, ou seja, não se constrói identidade para si e por si. É preciso interagir para que ela faça sentido. Dessa

forma, a ideia de identidade remete, necessariamente, aos processos de interação entre indivíduos numa sociedade.

Em várias oportunidades, durante a pesquisa, lançava-se a pergunta “como você se identifica?” aos pescadores. Não se pretendia, em momento algum, fazer algum levantamento quantitativo a respeito de suas percepções quanto as suas identidades. Apenas tentava-se obter, através do debate com o grupo, informações que pudessem orientar o rumo descritivo da pesquisa. Deste modo, foi percebido entre a maioria que sua identidade se referia ao nome, idade e estado civil. Voltava-se a pergunta modificando-a para “como você se identifica profissionalmente?”. A resposta era quase unânime e direta: “pescador”. Não se ouvia “pescador artesanal”, “ribeirinho” ou outro termo relacionado. Finalmente, modificava-se a pergunta para “sem contar a sua atividade profissional, como você se identifica como pessoa?”. Obteve-se, a partir daí, informações diversas: uns respondiam sobre suas crenças religiosas, situação familiar, outros voltavam a enfatizar sobre sua condição de pescador. Não houve tendência para um tipo de resposta única entre o grupo.

Assim, procurou-se dar ênfase na compreensão da percepção dos pescadores quanto a sua identidade relacionada ao trabalho. Foi verificado que, apesar de todo o grupo estudado possuir sua carteira de pescador, e sendo classificados oficialmente como tais, havia algumas desavenças entre pescadores “nascidos na pesca” e pescadores “convertidos” quanto a estes serem pescadores de fato e não apenas por conta de classificação previdenciária.

Durante as atividades de pesquisa de campo, ocorreu a oportunidade de conhecer o senhor Pedro Juvêncio, 65 anos em 2011, o qual se destacava dos outros pescadores entrevistados por um motivo singular: o mesmo possuía curso superior e não havia nascido na atividade pesqueira.

Nascido em Manaus, é filho de baianos (o pai trabalhou como soldado da borracha no Acre, e depois se estabeleceu em Manaus no final da década de 1940) e neto de cearenses. Trabalhou no Polo Industrial de Manaus dos 16 aos 48 anos, e a partir de então não conseguiu mais emprego na indústria, por ser considerado velho para o trabalho exigido pelas empresas estabelecidas no polo. Mesmo formado em Contabilidade, não conseguia emprego no mercado de trabalho formal, e ainda não possuía tempo de contribuição suficiente para se aposentar pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Com suas economias, construiu um ponto comercial na frente de sua residência, no bairro Parque Dez em Manaus, e estabeleceu um pequeno comércio de bebidas, frios e carnes. Com o tempo, mudou a configuração do estabelecimento e passou a vender somente peixes regionais *in natura*. A especialização em um único tipo de produto comercializado (o pescado) lhe permitiu melhores condições logísticas de comercialização além de maiores lucros e giro de capital.

Parte do produto comercializado era adquirida de um dos atravessadores que comprava o produto dos pescadores residentes no bairro do Mauazinho, sendo esta aquisição realizada no próprio bairro. Após meses visitando quase diariamente a região, adquiriu uma casa em madeira às margens do igarapé do Mauá para pernoitar ocasionalmente e armazenar pescado recém-adquirido. Em seguida, passou a comprar o peixe diretamente dos barcos de pesca que não possuíam vínculo com atravessadores, e finalmente acabou por tirar sua própria licença de pescador, além de se associar à Colônia de Pescadores Z-12 (Manaus). Comprou uma canoa e equipamentos básicos para captura, e a partir de então pesca na área do Mauazinho pelo menos uma vez na semana. É considerado membro do grupo de pescadores pelo fato de possuir uma casa na área, e por contratar outros membros do local (marreteiros) para a realização das atividades de captura e comercialização do pescado. Participa das reuniões ordinárias do grupo de pescadores do Mauazinho e possui poder de voto nas decisões. Entretanto, outros pescadores não o consideram pescador de fato, como é sugerido no seguinte relato de seu colega e contratado Nazareno:

O Negão (Pedro) virou pescador, mas nunca será pescador. Está sempre com dinheiro e a pesca é apenas umas das muitas formas de ele ganhar dinheiro. Eu sou pescador: nasci pescador e vou morrer pescador. Não sei fazer outra coisa e nem quero aprender. Sou *barriga d'água* e ele não (Entrevista com Nazareno, pescador. Manaus, 2011).

A partir desta narrativa, refutou Pedro:

Eu sou pescador sim. Aqui meu documento: minha carteirinha de pescador diz que posso pescar em qualquer parte do território nacional. E este mesmo documento não diz que para ser pescador tem que ser cachaceiro, vagabundo e ter sido filho de vagabundo! (Narrativa de Pedro, pescador, em resposta à narrativa anterior. Manaus, 2011).

As narrativas acima exemplificam um fato ocorrido não somente entre profissionais de pesca artesanal, como também entre outras classes profissionais cuja lógica de trabalho foge às leis do capitalismo convencional: a afirmação de sua identidade com objetivo de obtenção de

benefícios políticos e/ou econômicos pertinentes à sua classificação profissional e previdenciária. Tal fato permite a criação de um sistema aparentemente organizado, principalmente no que tange à esfera administrativa e política, mas que esconde divergências entre alguns membros do grupo que relutam em reconhecer outros membros como tais.

O pescador profissional, conforme o decreto-lei nº 221, de 28/02/1967, é o indivíduo que está registrado como tal no órgão competente, de acordo com as normas em vigor, e que faz da pesca sua profissão ou principal meio de vida. A atividade de pesca é considerada, pelo mesmo decreto, como todo ato o qual tende a capturar ou extrair animais ou vegetais que tenham na água seu meio normal ou mais frequente de vida. Já a pesca artesanal, como já explicada, é definida como um tipo de pesca caracterizada principalmente pela mão-de-obra familiar, com embarcações de pequeno porte, atuação na proximidade da costa e nos rios e lagos, e com equipamentos variáveis de acordo com a espécie a se capturar. A essência do trabalho, no entanto, é a mesma em ambos os casos.

Ocorre, portanto, uma imposição de sistemas de classificação e representação, conforme sugerido por Bourdieu e Wacquant (2006). De acordo com os autores, as classificações se apoiam em características não naturais porque são produtos de uma imposição arbitrária, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela definição legítima. Esta situação é a que ocorre no grupo de pescadores estudado, assim como nas colônias ou sindicatos de pescadores aos quais estão registrados. Como afirma Carvalho (2002, p. 37):

Partindo do princípio de que elas (as colônias de pescadores) representam a continuidade da relação entre os aparatos de poder do Estado e as instituições da sociedade civil, embora não direta e oficialmente dependentes do Estado, elas acabam assumindo uma dominação ao impor, ao mesmo tempo em que legitimam, uma classificação padronizadora e não diferenciada sobre o que é ser pescador. A imposição destas categorias, que visam unificar grupos tão distintos, como os atravessadores, vendedores de pescado e pescadores, pretende, assim, a sistematização legal da experiência desordenada do setor da pesca. O problema é que não faz isso através do reconhecimento da diferença que implica em demarcações e separações rígidas e no acentuamento da mesma, e que criam, por sua vez, a sistematização, ou o semblante de ordem.

Retornando a Barth (2000), a identidade se expressa pelo fato de um grupo poder contar com membros que se identificam a si mesmos, e também identificados pelos outros. Desse modo

a construção da identidade possui, na autoafirmação, sua grande base de fundamentação. Ainda que as análises culturais sejam essenciais, a construção de uma identidade não pode ser generalizada somente por ações da cultura. De acordo com Cunha (1987), não se pode definir a identidade de um grupo somente a partir da sua cultura, pois os processos de identificação vão além das percepções culturais. Barth (2000) acentua que o fato de se compartilhar cultura comum pode ser vista como consequência, e não como causa dos grupos étnicos e suas identidades.

Ao abrigar pessoas pertencentes a classes econômicas e sociais distintas, com diferentes níveis de escolaridade e histórias de vida, o grupo de pescadores do Mauzinho pode vir a fragilizar sua unidade. Deste modo, na medida em que os princípios de divisão são amplos e vagos (o que iguala as diferenças), não há uma visão única da sua unidade ou uma visão idêntica da sua identidade, o que dificulta o sentimento de pertencimento ao grupo e o reconhecimento de suas representações.

O pressuposto de Bourdieu e Wacquant (2006) afirma que, se a identidade coletiva é simultaneamente gerada e pressuposta por suas associações, é necessário que se levem em conta, com especial atenção, as consequências da diversidade de interesses para uma unidade de trabalhadores, sendo essa diversidade resultante das diferenciações internas do grupo. Quando há grande heterogeneidade de posições hierárquicas ou econômicas, ocupações profissionais e interesses imediatos dos membros, torna-se mais difícil formular reivindicações acordadas em comum e proceder com a mobilização de uma vontade geral de agir que decorra de uma noção de identidades coletivas e obrigações de solidariedade mútuas partilhadas entre os membros (OFFE, 1984).

Castells (1999) denomina como *identidade legitimadora* a forma como este conceito de identidade é colocado ao grupo pela colônia e pela legislação. A partir do princípio de que as classificações sempre ocorrem em um contexto marcado por relações de poder, o autor propõe este tipo de definição para a identidade criada pelas instituições dominantes da sociedade “no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (p. 24). Esta entra em contraposição às identidades das “comunidades culturais” as quais possuem “força e capacidade de oferecer abrigo, isolamento, certeza e proteção, justamente de seu caráter comunal”, com muita diferenciação interna (p. 87).

Assim, por não operar distinções sociais e econômicas na organização do trabalho da pesca, o grupo de pescadores (assim como também verificado na colônia Z-12 como um todo) não reconhece a especificidade de seu grupo. Conforme exemplificam Bourdieu e Wacquant:

Existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente como diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença. (2006, p. 129).

A identidade de pescador artesanal, seja este dono de embarcação, tripulante de barco pesqueiro, marreteiro, ou mesmo o pescador canoeiro solitário; deriva do trabalho o qual realiza e da maneira como o faz. Sua história de vida, seus saberes incorporados de práticas e habilidades, fundamentais para o exercício da atividade da pesca, revelam ser mais importantes na construção da identidade laboral de pescador do que a noção de um coletivo de classe. Harris (2000) propõe pensar identidade, “enquanto produto dialético da experiência histórica das pessoas e suas práticas engajadas em um mundo vivido” (p. 08), para pensar a capacidade de um grupo (neste caso, os pescadores do Mauzinho) de ser inserido às mudanças históricas, sociais e econômicas as quais lhe afetam a prática da vida diária. Já Schweickardt (2010) afirma que:

A emergência recente das identidades coletivas, por meio de uma série de movimentos sociais como o que aconteceu com os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os atingidos por barragens, os quilombolas e tantos outros, propõe uma desconstrução dessa naturalização da natureza, hegemônica no pensamento sobre a Amazônia desde o período colônia até os nossos dias. Tais identidades negam a noção histórica corrente e chamam a atenção como sustenta Almeida (2008a: 21) “para uma construção social e um ato deliberado dos que se empenharam de maneira direta em extrativismos e cultivos agrícolas com unidades familiares, afirmando uma identidade coletiva” (p. 137).

Em tal perspectiva, pensar a identidade de pescador requer pensar o modo como se relaciona com o mundo, qual é sua experiência de vida. O grupo de pescadores estudado define sua identidade a partir da atividade de trabalho que exercem, além do modo como a realizam, e do *locus* onde residem. Também definem sua identidade de pescador a partir de suas relações sociais externas às práticas pesqueiras, ou seja, quais são suas atividades de lazer, suas relações

familiares, crenças, organização de seus lares, entre diversos outros fatores. Ou, como alguns membros do grupo preferem enfatizar, suas *tradições*.

2.4 “As casas que tenho nos dois lados do rio são iguais”: a manutenção de costumes rurais em áreas urbanas e os conceitos de tradição e modernidade.

Durante as primeiras visitas de campo à comunidade de pescadores do Mauazinho, observava-se que algumas famílias de pescadores, mesmo detentoras de capacidade econômica satisfatória, residiam em habitações simples, muitas vezes construídas em madeira e com precário saneamento. E ainda outro fato pôde ser observado: praticamente todas as residências de donos de *motores* se localizam à margem do igarapé, ou pelo menos a família mantinha aquele imóvel para o estacionamento do *motor* enquanto reside de fato em outra rua mais ao interior do bairro.

Questionei, portanto, a um de meus interlocutores, senhor Lucio Flávio (ex-profissional de pesca artesanal, e que desde 1980 trabalha como funcionário da Usina Mauá) se tal fato se dava por mera coincidência ou se existia algum tipo de predileção por parte dos pescadores em residir à beira do igarapé, mesmo com condições financeiras para a fixação de residência em uma área do bairro com melhor infraestrutura. Como resposta, obteve-se:

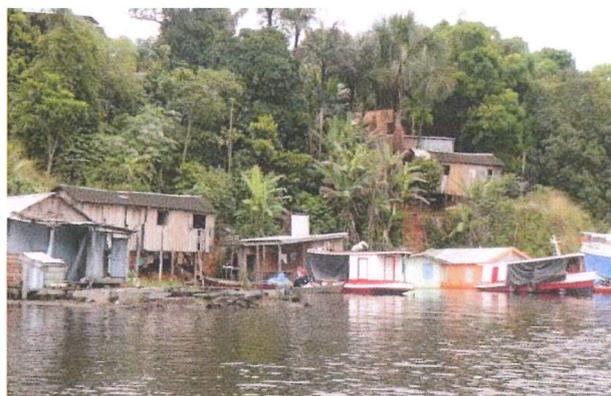
Esse pessoal todo parou no tempo. Os anos vão passar e eles irão continuar vivendo da mesma forma que sempre viveram. Só mudou o endereço, pois eles vivem da mesma forma que viviam quando moravam lá no Careiro. É um bando de preguiçosos que não quer evoluir. (Entrevista com Lucio Flavio, eletricista e ex-pescador profissional. Manaus, 2011).

“Evoluir”, nas palavras de Lúcio Flávio, denota a ideia de rompimento da vida tradicional, uma vez que o indivíduo se encontra em um ambiente moderno. Residir à beira do igarapé, portanto, se opõe à ideia de desenvolvimento formatada por ele: o próprio Lúcio se considera uma pessoa “evoluída” pelo fato de ter sido pescador profissional por aproximadamente quinze anos, porém desde a década de 1980 ter trabalhado como eletricista na usina termelétrica e por ter concluído o ensino técnico. Trabalhar na pesca artesanal, a partir do

momento em que existem outras possibilidades de trabalho, seria “parar no tempo” de acordo com Lúcio.

Em seguida a este fato, durante a observação participante das atividades de captura de pescado na embarcação *Rio Mengo*, questionei a outro interlocutor (senhor Azevedo, conhecido como “Azul”, comandante da referida embarcação e residente no bairro do Mauazinho) a respeito do modo de estabelecimento de suas residências em Manaus. Como já conhecia sua residência à margem do igarapé do Mauá, na Rua Rio Negro, fui então convidado a conhecer sua outra casa localizada no Lago Central, no município de Careiro da Várzea. Assim, em novembro de 2011, período no qual as atividades pesqueiras do grupo são transferidas para as águas brancas (o rio Solimões), e durante a observação das atividades da embarcação na área do Lago Central ocorreu a oportunidade de conhecer o lote de terra de sua propriedade, herança de família e responsável pelo complemento da renda principalmente nos períodos de defeso ambiental. Tão logo adentramos à casa, Azul interpelou com o seguinte comentário: “está vendo? Esta casa é igual à outra que tenho em Manaus. As casas que tenho nos dois lados do rio são iguais! Eu tenho que manter a tradição de pescador!”

De fato, podia ser verificado que não somente a arquitetura de ambas as residências eram similares. Nos “dois lados do rio” ocorria o trabalho baseado no emprego de mão de obra familiar, a destinação da produção para subsistência e comercialização, a entrega de produção para atravessadores, mensuração do tempo baseada nas fases da lua e nos períodos de seca e vazante dos rios, além das próprias relações sociais entre os membros de mesma família ou entre vizinhos.



Figuras 17/18: à esquerda, residência localizada no Lago Central. À direita, casas de pescadores à beira do igarapé do Mauazinho.

Fotos: Frederico Cesarino. Agosto de 2011 / julho de 2012.

Ao citar a palavra tradição, Azul acabou por mostrar que este conceito sociológico, mesmo de forma inconsciente, faz parte do cotidiano e do *modus vivendi* do grupo de pescadores do Mauzinho. O estudo do conceito de *tradição* (e seu par *modernidade*) é, portanto, fundamental para se compreender a gama de relações econômicas e sociais entre a comunidade de pescadores e a infraestrutura existente em sua volta.

Giddens (1997) afirma que “A tradição, digamos assim, é a cola que une as ordens sociais pré-modernas” (p. 80). A tradição envolve, de alguma forma, controle do tempo. “A tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente”. (p. 80)

A Tradição integra e monitora a ação à organização tempo-espacial da comunidade (é parte do passado, presente e futuro. É um elemento intrínseco e inseparável da comunidade). Ela está vinculada à compreensão do mundo fundada na superstição, religião e nos costumes; pressupõe uma atitude de resignação diante do destino, o qual não depende da intervenção humana, do “construir a história”. Dessa forma, conhecer é ter habilidade para produzir algo e está ligado à técnica e à reprodução das condições do viver. A ordem social moldada na tradição expressa a valorização da cultura oral, do passado e dos símbolos enquanto fatores que perpetuam a experiência das gerações.

Por outro lado, a tradição também se vincula ao futuro. Mas este não é concebido como algo distante e separado, e sim como uma espécie de linha contínua que envolve o passado e o presente. É a tradição que persiste, remodelada e reinventada a cada geração. Não há um corte profundo, ruptura ou descontinuidade absoluta entre o ontem, hoje e o amanhã.

A tradição envolve o ritual, e este constitui um meio prático de preservação. Em sociedades as quais integram a tradição, rituais são mecanismos de preservar a memória coletiva e as verdades inerentes ao tradicional. O ritual reforça a experiência cotidiana e refaz a liga a qual une a comunidade, mas com uma esfera e linguagem próprias e uma *verdade em si*, isto é, uma “verdade formular” que não depende das “propriedades referenciais da linguagem”. Pelo contrário, temos que:

[...] a linguagem ritual é performativa, e às vezes pode conter palavras ou práticas que os falantes ou os ouvintes mal conseguem compreender. [...] A fala ritual é aquela da qual não faz sentido discordar nem contradizer –

e por isso contém um meio poderoso de redução da possibilidade de disensão. (GIDDENS, 1997, p. 83)

A “verdade formular”, na qual se funda o ritual, necessita do intérprete e este é o *guardião* da tradição. Ele se caracteriza pelo *status*, isto é, o papel que ocupa na ordem tradicional. Diferentemente do *perito*, o especialista da ordem social moderna, o conhecimento do guardião se reveste de mistério, se funda na pura credence e possui um sentido místico inacessível ao comum, ao leigo:

A tradição é impensável sem guardiões, porque estes têm um acesso privilegiado à verdade; a verdade não pode ser demonstrada, salvo na medida em que se manifesta nas interpretações e práticas dos guardiões. O sacerdote, ou xamã, pode reivindicar ser não mais que o porta-voz dos deuses, mas suas ações *de facto* definem o que as tradições realmente são. As tradições seculares consideram suas guardiãs como aquelas pessoas relacionadas ao sagrado; os líderes políticos falam a linguagem da tradição quando reivindicam o mesmo tipo de acesso à verdade formular. (GIDDENS, 1997, p. 100)

A interpretação monopolizada pelo *guardião da tradição* constitui uma verdade acessível apenas aos iniciados, isto é, aos que aceitam a verdade revelada por ele e, conseqüentemente, aceitam seu status. A tradição é intrinsecamente excludente: apenas os iniciados, os admitidos, podem participar e compartilhar da sua verdade, do ritual. A discriminação do não-iniciado, o “outro”, é fundamental para fortalecer o status do guardião e do ritual em si. O “outro” está fora, a verdade formular lhe é interdita. A identidade do eu vincula-se ao envolvimento com o ritual e, portanto, diferenciação em relação ao outro.

Nas condições da modernidade, o ritual é reinventado e reformulado. O mesmo ocorre com o guardião, substituído pelo especialista ou perito. A modernidade reincorpora a tradição, reinventa-a e, neste sentido, também expressa *continuidade*. Grande parte dos valores relacionados à tradição permanece e se reproduz no âmbito da comunidade local. Na verdade, as primeiras instituições da modernidade não podiam desconsiderar a tradição preexistente e, vários aspectos, dependiam desta tradição. Como afirma Giddens (1997):

Somente com a consolidação do Estado-nação e a generalização da democracia nos séculos XIX e XX, a comunidade local efetivamente começou a se fragmentar. Antes deste período, os mecanismos de

vigilância eram primariamente “de cima para baixo”; eram meios de controle cada vez centralizados sobre um espectro de “indivíduos” não mobilizados. (p. 115)

A modernidade, no entanto, teve de “inventar tradições” e romper com a “tradição genuína”, isto é, os valores radicalmente vinculados ao passado pré-moderno. A modernidade, neste sentido, expressa *descontinuidade*, a ruptura entre o que se apresenta como o novo e o que persiste como herança do velho. A modernidade expressa:

a) ruptura com a ideia de comunidade (una e corporificada no dirigente) e passagem à ideia de sociedade (dividida em interesses conflitantes, classes antagônicas e grupos diversificados);

b) ruptura com a ideia e a prática teológico-política do poder político encarnado na pessoa do dirigente e passagem à ideia da dominação impessoal ou da dominação racional, isto é, nascimento da ideia moderna de Estado.

Alguns autores problematizam o conceito de modernidade, em suas diferentes abordagens. Para Giddens (1991), por exemplo, a modernidade é prioritariamente um conjunto que abrange estilo, costume de vida ou organização social que surgiu na Europa a partir do século XVII e que posteriormente, de forma mais ou menos global, difundiu sua influência. Embora essa forma de compreender a modernidade a circunscreva em tempo e espaço, deixa também suas características fundamentais guardadas num cenário seguro. A ideia de modernidade para Touraine (2002) está baseada na crença de que o homem é o que ele faz, existindo dessa maneira uma forte e estreita correspondência entre a produção, tornada mais eficaz pelo avanço da ciência e da tecnologia e a própria organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, impulsionada pelo interesse e a vontade de se libertar de toda e qualquer opressão.

O destaque à cultura e ao caráter pessoal que a modernidade acaba por imprimir está presente na análise dos dois autores, e é nesse sentido que se pode afirmar que a modernidade altera de forma radical a essência e a natureza da vida cotidiana, afetando os aspectos mais pessoais de nossa existência (GIDDENS, 2002). A razão humana ordenará todas as dimensões da modernidade, possibilitando o avanço científico e suas aplicações, orientando e comandando a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas, e é ela que, por fim, substitui a

arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado (TOURAINÉ, 2002). Mesmo compreendendo a modernidade num nível institucional, todas essas transformações introduzidas pelas instituições modernas, com o avanço da ciência e da tecnologia, irão se entrelaçar de maneira direta com a vida individual e definitivamente, como enfatiza Giddens (2002), com o eu.

Giddens (2002) observa que o homem vive uma época marcada pela desorientação, pela sensação de que não compreende plenamente os eventos sociais e que perde o controle. A modernidade transformou as relações sociais e também a percepção dos indivíduos e coletividades sobre a *segurança* e a *confiança*, bem como sobre os *perigos* e *riscos* do viver:

A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais. (p. 38)

A modernidade é uma cultura do risco para Giddens (2000), não no sentido de que a vida moderna é mais sujeita a riscos que antes, mas porque submete os especialistas e os não especialistas a organizar o mundo social, pois que o futuro é permanentemente trazido para o presente por meio da organização reflexiva que é promovida pela ciência e o conhecimento. Mas, não se pode deixar de afirmar que o risco é uma construção social que incorpora uma abordagem secular da vida, onde tudo pode ser previsto, e a proteção relativamente aos riscos eventuais passa por controlar o tempo e disciplinar o futuro (CARAPINHEIRO, 2002). Os riscos, dessa forma, tanto podem estar relacionados a mudanças climáticas globais, intervenções do homem no ambiente e a consequente degradação ambiental planetária, quanto às situações das relações pessoais, familiares e a sexualidade (GIDDENS, 2000). Por isso são tão complexos e importantes quanto os relacionados a questões da economia global e do mercado, contribuindo sobremaneira para aumentar o estresse e as tensões que afetam a vida cotidiana, os modos de vida e as culturas tradicionais na maior parte das regiões do planeta.

A subjetividade é influenciada por esses aspectos globais e da sociedade de risco, porque quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída no encontro entre o local e o global, cada vez mais os indivíduos são forçados a realizarem escolhas a partir de uma diversidade de opções, que tanto podem estar relacionadas a um estilo de vida

próprio, quanto ao consumo e decisões múltiplas no cotidiano que extrapolam a tradição, a religiosidade e a cultura da família original (GIDDENS, 2002).

Assim, todos esses aspectos que formam as sociedades complexas na modernidade (globalização, risco, degradação ambiental planetária, desemprego, oscilações de bolsas de valores, desvalorizações de moedas nacionais, novas dimensões de tempo e espaço) só terão sentido através da criação a qual os indivíduos fazem deles, como os absorvem, como os interiorizam e os expressam; possibilitando a subjetividade, nesse sentido, ser percebida como uma instância reflexiva e deliberante, datável e localizada, na medida em que é produto e criação de uma sociedade a qual a investiu de sentido social, histórico e político (CASTORIADIS, 1992).

Em face da complexidade de se compreender a conexão (ou desconexão) entre tradição e modernidade, em seus variados sentidos, é importante observar que existem distintas perspectivas as quais mostram que tais termos não podem ser vistos de modo abstrato e homogêneo, destituídos de conteúdo e significado. Ambos os termos recobrem vasto campo de significações e contemplam um espectro amplo de possibilidades o que exigiria, a rigor, definir cada um dos termos no plural - em suas faces ambivalentes e múltiplas: há muitas e diferentes tradições, assim como há distintas formas de ser moderno, do que é instituído como tal, dependendo do olhar.

2.4.1 Conexões e oposições entre tradição e modernidade

A modernidade é vista muitas vezes, em tempos atuais, como exaurida em suas possibilidades de realização histórica, como se tivesse chegado a seu fim, e cedendo lugar ao chamado *pós-moderno*. Alguns autores, entretanto, preferem designar o momento da modernidade em sua contemporaneidade, guiada por um conjunto de elementos sociais, culturais, econômicos e ambientais bastantes próprios como, por exemplo, *alta-modernidade* (GIDDENS, 1991) ou *supermodernidade* (AUGÉ, 1992) como desdobramento da própria modernidade. Salienta-se, no entanto, que não há dúvida da existência de uma crise da modernidade, mas não se assume a perspectiva de que ela já se tenha sido esgotada como se fosse um projeto acabado.

Uma vez abstraídas essas questões - com várias implicações e desdobramentos - é preciso saber que, à medida que são temporalidades que se cruzam, isto requer o pensar em uma noção

transversal da história, na qual tradição e modernidade se combinam e se interpenetram como termos contrários e complementares, ainda que de modo descontínuo, multifacetado, híbrido.

Zanota Machado (1988), com a preocupação de buscar articulações de sentido entre valores culturais diversos, ou entre “ethos culturais de alteridade” (p. 21), aponta para uma perspectiva bastante fértil na abordagem dessa questão assentada no que Marcus (1990) denomina de “ciência social modernista” (p.02). Para ambos os autores, entre passado e presente (ou tradição e modernidade), não há ruptura nem compartimentação. Isso implica necessariamente em se repensar a concepção temporal dominante, na qual, muitas vezes, a razão científica se assenta. Para este, o passado, presente e futuro se relacionam de modo retilíneo: a tradição é situada como ponto inicial e a modernidade, ou o desenvolvimento, como ponto terminal (num processo, entretanto, sem cessar). Entre os dois pontos, parece existir apenas um “tempo que os divide ao meio”.

A oposição da modernidade em relação à tradição se pronuncia, todavia, não somente nas pretensões da modernidade em deixar tudo para trás, mas em face de um conjunto de características as quais demarcam suas descontinuidades, conforme indica Giddens (1991). Dentre elas destacam-se aqui duas características, sendo a primeira:

[...] é o ritmo de mudança nítido que a era da modernidade põe em movimento; as civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema. Se isso é talvez mais óbvio no que toca à tecnologia, permeia também todas as esferas (GIDDENS, 1991, p. 15)

Já a segunda característica apontada pelo autor diz respeito ao escopo da mudança que se situa em escala mundial, “conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram virtualmente em toda a superfície da terra” (p. 15).

Nessa perspectiva, tempo e espaço (na forma como são vividos e representados em contextos socioculturais distintos) são categorias chaves para apreender tanto as diferenciações entre o moderno e o tradicional, como suas conexões e especificidades.

Giddens (1994) assinala que a descontinuidade da modernidade em relação às culturas pré-modernas está no fato de que enquanto o dinamismo da modernidade se pauta na separação do tempo e espaço e sua recombinação em novos arranjos “que permitem o zoneamento tempo-espacial preciso da vida social” (p. 25), as sociedades da tradição, embora de maneira imprecisa

e variável, sempre entrelaçaram tempo e lugar como dimensões íntimas da vida social, nas quais “quando era quase universalmente conectado com o aonde”, ou identificado por ocorrências naturais regulares. E esse “estar conectado com o aonde” se faz presente entre os pescadores residentes no Mauzinho que são oriundos de outras comunidades do interior do estado, como pode ser verificado nas próprias palavras do senhor Azul, quando afirma:

Eu moro aqui no Mauzinho há quarenta anos quase. É a maior parte da minha vida. Mas eu nasci no interior (Careiro da Várzea), fui criado lá, virei homem lá, conheci minha mulher lá e tudo o que sei fazer eu aprendi lá. Então sou de lá. E quando estiver cansado, saio daqui (de Manaus) de uma vez e volto para lá. Posso viver a vida toda em qualquer lugar do mundo, mas meu lugar sempre foi e sempre vai ser lá. (Entrevista com o senhor Azul, pescador. Manaus, 2011).

Para Giddens (1994), a invenção do relógio mecânico no século XVIII e sua difusão produziram uma quase separação ou uma ruptura entre tempo e espaço, “pois o relógio expressava uma dimensão uniforme de tempo vazio quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de ‘zonas de dia’ (a jornada de trabalho, por exemplo)” (p. 25). Assim, a mensuração do tempo e sua padronização correspondem à uniformidade da organização social do espaço na modernidade. Segundo Giddens, “o esvaziamento do tempo é em grande parte a pré-condição para o esvaziamento do espaço e tem prioridade causal sobre ele, pois a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço” (p. 25). Retornando à realidade do senhor Azul, em sua narrativa várias vezes afirmou: “só fui usar relógio quando vim para Manaus”. Quando questionado como administrava e mensurava o tempo quando residia no Lago Central, tem-se:

Eu acordava com os galos e dormia com as galinhas. Antes do sol nascer eu já estava de pé. Trabalhava até começar a ficar um calor danado, então almoçava e ia dormir. Se amenizava o calor, voltava para o trabalho. Se não tivesse vontade, ia fazer outra coisa. Sair para pescar, só na lua escura ou lua muito cheia. Vim para Manaus, e todo mundo achava estranho que eu almoçava dez da manhã. Mas a gente não tem que almoçar na hora que dá fome? Lá no outro lado era assim, eu não sabia que horas eram. Estava com fome e comia meu feijão. (Entrevista com Azul, pescador. Manaus, 2011).

Assim, enquanto nas sociedades pré-modernas espaço e tempo são dimensões que coexistem dominadas pela presença em atividades localizadas, o surgimento da modernidade

separa o espaço do tempo produzindo relação entre outros ausentes, localmente distantes das relações face a face, o que pode ser percebido no depoimento do senhor Azul. Nesse sentido, retornando a Giddens, tem-se:

[...] em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles - o que estrutura o local não é o que está presente na cena; a forma visível do local oculta às relações distanciadas que determinam sua natureza (1991, p. 27).

Questionando a noção temporal dominante no pensamento ocidental, alguns autores contribuíram significativamente para a reflexão sobre o sentido do tempo na história. Para Elias (2001), uma vez que o "saber" é desenvolvido através de configurações sociais ao longo da evolução da sociedade, também o tempo aparece como produto da evolução de nossa sociedade. Evolução essa que não significa necessariamente progresso, mas que é formada por progressos e retrocessos e que, no caso do tempo, está fundamentada no desenvolvimento da capacidade humana de síntese e representação simbólica. Faz-se importante salientar que Elias não utiliza os termos *desenvolvimento*, *evolução* e *progresso*, no sentido de uma necessidade automática ou intrínseca à sociedade (significado usado no Século XIX). Ele se refere a tais termos no sentido de explicitar, empírica e teoricamente, mudanças estruturais que aconteceram na sociedade em longo prazo. O tempo é postulado como um dentre vários elementos que têm acompanhado a "evolução" da humanidade.

Paz (1986) coloca em questão a relação entre passado, presente e futuro - tal como é postulada no imaginário moderno - de modo sucessivo, cronológico e linear. Além de admitir outras temporalidades com significações e sentidos distintos nas chamadas *sociedades da tradição*, nas quais o tempo parece se configurar de modo cíclico ou circular, o autor destaca o fato de a modernidade tender a negar o passado e a desprestigiar o presente, se projetando sempre no futuro: não se sabe exatamente para onde. Sabe-se somente que o "onde" está no futuro.

2.5 A chegada do *desenvolvimento* e da *modernidade* no Mauazinho

A definição do que seja Modernidade pode assumir diferentes concepções, sendo seu início geralmente relacionado às transformações ocasionadas pela passagem do mundo medieval,

“atrasado”, para o chamado mundo moderno, atual. Giddens (2002, p.12), por exemplo, usa o termo modernidade para se referir “às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no Século XX se tornaram mundiais em seus impactos”.

Conforme explicita Hall (2006, p. 25), “as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e estruturas”. Emerge na modernidade a ideia de um sujeito soberano que representou uma ruptura como o passado, em contraposição a noção anterior de que a posição dos sujeitos dependia de uma ordem secular e divina.

Os anos de governo militar no Brasil, em especial os dez primeiros, foram caracterizados pela propaganda oficial maciça no sentido de se criar uma nação “moderna”, capaz de sair do “atraso” econômico e social que se acreditava existir antes de 1964. De acordo com Pires (2002), o modelo econômico e político adotado pelos militares após 1964 ficou conhecido como a modernização conservadora, que consistia no desenvolvimento urbano-industrial, na concentração da renda e na exclusão da classe operária. Para o desenvolvimento urbano-industrial, como já descrito no Capítulo I, foram criados vários mecanismos políticos e econômicos para o estímulo do *desenvolvimento* da nação. Entre esses mecanismos, tem-se a criação de empresas estatais para a criação de uma indústria de base nacional, como foi o caso de algumas empresas estabelecidas no bairro do Mauzinho (Siderama, Petrobras e Eletrobras, por exemplo) e seu controle gerencial e político executado por militares. De acordo com um dos diretores da Eletronorte nos anos iniciais da usina Mauá, Coronel reformado do Exército e com 82 anos de idade em 2012, o governo acreditava que “somente os militares eram ideologicamente aptos para o controle das novas empresas estatais que estavam sendo criadas, e somente com militares no controle dessas empresas o Brasil poderia se desenvolver”. De fato, em Manaus até mesmo a prefeitura foi administrada por militares, assim como o comando da Suframa e outras autarquias federais e estaduais consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico. Afirma ainda este ex-diretor da Eletronorte:

Se não fossemos nós (os militares), o Amazonas estaria ainda igual a cem anos atrás. Abandonado e atrasado. E depois do ciclo da borracha, não teve um corajoso que pisou na Amazônia e disse: “vamos desenvolver essa região”. Nós fizemos isso. Trouxemos modernidade, trouxemos o Distrito Industrial, modernizamos a geração de energia

elétrica no Brasil todo, fizemos grandes obras que ninguém teve coragem de fazer. Sonhávamos alto, mas realizávamos nossos sonhos. (Narrativa do Coronel D.M., ex-gestor da Eletronorte. Manaus, 2013).

Este depoimento pretende mostrar a visão de um representante do governo à época, ideologicamente formado nas bases do “modernismo conservador” citado por Pires (2002). Procurou-se, no entanto, ouvir outros depoimentos de pessoas que fizeram parte da base deste processo de transformação econômica e social no bairro, a fim de se obter uma melhor compreensão a respeito da noção de “chegada da modernidade” em Manaus, e mais especificamente no *locus* desta pesquisa.

Inicialmente, tem-se o depoimento do senhor Fídias Botelho, o qual trabalha na Eletrobras Amazonas Energia desde 1970, sendo desde 1973 na Usina Mauá. De acordo com o entrevistado, o mesmo foi testemunha da devastação da área de mata nativa e desabitada para a construção da Avenida Solimões, além da demarcação dos terrenos pela Suframa para a implantação das primeiras indústrias, tudo “em nome da modernidade e do progresso”. Em seguida outro entrevistado, senhor Iran Carvalho (o qual trabalhou na usina entre 1972 e 1977, e na Reman entre 1977 e 2002), complementou que grande parte do contingente de mão-de-obra sem especialização que trabalhou na construção das obras se aproveitou desta infraestrutura incipiente para a fixação de suas residências nas proximidades da obra, e assim iniciando a “colonização” residencial da área. Ao final da obra, mesmo aqueles que não conseguiram se empregar nos projetos acabaram, em grande parte, por manter residência no bairro e aproveitando-se de itens de conforto tais como o asfalto, energia elétrica, água encanada e estrutura de comércio e serviços. “Coisas novas, modernas que chegaram aqui no bairro e que trouxe alegria à população”, de acordo com o depoimento de Iran.

Um exemplo de como cada projeto era visto como “a chegada da modernidade” é o depoimento do senhor Fídias, em relação ao dia de inauguração da usina Mauá, em 15 de Novembro de 1973. O mesmo relembra:

Aquele dia foi de festa. Era feriado de Proclamação da República. O (Presidente) Médici e o ministro (Antonio Dias) Leite estavam no palanque lá na (Avenida) Solimões, toda ainda no barro, dizendo que a partir daquele dia não somente a cidade de Manaus, mas todo o Brasil iria ver o progresso, já que *energia elétrica é desenvolvimento*. E a peãozada gritava, aplaudia, achava o máximo. O Médici foi apertando a mão de todo mundo que foi contratado para trabalhar na usina, um a um. Mas

muitos acabaram “pegando as contas” logo no mês seguinte, pois havia acabado a obra. Mas acabaram montando lanches, padarias, serrarias, tudo quanto é tipo de comércio. E depois tem aquele negócio de trazer a parentada, dizendo para demarcarem um terreno para morar. E assim o Mauazinho foi crescendo, cada vez mais deixando de ser área rural e se tornando uma área desenvolvida. (Entrevista com Fídias Botelho, funcionário da usina Mauá desde 1972. Manaus, 2012).

Iran Carvalho complementa:

Sabe aquela coisa do pão e circo? Se os militares colocassem meio metro de asfalto na rua, tinha banda, festa, música e tudo que tem direito. Sem falar na lavagem cerebral na caboclada, que acabava acreditando que meio metro de asfalto iria salvar suas vidas do atraso. Tinham asfalto, luz, água encanada, emprego no distrito. Mas continuavam ignorantes, alienados, analfabetos. Isso para mim não é progresso, era melhor eles continuarem felizes com suas vidas no interior do estado. Eu sou do interior de Parintins e somos 12 irmãos. Só vinha para Manaus se fosse para estudar, fazer o segundo grau e a faculdade. Se não fosse para estudar, tinha que ficar na roça ajudando meus pais. Eu nunca gostei de roça, então achei melhor estudar. (Entrevista com Iran Carvalho, aposentado. Manaus, 2012).

Os dois relatos sugerem que a noção de modernidade imposta pelos militares, apesar de suas tentativas de trazer desenvolvimento à localidade, possuíam também certo caráter alienativo ao cidadão comum, geralmente sem escolaridade. Tentava-se fazer acreditar que a chegada de asfalto, energia elétrica, oferta de empregos no setor industrial, e demais ações de urbanização trariam uma melhor qualidade de vida ao cidadão de áreas urbanas. Também se fazia acreditar que o êxodo rural ocorrido no estado do Amazonas, movendo populações ribeirinhas para a área urbana de Manaus, livrava tais populações do “atraso” existente em suas comunidades de origem. De fato, durante a pesquisa, vários pescadores residentes no Mauazinho afirmaram viver em um “atraso de vida” antes de migrarem para Manaus, e que hoje vivem uma vida “moderna”.



**Figura 19 : Presidente Ernesto Geisel cumprimenta funcionários da usina Mauá.
Fonte: acervo Amazonas Energia.**

Infere-se, a partir dos depoimentos e da definição dos conceitos, que *tradição e modernidade* não são conceitos excludentes ou diametralmente opostos, apesar das tentativas de se fazer acreditar que ambos os conceitos o são. O *modus vivendi* do grupo de pescadores residentes no Mauazinho também leva a compreender que tradição e modernidade, em alguns momentos, tentam se excluir. No entanto, em outros momentos, se mesclam e se confundem.

2.6. Afinal, tradição e modernidade são opostos?

Pode-se suspeitar que o limite da fronteira entre a tradição e a modernidade seja bastante nítido, no que indica que as estratégias de suplantação de uma pela outra sejam fáceis e lineares. Mas, ao contrário, são limites tênues. Os riscos intrínsecos desta transformação são pouco considerados, uma vez que a matriz de escolha racional e objetiva ainda crê na possibilidade de controlar os resultados das modificações geradas a partir dos benefícios prometidos pela modernidade. Nos discursos que anunciam as soluções técnicas no setor pesqueiro na Amazônia contemporânea, por exemplo, ainda não cabe o diálogo com outras racionalidades, nem tampouco as incertezas quanto aos efeitos do progresso. Existe, porém, bem mais do que a

escolha racional entre o ambiente político onde emerge as decisões e o contexto socioambiental onde a pesca se desenrola.

As noções de tradição e modernidade, mesmo no âmbito da Sociologia e, mais ainda, no senso comum, tendem a ser abordadas de forma dicotômica. Tradição e modernidade são concebidas, normalmente, como noções ou mesmo momentos históricos sucessivos, opostos, incompatíveis e mutuamente excludentes, já que a realização do moderno implicaria na eliminação, mais ou menos abrupta, do tradicional.

As teorias que afirmam a dicotomia entre tradição e modernidade afirmam também que o moderno necessariamente eliminará o tradicional, na medida do êxito obtido pelas sociedades economicamente atrasadas em sua industrialização. Assim, tornam-se cada vez mais semelhantes aos países economicamente adiantados. Um dos argumentos utilizados por Bendix (1996) para contestar estas teorias, por exemplo, reside na constatação de que as sociedades industriais “retêm aspectos de sua estrutura social tradicional que foram combinados com o desenvolvimento econômico de várias maneiras” (p. 42), mantendo suas tradições divergentes. Além deste aspecto, o autor ainda considera que “é provável que algumas ou muitas sociedades ‘em desenvolvimento’ não se ‘desenvolverão’ no sentido em que esse termo pode ser aplicado aos países industrializados do mundo moderno” (p.44). Desta forma, para o autor, as concepções de tradição e modernidade como mutuamente excludentes são falsas e a dicotomia não se justificaria nem tomando por referência o estudo das regiões consideradas pela teoria da modernização como modernas, nem daquelas consideradas “atrasadas” ou “subdesenvolvidas”. O autor afirma ainda que:

Contra a opinião de que a tradição e a modernidade são mutuamente excludentes, quero manter que mesmo as duas revoluções do século XVIII são entendidas mais corretamente como culminações de continuidades europeias específicas, isto é, que elementos “modernos” eram evidentes muito antes da era moderna. A questão pode ser ilustrada com respeito às bases da ação social. Laços familiares, crenças religiosas, associações linguísticas, comunalismo territorial, e outras são formas típicas de associação numa ordem social tradicional. Nenhum desses laços ou associações desapareceu mesmo nas sociedades mais industrializadas (p. 367).

Para a modernidade, a tradição não estaria desempenhando mais nenhum papel eficiente na expansão do desenvolvimento humano, incluindo a pesca praticada como trabalho e modo de vida.

A pesca profissional artesanal, por ser uma atividade que utiliza recursos naturais, ou melhor, que explora recursos silvestres, passa a ser representada, por muitos, incluindo políticos e acadêmicos, como uma atividade causadora de alguma forma de degradação ambiental. O fato da atividade não estar associada diretamente à concepção de cadeia produtiva artificializada atua como imagem habilmente manipuladora para tomar o significado de predação, ou seja, de que a exploração não considera as necessidades de reposição natural dos estoques, o que é um equívoco que o acompanhamento de uma rotina da pesca é capaz de desfazer. Outro equívoco associado é o de que, sem as restrições políticas de fiscalização, a prática de respeito à reposição natural dos estoques pesqueiros não é realizada pelo pescador, ou seja, é um risco que só com os constrangimentos coercitivos do arcabouço legal da modernidade seria possível eliminar, enquadrando o grupo cujas práticas são resquícios da tradição. Somente com o uso de processos e técnicas ditos racionais a sustentabilidade da pesca seria alcançada e, assim, o futuro da proteção ambiental seria mantido sob controle e estaria garantido em termos do que é aceitável pela modernidade.

Entretanto, segundo Beck *et al.* (1997), os riscos se tornaram o estado normal da modernidade e, no uso social da natureza, são ainda maiores e mais marcantes quando derivados da escala industrial em que se dá a exploração do que na base artesanal. Além disso, a crescente importância que a questão ambiental tem assumido traz um novo componente para se discutir a viabilidade do modelo de produção industrial/consumo típico dos países considerados modernos, já que este modelo tem se mostrado progressivamente insustentável, devido à sua crescente necessidade de matéria-prima e à sua constante emissão de resíduos poluentes (como é o próprio Complexo termelétrico de Mauá com suas emissões de poluentes de diversos tipos). Neste quadro, a compreensão do que vem a ser o moderno se altera bastante, e merece estudos aprofundados. Contudo, Bendix (1996) nos fornece elementos para que a leitura da tradição como algo a ser necessariamente eliminado possa ser enfrentada, na disputa pelos significados, que é também uma disputa política.

A crítica à noção de desenvolvimento (ESCOBAR, 1996; SACHS, 2000) traz instigantes contribuições a estas discussões. Demonstrar que a generalização de noções como

desenvolvimento e subdesenvolvimento, após o final da Segunda Grande Guerra, e sua adoção na formulação de políticas dos grandes organismos internacionais – como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – legitimam e aprofundam as clivagens entre, nos termos de Bendix, as sociedades “avançadas” e as “seguidoras”, condenando as últimas à eterna convivência com a sensação de déficit e de estarem sempre atrás de algo nunca alcançável. Esta crítica chama atenção, também, para a importância de conhecimentos e saberes desqualificados como arcaicos / tradicionais em função da ascensão hegemônica do saber científico / moderno. A revalorização de saberes e formas de organização social, relegados ao plano de arcaísmos a serem superados ou de resistências irracionais a serem vencidas pelo avanço da modernidade, apontam para a necessidade de contestação das dicotomias modernas.

Para os países da América Latina, e mais especificamente para a realidade amazônica, esta contestação da dicotomia entre tradição e modernidade se torna ainda mais pertinente quando temos em mente a seguinte afirmação de Bendix:

as repercussões imprevistas da expansão europeia foram suficientemente eficazes para minar ou destruir as estruturas sociais existentes, mas com frequência nem de longe suficientemente eficazes para fornecer estruturas alternativas viáveis. (1996, p. 326).

A *organização social* da pesca artesanal vista através de seus processos e formas de interação produz um *sujeito social*, o pescador, dotado de conhecimento tradicional que viabiliza não só sua atividade profissional, mas, também, sua reprodução sociocultural em bases comunitárias. Todavia, a institucionalização da pesca nos remete a outro grupo social – formado pela então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR, hoje Ministério da Pesca) – dotado de outra forma de conhecimento que viabiliza uma estrutura político-burocrática que, por sua vez, formula o seu próprio poder, se mantendo e reproduzindo no mesmo. Assim, ao falarmos em políticas de pesca, identificamos os grupos e os valores não endógenos ao processo de trabalho da pesca, mas outro grupo que representa o espaço macroenvolvente. A existência da pesca artesanal deixa, então, de ter sua rotina condicionada pelo lugar e passa a se subordinar a um contexto mais amplo no qual são estabelecidas relações assimétricas de poder. As formas tradicionais de poder, trabalho, compreensão do tempo e

espaço são corrompidas por conceitos da modernidade, muitas vezes impostos pela dinâmica política e / ou econômica do capitalismo, e que por sua vez cria um estado de confusão para o grupo que se torna vítima dessa transição / mescla de conceitos em sua vida. Assim, cria-se um grupo com uma identidade própria, mista e na transição entre o tradicional e o moderno, e cuja identidade e *modus vivendi* é mais bem detalhado no Capítulo III deste trabalho.

Capítulo 3 - Vida em comunidade, trabalho e interações dos pescadores do Mauazinho.

As escolhas de cada indivíduo, de acordo com Bauman (2010), nem sempre são produto de suas decisões conscientes. Muitas de suas ações decorrem do *habitus* e, como tal, não são um alvo de escolha ampla e deliberada. Outras ações do indivíduo ou de um grupo, ainda de acordo com o autor, decorrem de influências do meio que o cerca, das situações de escassez, privação de liberdade, entre outros. Assim, nem sempre se pode considerar que cada grupo é formado por indivíduos que sejam plenamente autores de seus destinos.

Conforme explicado no Capítulo I, alguns fatores políticos, econômicos e sociais moldaram a configuração hoje existente no bairro Mauazinho. Tais fatores também, como se leva a crer, criaram um movimento migratório ao local que recebeu tanto pessoas que procuravam emprego no setor industrial, quanto os próprios pescadores que supostamente se estabeleceram no local por conta da existência de uma infraestrutura que permitia a manutenção de suas atividades laborais, com a facilidade de estarem mais próximos do local onde comercializam sua produção.

Já o Capítulo II sugere a existência de um autoquestionamento do indivíduo-pescador, o qual muitas vezes apresenta dúvidas a respeito de sua condição laboral ou previdenciária. Ainda, conforme apresentado no mesmo capítulo e com um maior detalhamento neste, o pescador ocasionalmente renega ou reafirma sua identidade dependendo do contexto ou do local em que se está inserido naquele momento.

Este capítulo, deste modo, pretende descrever os processos pelos quais os pescadores, sujeitos individuais, se reúnem em configurações maiores. Configurações maiores denominadas pelos próprios pescadores como *comunidade*.

Cabe, portanto, lembrar que o conceito de comunidade possui significado mais amplo do que o sentido geográfico pretendido pelos pescadores. Bauman (2010) afirma que pode ser chamado de comunidade “um grupo de pessoas não claramente definidas nem circunscritas, mas que concordem com algo que outras rejeitem e que, com base nessa crença, atestem alguma autoridade” (p. 75). Ainda segundo o autor, por mais que se tente justificar o “estar junto” geográfico, o primeiro traço da caracterização de uma comunidade é a sua unidade espiritual, identitária. Sem isso, não há comunidade. Para que ela exista e esteja sustentada é necessário um acordo, ou pelo menos a disposição e

o potencial para tanto (p. 76). Deve ser, portanto, forjado um consenso para que a comunidade ultrapasse o âmbito político ou geográfico e adentre na Sociologia.

Assim, ao longo deste capítulo são apresentadas descrições do *modus vivendi* desse grupo de pescadores que, por muitas vezes, se intitulam “comunidade de pescadores do Mauazinho”. As informações apresentadas foram obtidas a partir de dados colhidos no período de observação participante, com acompanhamento da rotina de vida e trabalho de alguns membros do grupo, além das narrativas relacionadas às percepções que os pescadores observados possuem a respeito dos conceitos sociológicos pertinentes a este trabalho.

Durante o período de observação participante, procurou-se concentrar a coleta de informações em um subconjunto do espaço amostral de pescadores, formado basicamente pela família do senhor Azul. Os principais fatores determinantes da escolha desta família são, inicialmente, a maior receptividade da mesma em comparação às demais famílias, além de ter sido verificado que esta família é uma das pioneiras no estabelecimento de residência na comunidade, localizada ao longo da Rua Rio Negro e às margens do igarapé do Mauazinho. Outras famílias de pescadores e pescadores “avulsos” ou “marreteiros” que não residem na referida rua, mas considerados membros da comunidade, também foram entrevistados e acompanhados em diversas oportunidades. No entanto, a concentração da pesquisa em uma família facilitou a compreensão dos processos realizados pelo grupo.



Figura 20: embarcação *Rio Mengo*, de propriedade do senhor Azul, à direita. À esquerda, sua tripulação realiza puxada de rede.
Foto: Frederico Cesarino, 2013.

Deste modo, a compreensão das narrativas dos pescadores, aliada à observação de suas ações e ao conhecimento teórico dos temas inerentes às ciências sociais, permitiu a realização da descrição de suas atividades em aproximadamente dois anos de pesquisa teórica e de campo.

3.1 A *descrição* do pescador do Mauazinho

Quando se afirma “fazer uma descrição” do pescador que reside no *locus* da pesquisa, talvez possa advir uma conotação não muito clara a respeito do próprio termo *descrição*. Um dos significados da palavra *descrever* é “contar minuciosamente”, e de fato é isso que se pretende realizar neste capítulo. Ocorre, no entanto, que uma “descrição completa”, uma “radiografia”, “escrita minuciosa” ou qualquer outro termo sinônimo é algo difícil – talvez impossível – de se alcançar na pesquisa sociológica. Deste modo, é mais correto afirmar que foi realizado um acompanhamento do dia a dia do pescador e as suas interações sociais, cujos dados de campo foram analisados e “descritos” a partir da “interpretação das interpretações” do grupo estudado. Assim, tentam-se detalhar ao máximo os dados obtidos a partir dessa observação do grupo e análise de suas narrativas a respeito de suas vidas e trabalho.

O estudo do pescador, por si só, é algo trabalhoso e complexo para o pesquisador oriundo do meio urbano e industrial, e criado sob a lógica do capitalismo tradicional sem ter tido contato anterior algum com o meio rural e sua dinâmica social. Esta afirmação da complexidade do estudo deste indivíduo-pescador pode ser verificado, por exemplo, em Ypiranga Monteiro (2010) que inicia sua obra *O Pescador* com a seguinte “advertência”:

Não é fácil para quem não esteja familiarizado com o vasto ambiente amazônico, especular sobre temas que dependem, via de regra, de conhecimentos práticos, diuturnos, que a interação social converte numa rede de propriedades comodistas. Admiramo-nos sempre que vemos indivíduos dispostos a tratar deles com a predisposição de quem curtiu horas de soalheira e de pampeiros, na esperança de ver surgir na ponta da linha àquela cara de palhaço, toda enfeitada em ouro e prata, brilhando ao sol.(p. 11)

Assim, corroborado pelas palavras do autor, pretende-se explicar que os dados obtidos e descritos neste capítulo se tratam dos fatos observados nos dois anos de

pesquisa, e concentrados em um subgrupo do total de pescadores residentes no bairro. Deve ser levado em conta, portanto, que as interações sociais e econômicas não são estáticas. E as interferências ambientais, políticas, previdenciárias ou econômicas podem vir a modificar, ao longo do tempo, todo o modelo social descrito anteriormente. Considerando todo esse preâmbulo explicativo, pretende-se, a partir do próximo item, *descrever* e analisar os dados de campo.

3.1.1 O indivíduo-pescador do Mauazinho e seus locais de interação.

Conforme analisado no Capítulo II, a categoria social *pescador*, para o indivíduo que faz parte do grupo estudado, muitas vezes é confundida com sua condição profissional e previdenciária. E, apesar dos diversos conceitos relacionados à condição social / profissional, o mesmo muitas vezes se intitula apenas “pescador”. Este indivíduo-pescador observado se dedica exclusivamente à pesca durante quase todo o ano (exceto, em teoria, durante o período de defeso quando se ocupa de outras atividades). A área na qual realiza suas atividades de captura compreende a margem esquerda do rio Negro em Manaus, ao longo da orla fluvial do bairro do Mauazinho. Em algumas épocas do ano, geralmente entre julho e setembro, migram suas atividades para o rio Solimões e seus lagos, por conta da ausência de cardumes com exemplares de tamanho compatível com sua comercialização no rio Negro.

Utilizam duas modalidades de pesca embarcada: solitária com utilização de canoa e motor do tipo rabeta (chamado de pescador *rabeteiro*), ou em grupo com a equipe disposta em uma embarcação de maior porte, chamada *motor*. Geralmente cada tripulação de um motor é composta por membros de uma mesma família, sendo o chefe da família o comandante da embarcação. Há também, no bairro do Mauazinho, indivíduos que prestam serviços avulsos a várias embarcações de pesca, geralmente nas funções de canoeiros ou lançadores de redes. Não são vinculados a nenhuma família ou embarcação, e às vezes podem prestar serviços a mais de um barco em um mesmo dia. Suas atividades de captura, quando na orla do rio Negro, são realizadas em espaços geográficos com divisões imaginárias entre as embarcações, e cuja representação transcende sua caracterização como simples local para realização das atividades laborais: são as *campanhas* de pesca, cujo simbolismo ao pescador necessita ser destacado.

3.1.1.1 Campanhas de pesca

A área de captura, ao longo da orla do Mauazinho, está dividida em vários lotes, denominados *campanhas*, nos quais cada embarcação possui o direito de lançamento de redes de pesca ao longo de cada dia. Cada *campanha* é demarcada com estacas de madeira e bandeiras, e cabe ao comandante da embarcação a manutenção da área da campanha nos períodos de seca do rio Negro (roçamento do capim da várzea, retirada de lixo e limpeza do solo). A campanha pode ser utilizada por outra embarcação somente se a embarcação proprietária daquela área não ancore sua embarcação na área até as 09:00h da manhã de cada dia.



Figura 21: estacas na terra demarcam as *campanhas* de pesca, durante o período de vazante. Ao fundo, a UTE Electron.

Foto: Frederico Cesarino. Dezembro de 2012

O termo *campanha*, especificamente para a pesca, não foi encontrado na literatura acadêmica pesquisada para a realização deste trabalho. Também em visitas a comunidades pesqueiras em outras localidades do interior do estado do Amazonas, o termo não era citado ou mesmo conhecido pelos pescadores daquelas comunidades. Procurou-se, portanto, buscar a origem e finalidade do termo. Com isso, inicialmente se tem a narrativa do senhor Azul, ao ser questionado sobre o que eram as estacas fíncadas na terra ao longo da orla do rio Negro no período de seca:

Essa aqui é minha campanha. Essa aqui do lado é a campanha de outro barco de pesca, e a seguinte é de outro barco. E assim vai: cada um tem a sua campanha, e eu tenho a minha há quase quarenta anos. [...] A campanha é onde chegamos todo dia bem cedo para pescar, atracamos o barco e fazemos nossa produção. [...] É o local que a gente cuida quando está seco, e que a gente ceva quando está cheio, para o peixe sempre passar por aqui. [...] É o pedaço de rio que é da minha família. (Entrevista com senhor Azul, pescador. Manaus, 2011)

Apesar de não ser encontrado na literatura acadêmica específica da pesca artesanal, encontrou-se uma definição próxima em Rios (1979) na qual o termo *campanha* é descrito como sendo um “tipo de paisagem rural caracterizada pela ausência de sebes e cercas, pela divisão dos campos em extensões alongadas de terrenos cultivados e correspondendo, geralmente, a um núcleo de população” (p. 14). De fato, esta definição, em comparação com o relato do pescador, permite uma compreensão inicial do termo. Mas, apesar da definição, aquele pequeno espaço geográfico (cada uma possui aproximadamente trinta metros de extensão) possui um simbolismo bem mais amplo, ao pescador, do que meramente um local para execução de sua atividade econômica.



Figura 22: Lançamento de malhadeira na campanha em frente ao cemitério do Mauzinho. Foto: Frederico Cesarino, 2013.

Cada campanha, como é do conhecimento de cada pescador que nela realiza seu trabalho, não é sua propriedade jurídica de fato. De acordo com Menezes (2003), a orla do rio Negro se enquadra na condição de terreno de marinha, e como tal é propriedade do Governo Federal. Agrava-se o fato de os locais onde as campanhas estão instaladas serem terrenos de inundação, pertencentes ao leito do rio, e sem qualquer possibilidade jurídica de sua posse por usucapião. Mas o pescador se considera dono *de fato* do espaço delimitado para seu trabalho, como explica Azul:

Eu sei que isso aqui não é meu. Inclusive muitas vezes já tentaram me tirar daqui, porque estou praticamente no quintal da usina. Mas da mesma forma que isso não é meu, é de todo mundo. Então eu pesco exatamente neste local já faz mais de trinta anos, e o pessoal sabe que não pode me tirar daqui. Claro que também não posso chegar e colocar uma cerca aqui com uma placa escrita *essa campanha é do Azul. Não entre!* Mas todo mundo sabe que sou eu que pesco aqui, eu que cuido, tiro o lixo na seca, capino e tudo o mais. Não é meu assim oficialmente, mas é meu. (Entrevista do senhor Azul, pescador. Manaus, 2011).

Dentro dos limites imaginários de cada campanha, além da própria captura de pescado, uma diversidade de interações sociais e econômicas é realizada: as relações comerciais entre embarcação e atravessadores são realizadas dentro dos limites da campanha, assim como a divisão da renda diária ou semanal entre pescadores. Também se observou que a campanha é o local onde os membros da tripulação pesqueira resolvem seus problemas interpessoais. O proprietário da embarcação pesqueira é considerado também como “dono” daquele espaço de trabalho e, assim, é considerado também pelos demais pescadores como mediador de conflitos e autoridade conselheira. O próprio senhor Azul, dono da campanha na qual foram realizadas as atividades de observação e entrevistas, define sua autoridade dentro daqueles limites espaciais:

Eu sempre digo que o que resolvemos na campanha fica aqui mesmo. Se levamos os problemas daqui para nossas casas, sempre dá um problemão. Se alguém está brigado com o outro, se alguém está descontente com o trabalho no barco, se alguém brigou com a mulher em casa e quer ficar o período de espera (de chegada dos cardumes às redes) tomando litros de cachaça, a gente tem que resolver aqui. Já vi lançador de rede puxar a faca pro outro, já vi um pescador jogar o outro no rio, mas quando chegamos em casa já está tudo bem. Comigo é assim:

tem que me ouvir e me respeitar. Senão, não pesca mais aqui conosco. (Entrevista do senhor Azul, pescador. Manaus, 2011).

Quando afirma que “o que ocorre na campanha se resolve na campanha”, Azul sugere que aquele espaço físico e social tenta se distanciar dos demais espaços que fazem parte da vida dos pescadores. De fato, em todas as oportunidades em que o retorno da embarcação ao bairro e o consequente retorno dos pescadores às suas residências foi acompanhado e observado na pesquisa, as informações a respeito do “tempo em campanha” não eram de modo algum repassadas aos familiares, principalmente às esposas, que não acompanhavam as atividades de captura. A própria esposa do senhor Azul, por exemplo, afirma: “não quero saber o que aconteceu lá na campanha. Só preciso saber se ele trouxe dinheiro e comida para casa”. Assim, esta aparente ausência de preocupação a respeito das atividades de seu esposo reafirma o que já se supunha durante a observação.

Apesar de concentrar as atividades e decisões econômicas, além de ser um espaço para solução de conflitos, com a mediação do patrão de pesca, não foi observado que este local também abrigue a resolução de problemas entre embarcações distintas, ou mesmo a discussão de assuntos previdenciários ou políticos. A própria consciência política em relação aos direitos do pescador não foi observada plenamente, mesmo entre os padrões de pesca, durante a pesquisa.

3.1.1.2 Os locais para fazer política: sindicatos, colônias e associações de pescadores.

Os pescadores do Mauazinho são, em sua grande maioria, filiados à Colônia de Pescadores Z-12 (a qual compreende o município de Manaus), e dela não participam ativamente. Na comunidade onde residem não há liderança política de fato. Não há a figura de líder comunitário, por exemplo. Esta liderança é exercida pela própria liderança comunitária do bairro do Mauazinho, representada por um indivíduo alheio às atividades pesqueiras. Há, no entanto, alguns moradores mais antigos os quais exercem liderança natural entre os demais. Quando algum assunto importante necessita ser debatido, existe um ponto de encontro do tipo “chapéu de palha” no qual são tomadas as decisões (geralmente solicitações diversas que são encaminhadas à Colônia Z-12).

Apesar de serem filiados à colônia de pescadores e dela dependerem para muitas reivindicações, o grupo a considera um local “para se fazer política”, e não considera seus dirigentes como representantes de fato dos pescadores de Manaus. Alegam que não frequentam as reuniões da colônia por conta de sua localização distante de suas residências, e nunca houve o interesse de membros do grupo do Mauzinho de se candidatar a cargos de direção na Colônia Z-12. Alguns membros também são filiados aos sindicatos de pescadores de seus municípios de origem (principalmente Careiro da Várzea, Autazes e Careiro Castanho), o que lhes permite o acesso a algumas áreas de pesca naqueles municípios, vetadas a outros pescadores pelos membros daquelas comunidades.

Em relação a atuações políticas, não foi verificada a existência de membros do grupo filiados a partidos políticos ou outras associações de classe além das colônias e sindicatos de pescadores. Durante o período de pesquisa deste trabalho, ocorreu a oportunidade de acompanhamento das eleições municipais do ano de 2012. Na ocasião, verificou-se o apoio aberto da Colônia Z-12 a um candidato a Prefeito de Manaus e a um determinado candidato a vereador. Ainda, verificou-se que esta Colônia apoiava também alguns candidatos a prefeito e vereador nos municípios de Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara e Careiro da Várzea. Apesar deste apoio aberto por parte da representação oficial dos pescadores, no grupo residente no Mauzinho verificou-se que esta indicação de votos a determinados candidatos não aceita. Dentre os candidatos a vereador para o município de Manaus, o grupo optou pelo apoio a um candidato residente no próprio bairro e que atua como o líder comunitário da localidade, ao contrário da indicação da Colônia. Também foi verificado que alguns pescadores possuem domicílio eleitoral nos municípios das suas comunidades de origem, sendo a maioria do município de Careiro Castanho e Careiro da Várzea, inclusive alguns com parentes candidatos naquelas localidades. Com isso, muitos pescadores justificaram o voto ou mesmo viajaram aos referidos municípios para exercer o voto e apoiar candidatos locais.

Em outubro de 2012 ocorreu a oportunidade de acompanhamento de uma reunião comunitária dos pescadores no chapéu de palha em que os pescadores costumam se reunir. Nesta ocasião, a reunião foi convocada pela Colônia Z-12 e sua pauta relacionada à quitação de débitos dos pescadores com a entidade, para fins de obtenção das parcelas do seguro-defeso que seriam pagas a partir de dezembro daquele ano aos pescadores adimplentes. Após o assunto ter sido deliberado, algumas

reivindicações foram expostas ao representante da entidade, geralmente relacionadas ao receio da desapropriação de suas residências pelo Governo Estadual, ou reclamações relacionadas aos valores e prazos de pagamento de seus benefícios previdenciários. Apesar de o representante da entidade que compareceu à reunião aparentemente ter demonstrado interesse em solucionar os problemas dos pescadores, levou-se a crer na observação desta reunião que há grande animosidade entre o grupo de pescadores do Mauzinho e a Colônia Z-12. De fato, alguns pescadores entrevistados após a reunião mostraram antipatia pela entidade, como pode ser visto nas três narrativas abaixo:

A colônia nunca nos ajuda, e só aparece aqui com a gente quando estão precisando de dinheiro. Eu prefiro ficar sem pagar a taxa o ano todo, e quando chega no final do ano eu acabo que pago todo o retroativo, só de raiva com a Colônia. E ainda peço para parcelar o débito (Narrativa de Alfredo, pescador. Manaus, 2011).

Esse ano vou dar entrada no seguro defeso por aqui pela Colônia mesmo. Mas sou também filiado ao sindicato de pescadores de Autazes, e geralmente eu faço o processo por lá, porque sai mais rápido e o pessoal é da minha família. Mas esse ano não estou tendo tempo de ir lá, então só por isso mesmo que vou dar dinheiro para o pessoal daqui. (Narrativa de Wagner, pescador. Manaus, 2011)

Só porque eles sabem que a gente não tem tempo de ir até a colônia, eles chegam aqui e cobram taxa de despachante só para levar nossos documentos para dar entrada. Mas se eu for por conta própria até a colônia e deixar os documentos lá, não teria que pagar nada. Eu não tenho carro, e se eu fosse de rabeta ou de ônibus até a Manaus Moderna iria acabar pagando a mesma coisa, então acabo dando logo dinheiro para eles. E o pior é que, mesmo assim, tenho certeza que as parcelas vão chegar atrasadas porque eles vão dar entrada nos documentos na última hora (Narrativa de Assis, pescador. Manaus, 2012)

De acordo com as narrativas, entende-se que a administração da colônia somente vai ao encontro do grupo de pescadores por conta de motivações financeiras, ao contrário de sua real função como entidade representativa de fato dos pescadores atuantes em Manaus. Também, a partir dos relatos, acredita-se que alguns pescadores se sentem mais confortáveis na resolução de problemas previdenciários através dos sindicatos de suas comunidades de origem, principalmente por serem conhecidos pelos dirigentes sindicais.

Tentou-se, em diversas oportunidades, a realização de entrevistas com dirigentes da Colônia Z-12 durante os meses de trabalho de campo desta pesquisa. Em todas as oportunidades, o contato foi negado ou adiado. Durante o acompanhamento da reunião entre pescadores do Mauazinho e o dirigente da colônia, este questionou aos pescadores a finalidade da presença do pesquisador na reunião, e afirmou que a reunião era somente para pescadores. Em contrapartida, a pesquisa foi bem recebida durante as visitas aos sindicatos e associações de pescadores de Autazes, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Lago Central, Cambixe e Lago do Piranha. Em todas as entidades, e acompanhado sempre por algum membro da comunidade do Mauazinho que fosse oriundo da localidade visitada, verificou-se a receptividade de seus representantes e a prontidão na entrega de informações oficiais das entidades. De fato, a grande reclamação dos pescadores do Mauazinho era o fato de não existir nenhum membro algum da comunidade que pudesse ao mesmo se candidatar como dirigente da Colônia, e com isso possuir voz ativa nas decisões. Enquanto isso, nos sindicatos do interior do estado há sempre algum parente, amigo, padrinho ou outro tipo de relação mais próxima entre dirigentes e filiados, facilitando a resolução de problemas e gerando maior confiança na entidade. Schweickardt (2010) afirma a existência de “várias faces do Estado”, e das representações civis, que influenciam as rotinas administrativas entre entidade e o grupo atendido. E que entidades dirigidas por “filhos da terra” (p. 250) de certa forma facilitam o trabalho que lhes é designado, além de ter facilitado a obtenção de dados para a pesquisa da autora.

De fato, apesar das reclamações de alguns pescadores entrevistados, as colônias de pescadores e demais entidades representativas da classe suprem a ausência do Estado em vários municípios do interior do Amazonas. Em algumas localidades visitadas durante a pesquisa, por exemplo, não existe representação do INSS, da Delegacia Regional do Trabalho, ou do Instituto de Identificação. No entanto, há o sindicato rural e as representações dos pescadores que, por sua vez, realizam a interface burocrática entre os trabalhadores e os órgãos de governo.

As campanhas de pesca e o chapéu de palha são, como sugerem os dados de campo, os principais locais em que decisões econômicas, previdenciárias e resolução de pendências são debatidos e resolvidos. Enquanto a campanha é o lugar comum dentre os membros de uma mesma família de pescadores, o chapéu de palha é o lugar-comum da comunidade e suas diversas famílias. São os locais em que se pretende criar uma uniformidade social para toda a comunidade. Ocorre, no entanto, que um grupo de

indivíduos nunca se permite uma uniformidade plena, principalmente por conta das diferenças políticas, religiosas, étnicas, econômicas ou de gênero entre os membros. Tais peculiaridades entre os membros do grupo estudado são expostas ao longo do presente capítulo.

3.1.2 Coisas de Deus e coisas do diabo: religião e vícios entre os pescadores

Ypiranga Monteiro (2010) explica que o indivíduo-pescador possui uma relação peculiar com as “coisas divinas” e as “coisas da terra”. Há um grande simbolismo de crenças, costumes, folclores e superstições que acabam por reger várias atividades relacionadas ao trabalho dentro e fora da embarcação pesqueira na Amazônia, por mais de três séculos, e que assim ocorre devido ao amálgama das técnicas de pesca e das crenças do amazônida nativo com o europeu que se instalou na região (p. 69).

Para o grupo que se instalou na área do Mauazinho, e sujeita a todo o contato com o espaço urbano, tecnologia, meios de comunicação e transporte do mundo globalizado, as antigas crenças acabam por também se misturar com a *modernidade* do novo espaço em que habitam. E assim verificou-se a existência de muitos pescadores com crenças religiosas, além de problemas sociais, diferentes do que predominavam em suas comunidades de origem.

3.1.2.1 Crenças Religiosas

Em um espaço amostral de dez famílias, seis afirmaram pertencer a igrejas evangélicas (quatro famílias frequentam a Igreja Assembleia de Deus e duas frequentam a Igreja do Evangelho Quadrangular), duas famílias se declararam Católicas praticantes e duas se declararam Católicas não praticantes. De fato, não há templo algum da Igreja Católica nas proximidades da área na qual residem os pescadores, enquanto na rua onde residem a maioria do grupo (Rua Rio Negro) há um templo da Igreja Assembleia de Deus, além de haver outros templos de diversas denominações evangélicas nas proximidades dessa rua. Outro fato que supõe explicar a quantidade maior de evangélicos entre os pescadores é o trabalho social de algumas igrejas junto ao grupo, principalmente em relação a “cura de vícios” tais como o alcoolismo ou utilização de drogas como maconha ou pasta base de cocaína. De acordo com uma família entrevistada, a penetração da igreja evangélica nos lares dos pescadores se dá utilizando

a seguinte estratégia: pastores de igreja e/ou membros da comunidade que frequentam o templo verificam os lares nos quais há um ou mais membros com problemas sociais. Inicialmente os membros da igreja fazem as visitas a essa residência com o objetivo de “converter para Cristo” a esposa do chefe da família. Uma vez que a mesma passa a frequentar a igreja, é aconselhado a ela que proceda na conversão do esposo e dos filhos. Uma vez convertido (em um sentido mais formal, a conversão “oficial” ocorre após o indivíduo se batizar na igreja a qual passou a frequentar) lhe é aconselhado a largar o vício em álcool ou outras drogas entorpecentes, além de passar a ter condutas mais condizentes com a “vida de crente” (não brigar, não cometer adultério, não jogar jogos de azar, entre outras condutas reprovadas pelos membros das igrejas).

Nas comunidades do Lago Central, Lago da Vovó e a comunidade Santo Antônio do Careiro da Várzea, de onde migraram alguns pescadores, verificou-se que há maioria católica naqueles espaços, tendo-se a igreja católica como lugar-comum para os comunitários e com presença tímida de famílias evangélicas. São comunidades em que energia elétrica e meios de comunicação chegaram somente nos últimos dez anos, e que a presença missionária da Igreja Católica chegou antes de qualquer outra igreja. Em outra comunidade visitada, a do Araçá em Careiro Castanho, já ocorre a predominância da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em relação às outras igrejas. Em todas essas comunidades visitadas, verificou-se a quase não existência de mudanças de religião entre os habitantes, denominada *conversão*. Já no Mauazinho, como informado, o maior acesso à informação e a mescla de habitantes com várias crenças distintas permite maior mobilidade na escolha da fé a ser seguida. Finalmente, assim como há uma considerável gama de opções religiosas a seguir no ambiente urbano de Manaus, também há uma considerável opção de causadores de problemas sociais, as “coisas do diabo”, no ambiente do bairro do Mauazinho.

3.1.2 Consumo de álcool entre os pescadores: vício ou necessidade?

Logo nas primeiras ações de observação participante durante as saídas de pesca das embarcações, costumava-se perguntar ao dono da embarcação se era necessária alguma contribuição com dinheiro, combustível ou algum outro item, uma vez que a presença do pesquisador na embarcação seria uma espécie de “peso morto” para a tripulação. Em todas as oportunidades, era respondido da seguinte forma: “se quiser ajudar com Diesel ou alguma outra coisa, você que decide. Mas traga umas garrafas de

Corote (aguardente de cana de baixo preço e teor alcoólico elevado) e limão” (MARIO JORGE, comandante de embarcação, 2012). Antes do período de observação participante, já se possuía uma pré-noção de que o consumo de álcool costumava ser comum entre pescadores artesanais, corroborada por estudos de Bezerra (2002) e Barbosa (2004). No primeiro estudo, pesquisou-se a ocorrência de psicoses e utilização de drogas lícitas e ilícitas entre pescadores artesanais do estado do Pará, constatando um índice de 46,6% de pescadores com os referidos problemas. Já o segundo estudo mostrou a grande incidência de transtornos depressivos e consumo de álcool entre pescadores artesanais do Rio de Janeiro, por conta das peculiaridades de sua atividade econômica aliadas aos períodos de crise econômica no país.

O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática comum entre muitos pescadores observados nesta pesquisa. Ocorre, inclusive, o consumo de cachaça, vodka ou conhaque pelos pescadores durante os trabalhos de captura de pescado dentro da embarcação. Alguns pescadores afirmam que “pescador que não bebe não é pescador que se confia” (ALFREDO, pescador, 2012) e assim tentam justificar a prática como inerente à identidade do pescador. Também tentam justificar o consumo de álcool como item de necessidade básica do pescador, assim como explica o senhor Lucio Flávio ao afirmar que “pescador só precisa de quatro coisas: limão, farinha, sal e cachaça. Dê isso a ele que ele nunca vai lhe pedir mais nada”.

Verificou-se também que, nos períodos de folga (o calendário de dias de trabalho depende principalmente das fases da lua e das condições climáticas do dia) o consumo de bebidas alcoólicas é a atividade de lazer mais praticada entre os pescadores, e realizada tanto nas residências quanto nos bares do bairro Mauazinho. Aliam-se ao consumo de álcool a prática de jogos de azar, o consumo de cocaína, maconha e pasta-base de cocaína, e a frequência em locais de prostituição localizados na área do Ceasa.

No período de defeso ambiental, de acordo com um dos pescadores, ocorre o período de “desvio” de alguns pescadores que se declaram evangélicos. Por conta principalmente da ociosidade laboral durante os meses de dezembro a março, aliado ao fato de receberem mensalmente as parcelas do seguro-defeso e, portanto, dispendo de renda, acabam por retornar à prática do consumo diário de bebidas alcoólicas. Uma vez que esta prática é desaconselhada pelas igrejas que frequentam, optam por deixar de frequentá-las.

De todo modo, durante o período de pesquisa de campo não foram verificadas ocorrências de violência doméstica, ou algum outro crime decorrente do consumo de

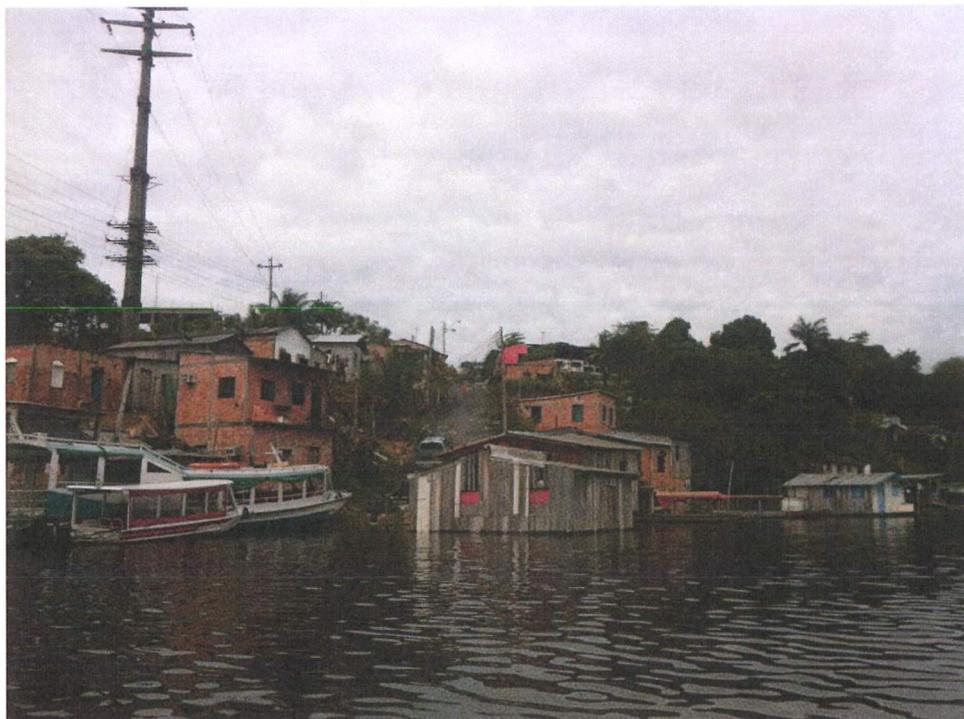
álcool por parte de algum pescador do grupo. Através das entrevistas com mulheres de pescadores, verificou-se que a maior queixa em relação ao consumo de álcool por seus maridos ou filhos é o fato de “se gastar tudo com a bebida” e deixar de prover a casa com outros itens de necessidade básica, além do fato de se consumir tanta bebida ao ponto de não haver disposição física para sair com a embarcação para pescar no dia seguinte. A maior preocupação, como se quer sugerir, não se trata das consequências à saúde física ou psicológica do cônjuge, e sim ao provimento econômico da unidade familiar.

3.1.3 Disposição das residências dos pescadores.

O povoamento urbano do bairro Mauazinho supostamente ocorreu, como explicado no Capítulo 1, após o início da construção das primeiras fábricas do Polo Industrial, da Companhia Siderúrgica do Amazonas e da Usina Termelétrica de Mauá na localidade. Conforme eram construídos os primeiros ramais viários do bairro, iniciaram-se as primeiras construções de residências, em sua maioria irregulares (uma vez que se tratavam de terrenos de propriedade da SUFRAMA) e principalmente por funcionários das empresas que pretendiam residir próximos aos locais de trabalho e demais ocupantes que não dispunham de habitação anterior e encontraram a oportunidade de se conseguir um terreno no bairro.

Já os pescadores migrantes, por conta de sua atividade de trabalho que depende do meio fluvial, concentraram a maioria de suas residências em uma rua (Rio Negro) às margens do igarapé do Mauazinho. Esta rua possui aproximadamente dois quilômetros de extensão, sendo que as residências dos pescadores estão concentradas aproximadamente nos trezentos metros finais dessa rua, já à margem fluvial. Esta localização permite que os pescadores aportem suas embarcações em uma distância não superior a cem metros de suas residências, nos períodos de cheia. As embarcações ficam aportadas em um porto flutuante, denominado *vigia*, e no período de vazante este se desloca para a orla em frente à usina, mais precisamente em frente à captação de água de resfriamento das turbinas. Esta área, mesmo nos períodos de seca, possui fluxo de água com profundidade de cinco metros uma vez que seu leito é constantemente dragado pela empresa concessionária de energia, a fim de se manter o fornecimento de água para os processos de geração de energia elétrica. No porto flutuante reside uma família que administra e mantém a estrutura em funcionamento. Para cada embarcação

aportada é cobrada uma taxa mensal que varia entre cinquenta e cem reais (dependendo do tamanho da embarcação), e a cada embarcação é provido, além de seu estacionamento, sua segurança patrimonial e lançamento n'água para os trabalhos de pesca diários.



**Figura 23: final da Rua Rio Negro e início da margem do igarapé do Mauzinho.
Foto: Frederico Cesarino, 2013.**



Figura 24: flutuantes de “vigia” para embarcações pesqueiras no bairro Mauazinho.
Foto: Frederico Cesarino, 2013.

Em 2012 contou-se vinte e três residências nas quais residiam famílias de pescadores na Rua Rio Negro. Algumas famílias estavam dispostas em mais de uma residência (a família do senhor Azul, por exemplo, estava disposta em cinco casas, sendo que a casa principal abrigava seis pessoas). Também há profissionais de pesca residentes em locais dispersos das ruas mais interiores do bairro. Tais pescadores, em quase sua totalidade, não possuem embarcações e costumam trabalhar como prestadores de serviço em embarcações das famílias que residem na Rua Rio Negro.

Desde 2003, o Governo do Estado do Amazonas tem promovido o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), cujo propósito é “ajudar na solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus e seus habitantes, especificamente aqueles que vivem abaixo da cota 30m de inundação, tomando como referência o nível do Rio Negro, no Porto de Manaus” (AMAZONAS, 2013). Em outras palavras, este programa tem por objetivo o reassentamento de famílias que residem próximas aos igarapés na área urbana de Manaus, transferindo-as para áreas urbanas nas quais não existe risco de inundação, geralmente conjuntos habitacionais criados para este objetivo. Verificou-se, durante a pesquisa acadêmica, que ocorreu o cadastramento dos residentes da Rua Rio Negro

pelas equipes de assistência social do governo do Estado do Amazonas, no intuito de, em etapas futuras do Prosamim, os mesmo possam ser reassentados em outras áreas da cidade de Manaus.



Figura 25: parte da margem do igarapé do Mauzinho, a ser contemplada pelo PROSAMIM. Foto: Frederico Cesarino, 2013.

Ocorre, assim, uma situação peculiar: enquanto as primeiras etapas do Prosamim procederam com o reassentamento de moradores de igarapés já extremamente poluídos e inservíveis (Igarapé Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Quarenta), o igarapé do Mauzinho representa parte do local de trabalho de maioria dos residentes de sua margem. Este igarapé, nos últimos quarenta anos, ainda apresenta boas condições de qualidade da água, flora e fauna conservada e não foi verificado o despejo de resíduos sanitários ou industriais no local (uma vez que o bairro do Mauzinho dispõe, naquela área, de sistema de drenagem e saneamento construído pela SUFRAMA).

Deste modo, conforme verificado durante entrevistas com os pescadores, uma possível retirada do grupo deste local, no qual habitam por até quatro décadas, afetaria diretamente a economia das famílias. Ainda conforme relatos, nas conversas iniciais entre governo do estado e pescadores, foi proposto o reassentamento para um conjunto habitacional localizado na Zona Leste de Manaus, afastado de qualquer curso d'água ou

mesmo de quaisquer locais que fazem parte de sua rotina econômica como pescadores (porto do Ceasa, fornecedores de materiais de pesca, sede da Colônia, entre outros). Assim, muitos pescadores afirmaram, durante a pesquisa, que até aceitariam receber uma nova casa no local determinado pelo governo, no entanto não iriam residir na mesma. Acabariam por alugar outra residência no bairro Mauazinho, ou mesmo proceder com o retorno às comunidades de origem, como sugere o pescador Antônio:

O Prosamim veio aqui, se reuniu conosco no chapéu de palha, e disse que em breve iria tirar o pessoal todo daqui no igarapé. Depois veio a assistente social e cadastrou todo mundo e explicou o que iriam fazer. Iam dar uma casa para a gente lá na Zona Leste, ou então o dinheiro para comprar uma casa onde quisesse. Eu não vou para a Zona Leste. O pessoal do governo não considera que a gente precisa morar aqui perto do igarapé para poder viver. Somos pescadores. Qual igarapé tem na Zona Leste? Como já estou quase com tempo para aposentar, no meu caso vou acabar voltando para o interior com o dinheiro da indenização (Entrevista com Antônio, pescador. Manaus, 2012).

Apesar da possibilidade concreta de se retornar à sua comunidade de origem (Cambixe, no município de Careiro da Várzea) após a aposentadoria, o senhor Antônio também sugere, em seguida, que seu reestabelecimento na comunidade poderia não ser algo fácil. Ele explica que, apesar de ser um local tranquilo e de paz, “lá não gira dinheiro, tudo é difícil, se precisar comprar um remédio tem que vir até Manaus”. Sugere-se assim que mesmo com o desejo de afirmação de identidade com a comunidade de origem o senhor Antônio, e certamente outros pescadores, podem já estar “acostumados” com alguns itens de conforto existentes em Manaus, e a falta dos mesmos em suas comunidades de origem não permite uma atratividade para que ocorra seu retorno a elas.

3.2. A pesca embarcada no Mauazinho: divisão do trabalho, divisão do produto e o peixe como mercadoria.

A produção pesqueira na área estudada está envolvida por uma situação que transita desde aspectos relacionados ao cotidiano alimentar da população de Manaus, até diferenciadas relações de mercados as quais extrapolam o local, adotando novas lógicas na divisão do trabalho a qual envolve sua estrutura de mercado. E as próprias táticas, ferramentas, disposição de pessoal e negociação do produto com seus clientes acabam

sendo peculiares ao grupo, uma vez que reúne características de suas comunidades originais com outras que são inerentes ao meio urbano.

Uma consideração importante a ser feita é a condição do peixe enquanto mercadoria. Segundo Marx (1985), a utilidade de uma coisa faz dela valor de uso sendo que o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Por outro lado as coisas também possuem uma propriedade intrínseca a si que as faz permutáveis por outras e “o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor” (p. 13). Com isso, a pesca apresenta outra perspectiva de mercado a qual abrange uma diferenciação na raiz das relações capitalistas de produção, que é a discussão do valor de uso e valor de troca.

A embarcação pesqueira padrão geralmente possui, em sua guarnição, membros de uma mesma família em sua maioria numérica, com o chefe da família na função de *patrão*, ou seja, comandante e dono da embarcação. Resumidamente, as funções laborais em uma embarcação pesqueira da comunidade estudada estão divididas da seguinte maneira:

- a) Comandante da embarcação (*patrão*): proprietário do barco e das redes, e que conhece todas as funções no trabalho pesqueiro. Geralmente recebe o comando do barco de forma hereditária.
- b) Lançador de rede: profissional especializado nesta função, com bom condicionamento físico, habilidade e força. Em alguns casos, a família não dispõe deste profissional, e o contrata no bairro do Mauazinho ou no município de careiro da Várzea.
- c) Observador de cardume (*olheiro*): profissional bastante respeitado na embarcação. Sua atividade consiste em fixar posto avançado e analisar o fluxo de cardumes na área da campanha. Somente após sua ordem as redes são lançadas. Geralmente o *olheiro* é o membro mais idoso da família, com experiência em todas as outras funções na embarcação e sem condições físicas de exercer outras funções.
- d) Puxadores de rede: geralmente em quantidade de 04 a 06 por embarcação. Após a captura do cardume, são responsáveis pelo recolhimento da rede à embarcação, retirada e contagem dos peixes capturados. Exercem também as funções de manutenção e

limpeza da embarcação. Usualmente é a primeira função exercida pelo novato no trabalho de pesca.

e) Canoeiros: responsáveis pela ligação entre a embarcação e o meio externo, transporte das redes durante o lançamento e recolhimento das mesmas, e transporte do peixe para a embarcação do atravessador. Esta função é geralmente desempenhada pelos membros mais jovens da embarcação, inclusive crianças.

Em outros territórios de pesca na Amazônia brasileira esta configuração pode variar, inclusive com a existência de outras funções. Em comunidades pesqueiras do médio Rio Negro ou do Lago de Balbina, por exemplo, existem as funções denominadas *piloteiro* e *proeiro* (para guiar as canoas de alumínio de apoio ao motor). No rio Tarauacá, em comunidades do município de Envira-AM, existe a função de *separador de peixe* das embarcações. Em comunidades do rio Solimões próximas ao município de Fonte Boa-AM, há o *preparador de redes* e o *preparador de malhadeira*. Ou seja, há uma extensa variedade de funções de trabalho nos motores amazônicos, como foi verificado pelo agente desta pesquisa em vários territórios de pesca no estado do Amazonas. No entanto, limitou-se descrever as funções específicas das embarcações pesqueiras que atuam na orla do bairro Mauzinho.

Um fato peculiar, e de relevante importância no estudo socioeconômico da atividade pesqueira desta comunidade, é referente à distribuição das despesas e receitas entre os membros da guarnição pesqueira, conforme o exemplo a seguir: a guarnição da embarcação *Rio Mengo*, de propriedade do senhor Azul, é composta pelo patrão, lançador de rede, olheiro de cardume, quatro puxadores de rede e dois canoeiros, perfazendo o total de nove profissionais.

O comandante da embarcação é o responsável pela aquisição de todos os materiais necessários para o dia de trabalho na campanha (combustível, mantimentos, manutenção da rede e do barco, etc). Tais gastos são divididos equitativamente por todos os membros da guarnição (1/9 para cada membro). A divisão da receita da pesca, no entanto, é realizada da seguinte maneira: a embarcação e a rede passam a se tornar “membros” da guarnição, elevando seu número para doze elementos. O patrão, por ser proprietário de ambas, passa a representar 3/12 na divisão da receita, recebendo um valor maior (25% do total arrecadado) em comparação aos demais membros da guarnição (8,3% do total arrecadado). O pescado é pago ao atravessador à vista no porto

da Ceasa, e o repasse da receita da embarcação é realizado em terra, ao final do dia, e descontados os débitos da embarcação com o atravessador. O patrão da embarcação, por sua vez, realiza a divisão das receitas e despesas entre a tripulação somente aos sábados, pois:

Se eu pago o pessoal todo final de dia, ele vai até a beira encher a cara de cachaça, e no dia seguinte não vem trabalhar, nem no outro, até acabar o dinheiro. Assim, sem dinheiro durante a semana, eu consigo controlar o pessoal (Entrevista com Azul, dono de embarcação. Manaus, 2011).

As demais espécies capturadas são divididas entre os puxadores de rede, o lançador de rede e o observador. Por possuírem maior valor comercial agregado em relação ao jaraqui (principalmente os bagres), tais exemplares não foram repassados ao atravessador. Os pescadores os consideram como “pagamento extra” e os utilizam como valor de troca por outras mercadorias em terra, ou mesmo utilizados para consumo ao final do dia pela família do pescador. Assim, o peixe não passa necessariamente por relações de mercado, mas sua função no abastecimento familiar é cumprida. Em relação a este fato, tem-se:

uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor de troca. É esse o caso, quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. (...) Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. (...) Para tornar-se mercadoria, é necessário que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca (MARX, 1985, p. 14).

Tal particularidade do pescado representa uma forma diferenciada de suprir as demandas de abastecimento. Essa condição de apenas valor de uso reflete as relações sociais as quais compõem, ainda, o ribeirinho enquanto sujeito social que ainda não está inserido totalmente nas relações capitalistas usuais de produção. O peixe constituído de valor de uso e troca, no entanto, evidencia uma organização das forças de trabalho em torno de uma estrutura de mercado a qual viabiliza, na forma capitalista, a comercialização deste pescado.



Figura 26: canoieiros e puxadores de rede da tripulação do Rio Mengo, em atividade.
Foto: Frederico Cesarino, 2013.

De acordo com Abramovay (2004), os mercados devem ser estudados sob o ângulo institucional, sociológico, histórico, como construções sociais. Deste modo, o estudo restrito às condições econômicas de mercado não é suficiente para a plena compreensão da dinâmica de um grupo social com características peculiares, como é o exemplo do grupo de pescadores do Mauzinho e suas interações sociais. O mercado capitalista é uma forma de interação social a qual distorce, corrompe, polui, degrada a nobreza da cooperação direta (a qual não possui relação com o dinheiro), entre outros atores.

3.2.1 Territórios e territorialidades na pesca: a utilização do espaço da *campanha* para o trabalho.

A partir do estudo da organização da atividade pesqueira e da articulação dos pescadores artesanais do bairro Mauzinho, torna-se importante realizar a discussão do conceito de território. Entende-se o território enquanto uma categoria de análise da Ciências Sociais, como afirma Santos (2008), capaz de incorporar os interesses antagônicos dos agentes atuantes em dadas frações do espaço (não necessariamente o

espaço físico), bem como as relações de poder que aí se estabelecem, como elementos centrais na análise do processo de territorialização dos grupos sociais.

Para entender o desenvolvimento deste conceito no âmbito da Sociologia, é necessária uma rápida explicação do desenvolvimento do mesmo, voltando ao início de sua constituição entre as ciências. O significado etimológico da palavra território é encontrado no latim, resultando da junção dos termos *terra* e *torium*, o que originou a palavra *territorium*, no sentido de “terra que pertence a alguém”. No século XVII, o seu conceito foi desenvolvido dentro das ciências naturais, significando então uma área de domínio de grupos animais ou vegetais (KUHN, 2009).

No século XIX o termo *território* foi trazido para as Ciências Sociais, e o precursor de sua sistematização foi Friedrich Ratzel, que entendia o território como uma base material indispensável para a sobrevivência do Estado (KUHN, 2009). Para ele, o Estado se assemelha a um organismo vivo, que passa pelos processos de surgimento, expansão e declínio. Desta forma seria necessário, para garantir sua condição de existência, o domínio de porções territoriais, pois como afirma Moraes (1990), Ratzel acreditava que “não é possível conceber um estado sem território e sem fronteiras”, e ainda, “um povo decai quando sofre perdas territoriais”, o que reafirma a grande importância dada ao território como condição de existência de uma sociedade (p. 73).

Ainda de acordo com o autor, a partir de 1950, nas ciências geográficas, iniciou-se um movimento conhecido como Geografia Teorético-Quantitativa, ou Nova Geografia. Nela, privilegiou-se o conceito de espaço, este entendido a partir de quantificações e modelos matemáticos, não existindo aí análises acerca das contradições, dos agentes sociais, das transformações a que passam este espaço geográfico.

Em seguida destacou-se a Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico e na dialética, e que iniciou com a aproximação com a Sociologia e Antropologia. Esta escola objetivou apontar caminhos alternativos aos trilhados pela Geografia até então e trouxe consigo o espaço como um conceito-chave. Porém o entendimento dado ao referido conceito aproxima-se da problemática do território. Como aponta Milton Santos, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2002, p. 16). Deste modo, o território figura como uma produção, historicamente determinada, que resulta de um processo que envolve a apropriação de uma dada fração do espaço terrestre.

Já o conceito de territorialidade se difere do conceito de território. Little (2002) afirma que este termo se define como o esforço coletivo de um grupo social em utilizar, ocupar, controlar e se identificar com a parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo esta parcela em seu território.

Ao trazer a discussão dos conceitos de território e territorialidade para o trabalho da pesca, Fraxe (2009) afirma que:

O uso dos espaços destinados à pesca configura-se pela apropriação ou não dos recursos ictiofaunísticos comuns. O estabelecimento desses espaços e suas formas de uso envolve a dimensão das representações, do imaginário, e, sobretudo, das condições materiais que lhes dão suporte – a própria natureza. Faz-se necessário saber que a pesca não é feita por acaso, pois nela está implícito todo o conhecimento dos recursos naturais, os locais específicos, as representações simbólicas e, também, que o homem não age sobre um objeto de trabalho de um modo estático. (p. 195)

Assim, ao diminuir o espaço amostral da discussão e trazê-lo para o grupo de pescadores do Mauzinho, tem-se um paradoxo: juridicamente, a área na qual o grupo exerce suas atividades pesqueiras, ao longo da margem do rio Negro, pertence à União (Decreto-Lei 2490, de 16 de Agosto de 1940). No entanto, esta mesma área foi fracionada entre as famílias pescadoras nas *campanhas* de pesca, com suas devidas regras de utilização apresentadas no item 3.1. Em janeiro de 2012, durante as atividades de campo para este trabalho, questionou-se ao senhor Mario Jorge, pescador “dono” da campanha em frente à usina, sobre os direitos de utilização destas frações espaciais. A narrativa abaixo auxilia na compreensão dos conceitos:

Eu escolhi essa área para mim antes de todo mundo, e isso já faz mais de trinta anos. Então ela é minha. Como não tenho mais motor, eu passei a área para meu sobrinho, que tem o motor, e ele sempre me dá uma ajuda (em dinheiro) semanal. O pessoal sempre respeita as campanhas de cada um. Mesmo se a campanha estiver vazia, o pessoal de fora acaba não indo armar rede por lá para não gerar conflito. Eu já vi até morte por causa de fulano usar a campanha do outro (Entrevista com senhor Mário, pescador. Manaus, 2012)

Ainda, em relação à propriedade jurídica da União em relação às áreas de marinha:

Olha, nunca alguém me proibiu de pescar aqui. Uns anos atrás o pessoal da usina tentou me tirar daqui, dizendo que era perigoso. Mas olha só: na época da seca eu limpo todo o

terreno, e tiro todo o entulho e lixo que o pessoal (que trabalha na usina) joga aqui. Como conheço o pessoal da usina (pois trabalhei por 11 anos como serviços gerais na UTE Electron) acabei indo falar com a moça que cuida do meio ambiente (trata-se da Coordenadora Ambiental do Complexo) e mostrei toda a situação a ela e ela me deixou ficar. Mas, fora isso, nunca a Marinha, Polícia ou Prefeitura veio aqui me dizer que a campanha não é minha e que não posso pescar aqui. (IDEM).

Pode-se notar, através da narrativa deste pescador, que os territórios de pesca utilizados pelo grupo surgiram diretamente das “condutas de territorialidade” dos pescadores do Mauazinho. E tal fato implica, de acordo com Fraxe (2009), que qualquer território pode ser considerado um produto histórico de processos sociais e políticos, e no caso do referido espaço pertencente à União, o mesmo se tornou um “espaço pertencente ao domínio comunitário” (p. 196).

Deste modo o grupo de pescadores utiliza, para o exercício de suas atividades laborais, toda a margem esquerda do rio Negro entre a ilha do Marapatá e a área próxima ao encontro das águas do rio Negro e Solimões, totalizando uma extensão de aproximadamente oito quilômetros. Esta área já era utilizada pelos pescadores antes mesmo das primeiras migrações para o bairro do Mauazinho, no início da década de 1970. Após o estabelecimento da área como bairro, e com a devida infraestrutura urbana, os primeiros membros do grupo apenas passaram a estabelecer moradia no local e assim a continuar o exercício de suas práticas laborais na mesma área em que já praticavam a atividade. Área esta considerada como *propriedade* de cada pescador.

3.2.2 O trabalho nas “águas pretas” e nas “águas brancas”: as águas comandam a Vida.

De acordo com Moreira *et al* (2010), o pescador artesanal pratica a atividade da pesca durante todo o ano, porém o maior ou menor sucesso da atividade pesqueira depende, em muito, dos ecossistemas amazônicos, ou seja, os períodos das enchentes e cheias (dezembro a julho) e o período da vazante e seca (agosto a novembro). Dentre os produtos advindos das *águas de trabalhos* (WITKOSKI, 2007), a captura dos peixes é praticada tanto para a subsistência quanto para sua comercialização.

Já o pescador comercial citadino ou monovalente, de acordo com Furtado (1993), por conta de pressões sociais ou econômicas, migra das áreas rurais para os centros urbanos. Suas atividades de subsistência típicas da área rural amazônica (extração florestal, agricultura e pesca) deixam de existir simultaneamente ao longo do

tempo de residência na cidade, passando à dedicação em apenas uma das atividades (neste caso, a pesca).

O ciclo das águas, marcado por períodos de enchentes e secas, condiciona o pescador a realizar suas atividades de captura conforme o ritmo hidrológico. Além disso, durante a transição para o ciclo de vazante (seca), ocorrem reduções na população de pescado por conta do isolamento de cardumes em lagos ou áreas que secam rapidamente. Tais fenômenos podem comprometer a reprodução das espécies e a consequente manutenção dos recursos pesqueiros. Já o período de cheia dos rios permite maior dispersão dos cardumes, maior dificuldade de captura pelo pescador, e o consequente aumento dos preços do pescado ao consumidor final do produto.

Entre março de 2011 e fevereiro de 2013, foi possível realizar o acompanhamento de dois ciclos anuais de pesca. Em cada ciclo, basicamente há os períodos de cheia e vazante dos rios Negro e Solimões, o período de defeso ambiental, e os períodos de migração, reprodução e desova de espécies. Em paralelo ao ciclo controlado pelas ações da natureza está o ciclo de tempo controlado pelo calendário, além dos fatores políticos relacionados aos dois ciclos. Cabe ressaltar que, segundo Elias (1998), o tempo não existe em si. Não é nem dado objetivo, como sustentava Newton (2008), nem uma estrutura *a priori* do espírito, como queria Kant (2001). O tempo é antes de tudo um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem de cada grupo e cada indivíduo.

De forma aproximada, e considerando o tempo regido pelo calendário, tem-se o seguinte ciclo anual de pesca, observado durante a fase de campo para esta pesquisa e de acordo com a tabela a seguir:

Meses	Fenômeno hidrológico	Local de pesca prioritário	Espécies mais capturadas	Questões políticas / econômicas	Ferramentas mais utilizadas	Observações
Março a maio	Cheia	Rio Solimões / lagos	Curimatã, sardinha e bagres	Final do defeso ambiental.	Malhadeira / linha e anzol	Cardumes migram para “águas brancas” para desova.
Maio a julho	Cheia	Rio Negro	Jaraqui, curimatã e sardinha		Rede de arrasto.	Retorno dos cardumes para “águas pretas” para seu crescimento.

Julho a setembro	Vazante	Rio Negro	Jaraqui, curimatã e sardinha		Rede de arrasto	Pico de quantidades capturadas diariamente.
Setembro a novembro	Vazante	Rios Negro / Solimões e lagos.	Pacu, sardinha, curimatã, jaraqui e bagres.	Período de cadastro para recebimento do seguro-defeso.	Rede, tarrafa, malhadeira, linha e anzol.	Início da formação de lagos no rio Solimões.
Dezembro a março	Cheia (janeiro)	N/A	N/A	Período de defeso ambiental.	N/A	Há pouca atividade pesqueira por alguns pescadores e com captura de espécies não contempladas pelo defeso.

Tabela 01: divisão dos períodos de captura de pescado pelos pescadores do Mauzinho.
Fonte: dados de campo (2011 a 2013) / Frederico Cesarino

Algumas observações devem ser feitas em relação aos dados da tabela acima: durante o início da pesquisa, no primeiro trimestre de 2011, o estado do Amazonas havia iniciado sua recuperação econômica e social decorrente de uma vazante recorde dos rios Negro, Solimões e Amazonas. Esta vazante histórica havia prejudicado a atividade pesqueira em toda a região do oeste da Amazônia. Já em 2012 outro fenômeno hidrológico, a cota superior recorde do rio Negro, mereceu destaque e também gerou transtornos sociais e econômicos nos núcleos urbanos das cidades e nas comunidades rurais, incluindo-se aquelas que vivem da atividade pesqueira. As fotografias a seguir mostram os dois momentos (vazante máxima e cheia máxima) no *locus* desta pesquisa.



Figura 27: orla do bairro Mauazinho em dezembro de 2010. Neste local onde a imagem foi tirada, em frente a UTE Mauá, algumas embarcações pesqueiras costumam aportar suas embarcações no início do período de vazante.
Fonte: acervo UTE Mauá.

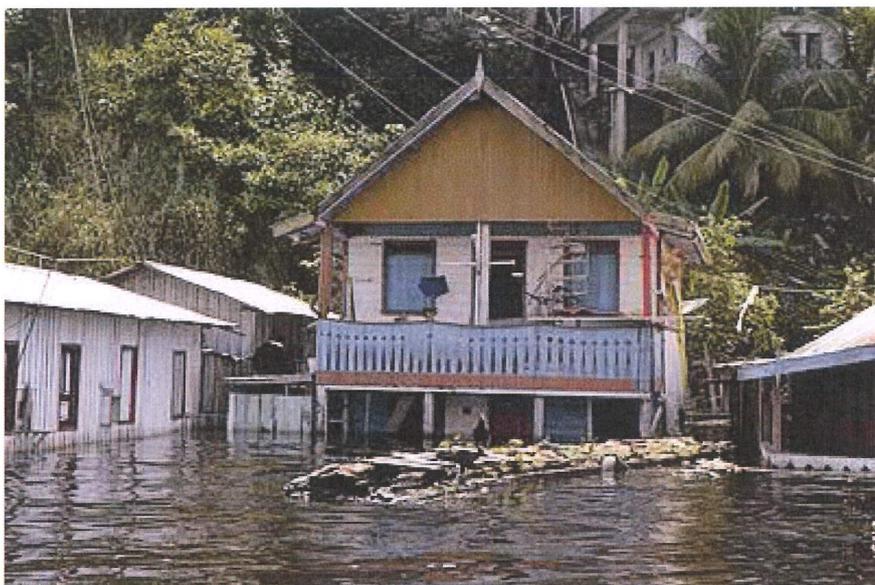


Figura 28: residência / ancoradouro de pescador residente no bairro Mauazinho (ao final da Rua Rio Negro), durante a cheia de 2012.
Fonte: acervo UTE Mauá.

Apesar das situações *sui generis* em relação ao ciclo hidrológico entre 2010 e 2012, os dados desta pesquisa não sofreram desvios em seus resultados, em comparação com o que seria verificado em situações “normais” dos diferenciais de cota do rio Negro. Deste modo, a tabela apresentada anteriormente pode ser caracterizada como um calendário padrão das atividades de pesca realizadas pelo grupo pesquisado.

Chegou-se também à tabela acima através do acompanhamento, durante todo o período de pesquisa, de uma embarcação específica, o *Rio Mengo*, de propriedade da família Azevedo, pioneira no estabelecimento de moradia no bairro Mauazinho e já citada no item 3.2.

Em diversas oportunidades foi realizada a observação participante dentro da referida embarcação durante as saídas de pesca em sua *campanha* do rio Negro, localizada logo à frente da Usina Mauá e a jusante do Igarapé do Jardim Mauá, no qual é descartada água de processo de geração de energia pela usina (este descarte de água e sua relação com a pesca é explicado no item 3.5). Basicamente cada saída de pesca ocorre da seguinte forma: às 04:30h da manhã ocorre o encontro da tripulação na casa do senhor Azul, a qual dispõe de ancoradouro no qual a embarcação se localiza. Em algumas oportunidades é servido café e pão ou bolachas aos homens, e após o abastecimento com as provisões, ferramentas e combustível necessários para o dia, a embarcação parte rumo à campanha (a partida sempre é realizada aos primeiros raios de sol) e chega na área da mesma em menos de quinze minutos.

A rede de pesca é então lançada ao longo da área determinada (que engloba uma superfície de aproximadamente até mil metros quadrados), enquanto o olheiro se desloca ao ponto de observação. Depois de estabelecido neste ponto avançado, somente após o olheiro sinalizar o momento exato é que as redes são recolhidas pois certamente há um cardume a ser capturado. Assim, os trabalhos de recolhimento são sincronizados e, em algumas ocasiões, são retirados até quatro mil exemplares por puxada de rede. Geralmente são realizadas uma ou duas puxadas de rede por dia, quase sempre antes das 09:00h e a partir das 15:00h.

Tão logo o pescado é recolhido à embarcação, o patrão entra em contato, através de telefone celular, com um ou mais atravessadores de pescado que residem no bairro do Mauazinho. Ocorre uma situação peculiar: além dos atravessadores aparecem também alguns pescadores rabeteiros que interrompem suas atividades pesqueiras para comprar pescado da embarcação maior, e assim repassam o produto para moradores de outras comunidades próximas na área urbana de Manaus (Puraquequara, Jardim Mauá e Lajes, por exemplo), e portanto consumidores finais. Já os atravessadores repassam o produto a feirantes do Ceasa, da Manaus Moderna, ou empresas que comercializam pescado com supermercados de Manaus. Também ocorre o repasse do produto a restaurantes e peixarias localizadas na área do Ceasa e proximidades.

Nas “águas brancas”, por conta da distância maior entre local de pesca e ponto de partida da embarcação, ocorrem apenas algumas mudanças em relação à logística e às ferramentas e pessoal empregados na pesca. Por conta da pesca nas localidades do rio Solimões não utilizar a rede de arrasto, e sim basicamente a malhadeira e a tarrafa, a tripulação do motor geralmente é de três ou quatro pessoas. Em algumas ocasiões verificou-se até mesmo a preferência pelo deslocamento por rabeta ao local de pesca, economizando combustível da embarcação maior pelo patrão.

Supõe-se que a pesca no rio Solimões, pelo grupo estudado, é considerada como opção secundária e alternativa à pesca no rio Negro. Inclusive ouviu-se, durante as entrevistas, o termo *Plano B* para as ações de pesca na localidade. Verificou-se que os motores e rabetas se deslocam ao rio Solimões somente na escassez de cardumes no rio Negro, principalmente nos períodos de desova das espécies. A espécie mais comercializada pelos pescadores é o jaraqui, que pode vir a render até R\$ 1.500,00 à embarcação em um “dia bom” de pesca no rio Negro. No rio Solimões não há a mesma facilidade de captura de grandes quantidades por vez. No entanto, é possível a captura de espécies de maior valor agregado para comercialização, principalmente os bagres, o que justifica a saída para a pesca na localidade quando não se é possível a pesca no rio Negro.

Também há outra questão importante, em relação ao rio Solimões como *locus* de captura: o vínculo com a comunidade de origem e a tentativa de manutenção dos laços de identidade com o local. Muitos pescadores ainda mantem casas ou terrenos de agricultura naquelas localidades, e a saída de pesca no rio Solimões é, de toda forma, uma justificativa para que o pescador esteja em contato com sua família residente na comunidade. Muitas vezes o pescador, em sua embarcação, transporta produtos industrializados, medicamentos, roupas e outros produtos, como encomenda para os parentes e amigos. Da mesma forma, são trazidos para Manaus parte da produção rural local, ou mesmo são transportados residentes das comunidades que necessitam de deslocamento a Manaus.

3.3 Política ambiental e de garantia de renda ao pescador: o seguro-defeso.

As políticas públicas em relação à proteção dos recursos pesqueiros e ao trabalhador da pesca, apesar de terem evoluído consideravelmente nas últimas três

décadas, ainda são pouco abrangentes em relação à necessidade de se preservar a ictiofauna como fonte de alimento e a manutenção econômica do trabalhador da pesca.

O MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores é uma articulação de pescadores e pescadoras que congrega lideranças de vários estados do Brasil. Sua construção teve início entre os anos de 1985 e 1987, quando pescadores, de diferentes estados do país, se juntaram para discutir a pesca no Brasil e propor a inclusão das reivindicações dos pescadores artesanais na então nova Constituição Brasileira (CF 1988). A esse movimento foi dado o nome de Constituinte da Pesca que em meados de 1989, passa a se denominar MONAPE. A partir de sua criação, a entidade passou a ter como objetivo inicial a padronização das classificações dos pescadores, além da regulamentação profissional e previdenciária dos trabalhadores da pesca.

Em 1991, a partir das articulações entre o MONAPE e a Secretaria de Pesca e Aquicultura do Governo Federal, foi criado o Seguro Desemprego aos pescadores denominados artesanais, os quais exercem atividade de pesca, individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros e com a utilização de embarcações e equipamentos dispostos de tecnologia básica apenas para sua navegação e captura de pescado, em oposição às embarcações de caráter industrial. Este benefício é oriundo da Lei nº. 8.287, de 1991, no governo do presidente Fernando Collor de Mello, que criou a modalidade especial de seguro desemprego para assegurar auxílio financeiro ao pescador artesanal que se vê privado do exercício de sua atividade, durante os períodos de defeso da atividade pesqueira para a preservação de espécie.

Essa lei foi revogada em 25 de novembro de 2003, e substituída pela Lei nº. 10.779, a qual alterou o seguro defeso em dois itens principais: o primeiro item reduziu de três para um ano o tempo de registro do pescador artesanal para estar elegível ao recebimento do seguro. O segundo item procurou coibir as fraudes na concessão do benefício, ao especificar detalhadamente as exigências para a habilitação ao programa.

Em seguida a Resolução nº. 468, de 21/12/2005, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), estabeleceu os procedimentos necessários para a concessão do seguro desemprego ao pescador que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, obedecendo a calendário instituído pelo IBAMA e conforme estabelecido pela Lei nº. 10.779, de 2003.

Para a obtenção do acesso às parcelas do seguro desemprego, concedidas a cada trinta dias, o pescador deve comprovar que está inscrito no Ministério da Pesca há pelo

menos um ano, além de apresentar o atestado da colônia de pescadores artesanais confirmando o exercício da atividade, carteira de identidade ou de trabalho, comprovante de pagamento das contribuições previdenciárias e do número de inscrição como Segurado Especial no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O requerimento do benefício deve ser realizado junto às Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) ou às entidades credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Da maneira como é concebida, a Política do Seguro Desemprego voltada ao pescador artesanal tem como premissa básica a garantia de uma renda de subsistência ao pescador na época do defeso, considerando que este é um período em que o pescador está, por força da lei, impedido de capturar as espécies relacionadas pelo IBAMA para a temporada. Esta medida preventiva ocorre por conta da necessidade de renovação das espécies aquáticas as quais habitam, neste caso, o *locus* da margem esquerda do rio Negro, além do rio Solimões e seus lagos. É ainda uma tentativa de contribuição para a manutenção da sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal e industrial em tempos futuros (RUFFINO, 2005).

DEFESO

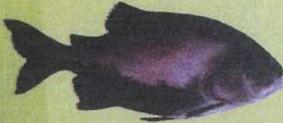
AJUDE VOCÊ TAMBÉM A PROTEGER OS NOSSOS PEIXES!

A PESCA DESTAS ESPÉCIES ESTÁ PROIBIDA:

Pirarucu - durante o ano todo. Permitida a pesca nas áreas manejadas, desde que autorizadas pelo IBAMA.



Pirarucu (Arapaima gigas)



Tambaqui - de 01/10 a 31/03.

Tambaqui (Colossoma macropomum)

Matrinxã, Pirapitinga, Sardinha, Pacu, Aruanã e Mapará - no período de 15/11 a 15/03.

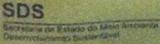
 <i>Matrinxã (Brycon spp)</i>	 <i>Pirapitinga (Piaractus brachipomus)</i>	 <i>Sardinha (Triportheus spp)</i>
 <i>Pacu (Mylossoma spp)</i>	 <i>Aruaná (Osteoglossum bicirrhosum)</i>	 <i>Mapará (Hypophthalmus spp)</i>

ATENÇÃO

Não compre peixe ilegal. Exija do comerciante o certificado de origem do produto que você está adquirindo!

Linha-verde IPAAM: 2123-6761 | IBAMA Disque denúncia: 3613-3081 • Linha-verde: 0800 61 8080

Apoio:

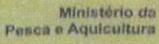



Figura 29: cartaz do Governo do Estado do Amazonas informando sobre o período de defeso ambiental 2012-2013.

Foto: Frederico Cesarino, 2012.

Importante ressaltar que esta legislação também prevê os casos nos quais o pescador beneficiado desrespeita as determinações para não capturar as espécies migratórias que, durante certos períodos do ano, abandonam seus ambientes de origem e se deslocam ao longo das áreas de sua reprodução. Caso ocorra flagrante deste descumprimento por técnicos do IBAMA ou dos batalhões de Polícia Ambiental, o pescador flagrantado terá seu benefício cancelado e ficará impedido de recebê-lo no ano corrente (MOREIRA, 2006). Ocorre, no entanto, que entre os pescadores do Mauzinho muitas vezes há a transgressão dessa regra, devido à escassa fiscalização do cumprimento do defeso ambiental, como será verificado em seguida neste artigo.

Para tanto, essa política é importante, porque ampara os pescadores e ao mesmo tempo protege os recursos pesqueiros, uma vez que proíbe a pesca nos períodos de reprodução das espécies. Nesse sentido, o Seguro Desemprego vem contribuindo para inserir os ribeirinhos pescadores nos marcos institucionais, pois muitos deles não possuem documentação, portanto, existência civil. Para ter acesso ao benefício, é necessário entrar no mundo da documentação que lhes confere rosto e fisionomia.

Além disso, a política do Seguro Desemprego estimula a criar o que se pode chamar de uma *consciência ambiental* de preservação dos peixes, pois ao proibir a pesca no período do *Defeso* contribuem para a preservação da complexa e rica biodiversidade amazônica. É centrada a atenção para os pescadores do setor artesanal por serem os menos privilegiados na história da construção das políticas públicas direcionadas à exploração pesqueira no Brasil e, em particular, na Amazônia.

3.3.1 Descumprimento do defeso pelos pescadores do bairro Mauazinho.

Em um espaço amostral de 06 embarcações estudadas durante o período de defeso entre novembro de 2011 e março de 2012, verificou-se que 100% das embarcações, em algum momento, descumpriu a regra de preservação. O defeso compreendeu a proibição da captura das espécies pirarucu, jaraquí, tambaqui, matrinxã, pirapitinga, sardinha, pacu, aruanã e mapará, e foi constatado que as infrações ocorriam nas seguintes configurações:

- a) As espécies matrinxã, tambaqui e pacu são facilmente desenvolvidas em cativeiro, sendo comum sua criação em fazendas de piscicultura na área rural de Manaus. Deste modo, o saldo da captura é repassado a atravessadores que também comercializam espécies produzidas por piscicultores, e assim ocorre uma “legalização” dos exemplares capturados na natureza junto ao consumidor final, com toda a devida documentação.
- b) Cardumes de pacu e jaraquí, e exemplares de aruanã são capturados junto às espécies permitidas, e caso a embarcação verifique que não há indícios de fiscalização, não as devolvem ao rio e as comercializam junto a proprietários de restaurantes de Manaus, os quais realizam sua compra no período noturno, no qual a fiscalização é menos provável de acontecer.

c) Uma única embarcação alegou realizar suas ações de captura especificamente para as espécies em defeso. Como justificativa, seu comandante mencionou que o valor comercial de tais espécies neste período chega a ser quatro vezes maior, em comparação ao restante do ano. A comercialização é realizada junto a atravessadores os quais já possuem clientes para o produto capturado, e o saldo de exemplares capturados é de aproximadamente quatro mil unidades ao dia. O comandante ainda alegou que arrisca esta captura por conta da falta de fiscalização, além do fato do valor do seguro-defeso recebido mensalmente não ser suficiente para suprir suas necessidades básicas familiares.

A principal justificativa para o descumprimento da proibição da pesca no período de defeso é, de acordo com os pescadores, a demora no recebimento das parcelas do seguro. Verificou-se, durante esta pesquisa, que geralmente os pescadores dão entrada na documentação necessária para o recebimento do benefício tão logo inicia o período de defeso, e não antecipadamente. Alegam que, antes de janeiro, ainda estão em período de atividade laboral e, por conta da natureza de seu trabalho, não dispõem de tempo livre para tais atividades burocráticas. Deste modo, o atraso na entrada dos documentos necessários junto ao Ministério do Trabalho faz com que a primeira parcela do seguro não seja creditada logo no mês de janeiro. Sem dinheiro, são forçados a pescar clandestinamente enquanto ainda há peixe a ser capturado e clientela disposta à sua aquisição. Em fevereiro geralmente não há incidência de exemplares de porte compatível com sua comercialização, e coincidentemente o pescador recebe simultaneamente duas parcelas (janeiro e fevereiro) do seguro-desemprego. Assim, o conjunto de condições força o pescador artesanal a cumprir a regra de preservação, como sugere a narrativa abaixo:

A Colônia quase sempre atrasa o envio dos papeis para o INSS, então chega dezembro e nada de receber o benefício. Quem tem outra forma de ganhar dinheiro consegue se virar, mas eu e outros colegas temos que continuar pescando, e ainda tem peixe no rio e gente querendo comprar. Sempre tem quem compre. Só fica ruim no final do defeso, porque só aparece peixe miúdo e os graúdos foram embora. Mas nessa época acaba que já recebemos o benefício atrasado e sobra um dinheirinho até o início da pesca de novo (Entrevista com Waner, pescador. Manaus, 2012)

Ocorre, no entanto, que o descumprimento do período de defeso não é regra entre as embarcações pesqueiras baseadas no bairro do Mauazinho. Nos períodos de

defeso entre os anos de 2010 e 2012, verificou-se que muitos profissionais da pesca artesanal, e residentes no bairro do Mauazinho, se dedicavam a atividades econômicas diversas, tais como:

a) Agricultura e pecuária de subsistência: o período de defeso coincide com períodos de seca nas comunidades de origem de vários pescadores estudados, sendo tais comunidades localizadas, em sua maioria, nos municípios de Careiro Castanho e Careiro da Várzea. O solo resultante das áreas afetadas pela vazante do rio Solimões tornam-se extremamente férteis e o período é aproveitado para a colheita de milho, mandioca, feijão, verduras diversas, além do abate de gado bovino. Verificou-se que a produção é praticamente toda destinada ao consumo familiar e estocada em Manaus. Algum excedente é comercializado ou trocado por outros produtos na área da Ceasa na capital.

b) Trabalho em embarcações da Marinha Mercante ou serviços portuários: verificou-se que alguns pescadores também possuíam habilitação profissional para trabalho de marinha. Tais pescadores aproveitam-se desta vantagem (aliada à falta permanente de pessoal qualificado para serviços de marinha na área do porto da Ceasa) para realizar serviços temporários em embarcações de transporte de carga e/ou passageiros. Também é verificado, não somente nos período de defeso, pescadores que trabalham como estivadores, pilotos de catraia ou agenciadores de passeios turísticos em embarcações de pequeno porte.

c) Comércio na praia do Mauazinho: o período de férias escolares coincide com o período de defeso e a formação de faixa de praia em frente ao Cemitério Nossa Senhora das Lajes, a poucos metros da área de residência de parte do grupo de pescadores estudado. A faixa de praia se transforma em balneário recreativo durante o período, e assim 03 famílias de pescadores possuem estabelecimentos comerciais temporários na praia. Comercializam principalmente bebidas alcoólicas, além de refeições e material de banho (toalhas, bronzeadores, entre outros).

Em relação aos padrões de embarcações pesqueiras, independente se os mesmos cumprem ou não o período de defeso, uma atividade em comum é realizada nas semanas finais deste período: a manutenção de suas embarcações e materiais de pesca. A pesca artesanal na Amazônia ainda utiliza, em suas embarcações, as mesmas

tecnologias navais do início do Século XX, e que demandam de ações de manutenção periódicas para manterem-se em bom funcionamento.

As embarcações dos pescadores do Mauazinho são, em sua totalidade, construídas em madeira e sua propulsão é através da utilização de motor a óleo Diesel, montado no centro da embarcação e com comando de proa. O lançamento de redes é feito por canoas de madeira com propulsão a remo, e a localização dos cardumes a serem capturados é realizada por um pescador experiente nesta função. Embarcações modernas de pesca comercial são construídas em alumínio e aço naval, com sistemas de propulsão comandados eletronicamente, e dotadas de sistema de localização de cardumes por sonar, câmaras frigoríficas para conservação de pescado, sistemas automáticos de lançamento e recolhimento de redes.

Para esta pesquisa, foi acompanhada a manutenção anual da embarcação *Rio Mengo*, realizada entre 26 de janeiro e 18 de fevereiro de 2012. De forma resumida, verificou-se a realização dos seguintes serviços de manutenção: substituição de pedaços de madeira danificados pela ação do tempo, realinhamento do motor Diesel, impermeabilização da embarcação com aplicação de manta asfáltica no casco e convés, revisão da instalação elétrica, e recuperação do conjunto de redes de pesca. Tais serviços foram realizados pelo próprio comandante da embarcação, com exceção dos serviços de eletricidade (realizados por eletricista contratado) e a recuperação das redes de pesca, coordenada pela esposa do comandante e auxiliada por outras mulheres da mesma família.

3.4. Considerações a respeito das mulheres pescadoras no Mauazinho.

Na sociedade amazônica atual ainda predomina o sistema social patriarcal, o qual se reflete nas relações sociais desiguais entre homens e mulheres e em relações de poder que as afetam de forma negativa. Esse sistema instituiu, desde o início, diferenças por meio da divisão sexual do trabalho, que caracterizou o espaço público como de responsabilidade dos homens e o espaço privado como de competência das mulheres (SILVA FILHO, 1997).

No setor da pesca artesanal pode-se perceber um reflexo desse sistema social, pois no ambiente pesqueiro se faz presente uma divisão de trabalho entre os sexos como, por exemplo, na pesca embarcada praticada no *locus* desta pesquisa. O trabalho dentro da embarcação é uma atividade considerada exclusivamente masculina, enquanto

que as tarefas realizadas em terra, como a seleção e o beneficiamento do pescado, além das atividades de manutenção de redes de pesca e as atividades logísticas (preparação de refeições para os pescadores embarcados, por exemplo) são desempenhadas basicamente pelas mulheres. A prática de tal divisão representa um entrave à luta das mulheres pescadoras por direitos previdenciários e trabalhistas, pois não há reconhecimento da importância de seu trabalho, o que influi de forma negativa na sua efetiva participação nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras. Falta nessas mulheres, na maioria das vezes, um sentimento de pertencimento à categoria, repercutindo na baixa participação feminina nos movimentos sociais, tais como colônias e associações de pescadores.

No sistema social patriarcal, em sua essência, o homem é socializado para ocupar o espaço público, enquanto que a mulher é reservada ao espaço privado — o cuidado dos filhos, o preparo dos alimentos, a organização da casa, e atividades correlatas. Segundo Vargas (2009), a restrição dessas mulheres ao espaço privado aumenta a carga de trabalho no espaço doméstico. Essa sobrecarga ocorre porque elas suprem os serviços que o Estado deixa de realizar e não recebem o reconhecimento de sua contribuição, além de disporem de menos tempo para participar das atividades produtivas fora da casa.

Desde o surgimento das primeiras colônias de pescadores no Brasil, no início do Século XX, a participação das mulheres nos movimentos sociais de pescadores era inexpressiva. Em 1969, no entanto, é criado o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) no município de Itapissuma-PE, com o intuito de desenvolver ações políticas destinadas a modificar a situação de total marginalização em que viviam os trabalhadores e trabalhadoras da pesca naquela localidade. A partir dessa justificativa, as mulheres passaram a reivindicar o direito à obtenção da carteira de pescadora artesanal, necessária para a aposentadoria. O trabalho do CPP com as pescadoras artesanais foi o primeiro passo para o reconhecimento da significativa participação das mulheres na pesca artesanal no Brasil, contribuindo, dessa forma, para a participação política das mulheres pescadoras e para a tomada de consciência de outras mulheres pescadoras, em todo o território nacional, para a obtenção de seus direitos previdenciários e da regularização como profissionais da pesca (RAMALHO, 2009).

Durante esta pesquisa, verificou-se que o trabalho das mulheres residentes na comunidade de pescadores do Mauzinho é quase exclusivamente doméstico. Não foi constatada a presença de mulheres em trabalho embarcado, apesar de haver relatos de

que algumas esposas de comandantes de embarcação já realizaram trabalhos embarcados, exercendo a função única de cozinheiras, quando a família residia longe da área de captura, e se fazia necessário o pernoite na embarcação.

Tal fato da quase inexistência de mulheres nas funções internas de uma embarcação se dá, possivelmente, por conta da natureza do trabalho em si, uma vez que as funções exercidas demandam de força e resistência física elevada, o que supostamente (ou que se acredita que) são inerentes ao sexo masculino. Verificou-se também que há, entre os pescadores, algumas crendices relacionadas à relação entre a mulher e a jornada bem sucedida em uma atividade diária de pesca. Esta relação, quando mal sucedida, cria um substantivo denominado *panema*, cujo sinônimo mais aproximado seria “azar”. No entanto, existe um significado mais específico e que será mais bem explicado a seguir. Inicialmente, tem-se uma narrativa de um pescador em relação ao termo:

Se você for pescar de linha e o primeiro peixe que morder for um candiru branco, pode voltar para casa que sua pesca vai ser *panema*. Se a sua mulher, após lavar sua roupa, costuma sempre torcer de um jeito para secar, e neste dia ela torcer de outro jeito, esquece a pesca porque vai ser *panema*. Se a mulher estiver menstruada e entrar no barco, *panema*. Se o pescador cortar o cabelo com uma mulher que não for correta, que sai com muitos homens, *panema*. (Entrevista com Luis, pescador. Manaus, 2012)

Silva (2011), em trabalho com pescadores artesanais no rio Negro, chegou a este termo com as seguintes explicações:

Outra regra cultural associada ao controle de uso dos recursos naturais é a ‘panema’, que significa pessoa azarada nas atividades produtivas (Wagley, 1976). Ela pode ser adquirida de várias maneiras: mulher grávida que se alimenta de caça ou peixe capturado pelo caçador ou pescador, mulher menstruada que toca em apetrechos de pesca, desconfiança ou cobiça de alimento entre amigos, quebra de restrições alimentares por gestantes, entre outros (Smith, 1981, 1983, 1985). Estudando a caça na Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, Dias e Almeida (2004) notam que a causa da ‘panema’ é sempre relacionada a uma ação humana do caçador ou das pessoas a ele ligadas, sendo que esta ação representa uma conduta inadequada em relação ao corpo do animal morto. Portanto, mais que azar nas atividades produtivas, ‘panema’ é uma norma de conduta com relação aos animais da floresta e do rio. A ‘panema’ é curada por meio de rituais religiosos com curandeiros ou xamãs, além de banhos e defumações com plantas e animais, nos quais participam o pescador e seus apetrechos. Um tariano da ilha do Uábada citou que o pescador

com ‘panema’ deve tomar banho de cipó-jacitara (Araceae) por duas sextas-feiras consecutivas. Silva *et al.* (2007) citam outras plantas utilizadas para tratar a ‘panema’ no rio Negro (p. 152).

Constatou-se também que, em janeiro de 2011, apenas 07 mulheres (em sua totalidade esposas de comandantes de embarcação) possuíam registro de pescadora artesanal. Em junho de 2012, o número permaneceu o mesmo. Em todos os casos, os trâmites para obtenção da documentação foi realizado pelo esposo pescador junto à Colônia Z-12. Apesar de terem se tornado legalmente pescadoras artesanais, não participam de reuniões da Colônia na qual estão filiadas, e nem mesmo possuem poder de decisão nos assuntos discutidos entre os membros da comunidade de pescadores do Mauzinho.

À exceção dos comandantes de embarcação e suas esposas, demais membros do grupo residente na área pesquisada desconhecem o fato do direito das mulheres de obter a carteira de pescadora artesanal e, por conseguinte, o direito ao benefício do seguro-defeso.

Deste modo verifica-se que, apesar da significativa participação das mulheres nas atividades pesqueiras artesanais, seu trabalho é invisível e desvalorizado, o que se constitui como uma barreira para a afirmação dessas mulheres como pescadoras artesanais e a consequente luta por seus direitos profissionais. À medida que as pescadoras artesanais estão inseridas nos espaços de poder dão um passo importante na diminuição das desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres e na conquista da equidade de gênero.

A invisibilidade da atuação da mulher pescadora é também evidenciada nas pesquisas referentes à pesca. No Brasil, os estudos sobre a pesca, principalmente a artesanal, são pouco difundidos. Alguns autores apontam que grande parte dos dados disponíveis encontra-se em fontes secundárias, como teses e relatórios não publicados. Embora existam estudos sobre a produção da mulher no setor pesqueiro, pouco ainda se sabe sobre a realidade dessa produtora, e muito menos a dinâmica da sua atividade. Essa realidade ainda não é traduzida em números, uma vez que as mulheres não aparecem nas estatísticas oficiais (ROCHA, 2010, p. 33).

Até a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, o trabalho feminino na pesca não era legalmente reconhecido, pois a pesca era considerada uma atividade masculina. Antes disso, a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca)

só reconhecia legalmente as mulheres que trabalhassem como coletoras de mariscos ou algas (IDEM).

Desde 1988 a mulher pescadora “luta e faz reconhecer o seu trabalho. Isso é evidenciado a partir da exigência de sua aceitação institucional e de carteiras de inscrição como as dos pescadores, chamando de *pesca* o trabalho que fazem” (MALDONADO, 1986, p. 21). Permitindo-se, assim, que essa mulher tenha acesso às colônias, créditos, direitos previdenciários; que seja identificada como trabalhadora do setor pesqueiro e não como parte complementar de uma atividade masculina.

3.5. Interações entre o trabalho da pesca e o ambiente industrial do Mauzinho

As atividades de pesca profissional, de acordo com Infante Vieira (1998) e Rovere (2011), podem vir a sofrer impactos a partir do estabelecimento de estruturas artificiais em rios e oceanos. De acordo com os autores, plataformas de petróleo, pontes, embarcações naufragadas e outras estruturas atraem cardumes de algumas espécies que encontram segurança contra predadores nos “recifes naturais” que estas estruturas acabam por criar.

No início da fase de campo, enquanto eram realizadas conversas com alguns pescadores, o pescador José Bastos havia informado que, antes de 1975, a única atividade industrial na área de pesca era o beneficiamento de madeira pela empresa CIM (Companhia Industrial de Madeira). E, por conta dessa atividade industrial, “aquele local era o melhor para pescar, porque peixe gosta de ficar perto dos troncos no rio, e o que mais tinha na frente da CIM eram os troncos cortados” (JOSÉ BASTOS, pescador). Após o fechamento desta empresa, assim como o fechamento de outras indústrias madeireiras nas proximidades de onde se encontra hoje a usina termelétrica, a atividade pesqueira se manteve constante ao longo das décadas.



Figura 30: pescador rabeteiro se preparando para lançar rede nas proximidades das usinas Mauá e Electron.

Foto: Frederico Cesarino, 2013.

Durante o início das atividades de observação das embarcações pesqueiras que exercem suas atividades nos arredores da Usina Mauá, era observado o fato de que algumas embarcações que atracavam em campanhas específicas eram mais bem sucedidas (no sentido de quantidade de peixe capturada) do que outras aportadas em outras campanhas. Mais especificamente, observava-se que ocasionalmente as campanhas localizadas mais próximas do igarapé do Jardim Mauá produziam mais peixe em comparação, por exemplo, às campanhas localizadas próximas ao Cemitério Nossa Senhora das Lajes. Tal fato foi o ponto de partida para um estudo mais detalhado a respeito da possibilidade de haver alguma interferência dos processos de geração de energia com a produção pesqueira, assim como se algum processo industrial de outras empresas que atuam à margem do rio Negro também poderia influenciar – positivamente ou negativamente – a atividade dos pescadores do bairro. O apontamento no caderno de campo desta pesquisa, feito em 11 de julho de 2011, destaca como ocorreu a “necessidade” de se fazer esta verificação:

Vejo que o pessoal que pesca logo aqui na frente do descarte sempre está com as redes cheias. O pessoal lá do cemitério demora para puxar rede, e talvez o pessoal que pesca perto do Ceasa deva demorar também . No máximo uma puxada por dia pelo pessoal do Cemitério,

sendo que as redes deles são muito maiores que as do pessoal que pesca mais perto daqui. Hoje de manhã teve uma puxada de rede logo que comecei a observar o trabalho deles, e logo depois eles passaram aqui para vender peixe ao pessoal da usina. E agora de tarde eles já estão recolhendo redes novamente, igual fizeram ontem. Preciso verificar se pode vir a existir alguma relação entre o local de pesca e a quantidade de cardumes. Deve ter, pois quando pesco com o Lucio Flavio aqui na Electron, a gente sempre pega mais peixe à jusante do que à montante. Sempre dá mais peixe na proa da usina do que na popa. E coincidentemente a proa fica mais perto do descarte da condensação das TVs (turbinas a vapor). Tenho que tentar ver se há relação nisso tudo, pois pode vir a ser algo importante no andamento da pesquisa. (Transcrição do caderno de campo. Apontamento de 11/04/2011).

É lembrado que um dos fatores que levou esta pesquisa a concentrar algumas atividades da observação no motor Rio Mengo, além da própria receptividade de seu patrão, foi a sua maior proximidade com o local em que as observações iniciais foram realizadas – a Usina Mauá. Por conta dessa proximidade, esta embarcação foi a primeira a ser abordada para a explicação do projeto de pesquisa e a solicitação para o acompanhamento das atividades. Tão logo se iniciou a observação participante naquela embarcação questionou-se seu patrão a respeito das vantagens da pesca naquele ponto. Assim, as seguintes explanações iniciais foram dadas pelo senhor Azul:

Eu sempre pesquei nesse ponto, mesmo antes da usina, porque sempre achei aqui um lugar mais tranquilo e por acaso sempre teve muito peixe nesse ponto. Já tentei marcar campanha nas Lajes e na beira do outro igarapé (Ig. Mauazinho) mas acabei me acostumando a ficar aqui. Aqui é bom de peixe, não é? Então não tenho para que mudar de lugar (Entrevista com Azul, pescador. Manaus, 2011)

Este relato inicial, no entanto, ainda não havia permitido a obtenção de nenhum dado ou informação relevante para uma suposição a respeito de aquela área ser supostamente a mais piscosa naquele perímetro do *locus*. Com isso, ao longo da observação participante e da criação de um vínculo mais próximo entre pesquisador e pesquisado, utilizou-se a estratégia do direcionamento de algumas perguntas a respeito do tema ao pescador. Então ao mesmo foi questionado quais eras as principais

diferenças entre a pesca atual e a pesca há quarenta anos. Dentre várias explicações e comentários, a seguinte explicação foi relevante para o direcionamento dos trabalhos:

Antigamente, nessa área, a gente pegava muito peixe liso também. E tinha muito tucunaré, tambaqui gordo, cavala, sardinhão, tinha de tudo. Hoje esses peixes maiores sumiram daqui dessa área. Só pego peixes maiores quando vou lá para perto do Puraquequara. Mas aqui sumiu mesmo. Só dá mesmo jaraqui e curimatã. Dá muito, mas só desses dois tipos de peixe (Entrevista com Azul, pescador. Manaus, 2012)

Apesar de não possuir conhecimento escolar a respeito de cadeias alimentares naquele ambiente em que realiza seu trabalho, ou mesmo conhecimentos a respeito de impactos ambientais, o senhor Azul em sua narrativa permitiu que se pudesse levantar a hipótese de que algum processo industrial da Usina Mauá pudesse ter alterado a disposição dos cardumes no local. De alguma forma, positiva ou negativa, supunha-se que havia algum impacto ambiental causado pela usina termelétrica, e que deveria ser investigado.



Figura 31: pescador da tripulação da Rio Mengo separa pescado para vender, em frente à Usina Mauá.

Foto: Frederico Cesarino, 2013.

Assim, através do levantamento dos processos industriais internos da usina, verificou-se que um processo específico estava diretamente relacionado com o local em

que a tripulação da *Rio Mengo* realizava seus trabalhos de captura: a uma distância de menos de duzentos metros da referida campanha, ocorre um descarte de água de refrigeração no Igarapé do Jardim Mauá, a montante da campanha pesquisada. E esta campanha é a primeira a receber a água com esta contaminação térmica, pois se encontra na foz do igarapé e não há outra campanha à sua montante. Era fato, portanto, que a campanha da *Rio Mengo* estava localizada em um ponto do *locus* no qual a temperatura da água apresentava maior temperatura em relação às demais. A fim de se obter maior credibilidade quanto a esta informação, em março de 2013 foi realizada a medição de temperatura da água em cinco campanhas diferentes, cada uma à jusante das demais, e tendo como ponto S0 a campanha da *Rio Mengo*. Foram obtidos os seguintes resultados, de acordo com a tabela a seguir:

Ponto	Distância de S0	Temperatura da água (superfície)	Temperatura da água (profundidade 1,5m)	Observação
S0	0 m	32,1° C	29,2° C	Campanha da <i>Rio Mengo</i>
S1	40m	32,0° C	28,9° C	
S2	70m	31,2° C	28,2° C	
S3	170m	29,7° C	26,9° C	
S4	300m	29,1° C	26,2° C	

Tabela 02: Decréscimo das temperaturas da água no rio Negro, a partir da foz do igarapé do Jardim Mauá, em 18 de março de 2013. Utilizado termômetro digital a laser Mitutoyo, e coletor de profundidade Kaper. Horário da coleta: 12:15h. Temperatura ambiente: 34° C. Fonte: coleta de dados de campo / Frederico Cesarino.

Não cabe a esta pesquisa fazer a descrição dos processos de geração de energia elétrica realizados pelo Complexo Termelétrico de Mauá. Cabe, no entanto, uma pequena explicação a respeito do processo do qual se levantou a hipótese de impacto à atividade pesqueira: usinas termelétricas que utilizam vapor em seus processos, como o caso da usina localizada no Mauazinho, possuem a necessidade de estarem localizadas próximas a cursos de água (VAN WYLEN & SONNTAG, 1995). Esta necessidade ocorre por conta deste curso de água fornecer a matéria prima para o resfriamento dos condensadores das turbinas em um fluxo constante. Esta água de resfriamento, no caso da usina em questão, é captada no Rio Negro à sua temperatura original (em torno de 27° C) e devolvida ao igarapé do Jardim Mauá a uma temperatura aproximada de 60° C. Essa transferência de calor para a água do igarapé cria o problema de poluição térmica, e pode alterar as condições de existência de flora ou fauna e interferir decisivamente

como fator limitante para a reprodução de espécies, de modo geral (NAIME, 2010). A figura abaixo permite a visualização deste processo:



Figura 32: sentido da captação de água para resfriamento de turbinas, e seu descarte no rio Negro. Autor: Frederico Cesarino, a partir de imagem de satélite.

A água devolvida ao rio Negro possui uma dispersão térmica que é demonstrada por um modelo matemático complexo, que envolve variáveis como temperatura de entrada e saída da água, temperatura e umidade do ar, velocidade, direção e sentido da corrente fluvial, densidade da água, entre outras (GOBBI, 2003). Assim, o descarte da água de resfriamento de turbinas afeta termicamente um raio de aproximadamente quinhentos metros com centro no ponto de descarte, de acordo com informações prestadas pela senhora Maria Dayse Magalhães, coordenadora ambiental da usina.

A partir dessas informações, supunha-se que esta dispersão térmica afetaria negativamente as populações de cardumes naquele raio de influência do impacto, a partir do início das operações da usina na década de 1970. Ocorre, no entanto, que as áreas mais próximas ao descarte térmico são justamente as áreas onde há o maior número de *campanhas* de pesca, as quais estão sempre em atividade.

Deste modo, o cruzamento dos dados experimentais com as informações oficiais prestadas pela senhora Maria Dayse, e os relatos dos pescadores, levou-se a crer que, ao longo das décadas após o início das atividades da usina, ocorreu uma fuga das espécies predadoras (no caso o tucunaré e a piranha) por conta do aumento da temperatura da água que, por sua vez, criou uma espécie de “porto seguro” para o jaraqui e o curimatã,

que de alguma forma se adaptaram à temperatura mais elevada do local. De fato, o jaraqui suporta bem temperaturas de até 29° Celsius enquanto o tucunaré, por exemplo, habita águas com temperaturas entre 18° e 24° Celsius e é sensível às elevações de temperatura (INFANTE VIEIRA, 1998).

Este impacto nas campanhas próximas ao descarte de água quente pode, em um primeiro momento, ser avaliada como positiva à atividade pesqueira, principalmente pelos próprios pescadores que utilizam deste benefício. Ocorre, no entanto, que de qualquer modo o equilíbrio das espécies se altera, seja com a migração dos predadores para outras áreas fluviais, ou mesmo com a redução do quantitativo dos exemplares dessas espécies de um modo geral. Em longo prazo, tal desequilíbrio pode vir a afetar também o quantitativo das espécies capturadas em todos os pontos de captura no *locus* desta pesquisa.

Cabe, portanto, aos gestores de novos projetos de grande porte uma preocupação a respeito dos impactos ambientais que podem vir a ser criados após o empreendimento. Aos gestores públicos, a criação de normas e procedimentos que impeçam ou minimizem tais impactos. Quanto aos projetos antigos, em que os interesses econômicos sobrepunham-se aos ambientais, estes devem ser revisados, modernizados para que não ocorra a continuidade dos impactos à fauna e flora.

Considerações Finais

O retorno do campo

Antes da fase de campo, durante as disciplinas do curso de Mestrado e os encontros do grupo de estudos promovido pela orientadora, era sempre alertado que “o pesquisador nunca retorna do campo sendo a mesma pessoa”. De fato, verificava em minhas leituras e interações com outros pesquisadores e colegas de curso, que o período de permanência com o grupo estudado, principalmente quando este grupo se difere muito do *background* do pesquisador, afetava bastante alguns modos de pensar de quem realizava a pesquisa. Quando li *Tristes Trópicos*, de Claude Lévi-Strauss, imaginava como se sentia o autor, antes acostumado com o conforto e as benesses da capital francesa, passando a viver em um país estranho e acompanhando a vida de povos considerados selvagens e atrasados. Strauss, após seu período de campo, certamente modificou seu modo de pensar a respeito daquele grupo com quem conviveu por anos e a respeito da própria vida em geral. E eu, pesquisador iniciante, sempre me ponderava se algo semelhante iria acontecer após os meses em contato direto com os pescadores do Mauzinho. De fato, aconteceu.

A única vivência que possuía com a pesca advinha das expedições de pesca esportiva que participei, a qual sempre considerei minha válvula de escape para todas as frustrações e ansiedades do cotidiano. Em minha pretensão, acreditava que saber o nome das espécies, saber pescar com vara e molinete, e saber algumas técnicas de captura para determinadas espécies iria me credenciar a ser um bom pesquisador daquele grupo que sobrevivia por conta da atividade que eu tinha como *hobby*. Foi um grande engano de minha parte.

Além das próprias técnicas de captura da pesca artesanal serem completamente divergentes das técnicas esportivas, o pescador artesanal possui algo que transcende sua atividade profissional. O fato de trabalhar na atividade pesqueira cria uma “aura” em torno daquele indivíduo que, tanto dentro quanto fora da embarcação, lhe gera uma série de características pessoais que os fazem ser reconhecidos como pescadores em qualquer local que estejam ou frequentem.

Estas características, seja seu vocabulário próprio, seja sua forma de administrar tempo e espaço, ou mesmo sua maneira de lidar com o dinheiro e propriedade, eram constantemente apresentadas a mim ao longo do campo, e de alguma forma passei a aceita-las e compreende-las. Ocorreu um grande desafio pessoal para que eu pudesse

entender que não existem modos de vida corretos ou incorretos. Apenas modos de vida diferentes e que devem ser respeitados por todos que deles não fazem parte.

Obviamente não me tornei um pescador artesanal após o período de campo. Mas o convívio com o grupo (e as atividades acadêmicas do curso de Mestrado) me permitiu uma nova forma de se tentar compreender os fatos que nos cercam, através da visão do outro, da interpretação das interpretações que cada um possui a respeito da vida e do trabalho.

A motivação para a pesquisa

Uma vez que ainda não possuía este “olhar do outro”, e na condição de funcionário da Usina Mauá, minha motivação inicial era saber se a usina possuía alguma influência econômica ou social junto àquela comunidade que decidi pesquisar. Inclusive, em todas as propostas anteriores para o título da dissertação, queria enfatizar o nome do complexo termelétrico, acreditando na sua “importância” junto ao bairro e aos pescadores.

A pesquisa de campo, porém, me mostrou logo no início que esta convicção (do ponto de vista de quem é funcionário da usina) poderia não ser a correta. Ou pelo menos não seria correta em sua totalidade. Durante a pesquisa, passei a compreender que aquela área foi povoada por fatores diversos, e não exclusivamente por conta da construção da usina ou de outra obra a partir de 1970, como se faz acreditar nos documentos oficiais daquelas empresas. Na verdade, uma série de fatores sociais, políticos e econômicos criaram condições para a migração dos grupos ao Mauazinho, e para os pescadores apenas ocorreu uma oportunidade de tornar seu trabalho mais eficiente e menos dispendioso. Como foi visto ao longo deste trabalho, aquele grupo já exercia a captura do pescado na orla do bairro, porém residindo “do outro lado do rio”. As transformações no local a partir da década de 1970, no entanto, apenas criou uma oportunidade para que se fixassem no local, porém muitas vezes ainda mantendo seus vínculos afetivos, sociais e econômicos com suas comunidades originais.

Com essa desconstrução da motivação inicial, e após um grande conflito epistemológico e mesmo existencial de parte do pesquisador, a motivação que passou a permear a pesquisa foi a verificação de como aquele grupo de pescadores se diferenciava de outros. Procurava entender como os pescadores do Mauazinho, residindo em uma área urbana, moderna, resistia em manter suas atividades

profissionais e sociais características de áreas rurais. Queria compreender se havia alguma batalha travada entre o tradicional e o moderno para aquele grupo, e se desta batalha sairia algum vencedor.

A construção da identidade do pescador do Mauazinho

Um fato peculiar me acompanhou em todos os momentos que estive em contato com os membros da comunidade de pescadores do bairro: enquanto os acompanhava em suas residências no bairro, ou nas campanhas de pesca do rio Negro, costumeiramente percebia uma necessidade de afirmação de que eles pertenciam “ao outro lado do rio”, que não pertenciam à cidade de Manaus, que eram ribeirinhos, “caboclos do interior”. Em contrapartida, ao visitar algumas comunidades originais na companhia de pescadores do Mauazinho, havia um sentimento de que esses mesmos pescadores gostavam de se sentir diferentes dos parentes que não migraram. De fato, alguns membros das comunidades originais caracterizavam o parente ou amigo migrante como “o rico”, “o que mora em Manaus”, ou “o que está melhor do que nós”. E estas afirmações eram assimiladas, aceitas e consideradas pelo pescador migrante, que gostava de se sentir nesta posição privilegiada perante seus parentes nas comunidades de origem.

A partir deste conflito identitário, o grupo de pescadores que migrou para o Mauazinho acaba por possuir características próprias, e divergentes das características tanto de suas comunidades originais quanto dos demais habitantes do bairro em que hoje residem. Ao mesmo tempo abriram mão de vários modos de vida que aplicavam, além de incorporarem outros modos de vida apresentados pelo espaço urbano.

Outro fator que permitiu o desenvolvimento das características deste grupo é a própria diversidade das origens dos pescadores que residem na localidade. Há pescadores oriundos de, no mínimo, cinco municípios e dez comunidades diferentes. Somam-se a estes os indivíduos convertidos em pescadores e oriundos de Manaus. Esta mistura de origens possui grande contribuição para o *modus vivendi* apresentado atualmente pelo grupo pesquisado.

Tradições e modernidades

A binaridade das representações sociais provavelmente possui, de acordo com Wunenburger (1995), uma origem físico-biológica. Mas ela é também e, porventura fundamentalmente, “tributária da história humana e, em especial, do *espanto* e do temor que sempre serão inerentes aos seres humanos confrontados com a necessidade de domesticar a relação social e a relação com a natureza” (p. 27). Dizer *espanto*, segundo o autor, é dizer dificuldade de monitorar o diverso e o complexo. Daí, por consequência, a necessidade de reduzir a complexidade ao simples na proporção da densidade das relações sociais e das relações entre os seres humanos e a natureza.

Diferenciar tradição de modernidade pertence, portanto, ao conjunto das nossas domesticações históricas mais simples (RICOEUR, 1978). A tradição aparece como o “sempre foi”, a repetição, a memória, o passado; enquanto a modernidade é o presente em movimento, o “há de vir”, a diferença, o futuro. Mas a dicotomia tradição/modernidade não é, afinal, um produto natural, ela não existiu sempre, parasita-a em permanência na construção e na remodelação da história.

A própria identidade do pescador do Mauazinho se molda nas interfaces entre os dois conceitos, que formaram as características atuais do grupo. E estas interfaces entre o tradicional e o moderno permitiram também que a classificação do pescador tenha duas lógicas distintas: uma de parte do próprio pescador, e outra jurídico-previdenciária, na qual estão vinculadas as classificações da entidade de representação dos pescadores - a Colônia de Pescadores de Manaus e os sindicatos e associações de pescadores dos municípios do interior do estado do Amazonas. Ocorre, porém, que esta classificação previdenciária é aceita pelos pescadores quase exclusivamente por conta da necessidade de obtenção de benefícios econômicos e sociais que esta classificação profissional possui por direito. Esta imposição classificatória previdenciária acaba por ser uma das representações da modernidade perante a própria classificação tradicional que o pescador faz de si mesmo.

O bairro do Mauazinho hoje

Como visto ao longo desta pesquisa, o bairro do Mauazinho originalmente se compunha de grandes áreas de floresta nativa, algumas propriedades rurais e uma pequena atividade industrial de beneficiamento de madeira. A partir do advento da Zona

Franca de Manaus, planejou-se que a área do bairro serviria de base para a implantação de empreendimentos industriais, além da implantação de empreendimentos de infraestrutura como portos, centrais de abastecimento, refinarias de petróleo e as indústrias de base (siderurgia e geração de energia elétrica). Por conta de diversos fatores, nem todas as atividades planejadas para a localidade foram estruturadas de acordo com o projeto original. E ainda, ao longo das décadas a localidade recebeu uma grande quantidade de migrantes, oriundos de outros municípios ou mesmo de outros bairros de Manaus, que fixaram residência no bairro mesmo sem o planejamento oficial do governo em se ter uma área residencial no bairro.

Vencidas quaisquer ameaças de retirada das residências dos novos moradores do local, o bairro cresceu, se urbanizou e se organizou como área residencial. As áreas originalmente destinadas à implantação de atividades comerciais e industriais foram preenchidas por casas, sobrados e pequenos pontos comerciais. Após a aparente desistência, de parte da Suframa, em reaver as áreas de sua propriedade, os governos estadual e municipal adentraram no referido espaço com a construção de escolas e postos de saúde, coleta de lixo, iluminação pública e a manutenção da infraestrutura existente.

O bairro apresenta todos os problemas existentes na maioria dos bairros de periferia de Manaus: violência urbana, comercialização de drogas entorpecentes, ausência de segurança pública eficiente, ocorrência de calamidades públicas a partir de chuvas torrenciais ou mesmo da subida do nível do rio Negro. O bairro carece de planejamento preventivo para se evitar muitos dos problemas existentes.

Em relação aos pescadores que residem, em grande maioria, em uma única rua do bairro, os mesmos consideram o local agradável para se residir, e creditam como principal motivo de residirem no bairro o fato de a geografia do local permitir que exerçam suas atividades da mesma maneira que realizavam quando residiam em suas comunidades originais, “do outro lado do rio”. Esta condição, segundo o grupo, seria difícil de ser encontrada em qualquer outro bairro de Manaus, até mesmo outros bairros em que o urbano se mescla com o rural como, por exemplo, o bairro do Puraquequara (que apresenta uma atividade pesqueira bastante divergente da praticada pelos pescadores do Mauzinho).

Hoje o bairro se encontra com sua área urbana saturada. Saturada no sentido de não se encontrarem mais áreas disponíveis para a fixação de residência. Algumas áreas próximas à orla estão sendo adquiridas por estaleiros, terminais de carga fluviais ou

empresas de navegação. Apesar de credenciadas pela Suframa, a fixação dessas empresas à beira-rio geram impasses jurídicos, além de ameaças ambientais ou mesmo ameaças à atividade pesqueira exercida pelos pescadores residentes no bairro.

O retorno ao outro lado do rio

Muitos pescadores, principalmente os mais velhos, demonstravam seu desejo de retornar às suas comunidades originais quando estivessem aposentados e cansados das atividades de pesca artesanal ou comercial. A percepção do pesquisador, ao longo do período de campo, era de que todos os pescadores, apesar de adaptados aos “dois lados do rio”, acabavam por apresentar características sociais mais próximas à realidade urbana de Manaus do que a realidade rural do interior do estado, apesar de possuir uma identidade que mescla características tradicionais com modernas.

Retornar a uma forma tradicional de vida, após quarenta anos adaptados a uma realidade completamente diferente, apresenta uma situação peculiar. Lourenço e Cunha (2012) afirmam que, ao sair de seu local original, o migrante se cerca de cuidados para amenizar o “choque cultural” na área em que decide se fixar. No retorno às suas comunidades, após anos ou décadas afastados das mesmas, a ilusão é de que logo se sentirá “em casa”. Mas, de acordo com os autores, “Retornar é, praticamente, uma nova migração” (p. 03). A sensação é de que se perdeu “o bonde da história”, ou seja, tempo precioso em tecer suas redes de interações. A pessoa se sente “por fora” do que antes conhecia profundamente. Segundo Nakagawa (2010), tal sentimento pode ser denominado *Síndrome do Regresso*, e ocorre principalmente pelo fato do indivíduo “duplamente migrante” ter desenvolvido uma série de costumes, hábitos e desejos diferentes, ao mesmo tempo, das duas ou mais localidades em que fixou residência ao longo de sua vida.

Por fim... O que fica da pesquisa?

Esta pesquisa, apesar do apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) e todo o apoio prestado pelos colegas de trabalho e da universidade para que a pesquisa pudesse ser realizada da melhor forma possível; apresentou uma série de limitações e dificuldades para sua realização, sendo a maior delas a própria decorrente do fato do pesquisador ser oriundo de uma área divergente

das Ciências Sociais. Faltaram ao pesquisador, no início, o conhecimento teórico para a base científica, além das próprias técnicas para as entrevistas e a observação participante, que foram sendo incorporadas, apropriadas e utilizadas ao longo dos meses da pesquisa.

Outra limitação durante a pesquisa foi o acesso às áreas de captura e às comunidades originais de muitos pescadores. A Amazônia possui uma série de características geográficas que dificultam o acesso a determinados lugares quando combinadas a certos fatores climáticos e / ou ambientais. Ainda, durante os dois anos da pesquisa, a Amazônia presenciou em dois anos consecutivos uma vazante recorde e uma cheia recorde do rio Negro e seus afluentes, as quais não eram similarmente registradas por mais de cinquenta anos. Tais situações extremas dificultaram as atividades pesqueiras na área, além da própria pesquisa.

Apesar das limitações, a pesquisa foi realizada da forma mais dedicada possível. Foi um verdadeiro sistema de trocas entre o agente e o objeto de pesquisa: enquanto pesquisador procurava entender as interações do pesquisado, este também procurava tentar compreender o pesquisador, para deste tirar algum proveito. E passei a perceber este fato principalmente quando era procurado por algum pescador para auxiliá-lo com a revisão de algum cálculo previdenciário, com o acompanhamento de reuniões do grupo com a Colônia de Pescadores de Manaus, ou com a possível intercessão do pesquisador junto ao Governo do Estado do Amazonas em relação às futuras ações do Prosamim na área em que residem. Percebia que o grupo acredita que esta pesquisa possui um valor científico para convencer o governo de que as famílias de pescadores não devem ser retiradas do local.

Além do “valor científico” que o grupo pesquisado acredita possuir a pesquisa, para seu embate com a demanda política, esta pesquisa também possui uma relevância que deve ser observada: as características peculiares deste grupo, que mesclam as tradições com as modernidades, geram uma identidade ao pescador que ainda não é reconhecida juridicamente. Para a Previdência Social, existem o *Pescador Artesanal* e o *Pescador Comercial*. E o grupo pesquisado, de acordo com suas próprias narrativas, muitas vezes possui dúvidas quanto às suas classificações oficiais. Ocorre, no entanto, que a Sociologia já tem estudado e classificado estas novas configurações de pescadores, chamando-os de *pescadores citadinos ou monovalentes*. Tal conceito ainda não foi incorporado à classificação previdenciária, até mesmo por conta dos poucos

estudos ainda realizados sobre o mesmo. E esta pesquisa tende a contribuir no acréscimo de estudos relacionados a este tipo de pescador.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Entre Deus e o Diabo: mercado e interações humanas nas ciências sociais**. São Paulo: FEA-USP, 2004.
- AMAZONAS, GOVERNO DO ESTADO. **Histórico do Prosamim**. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/historico-do-prosamim>. Acesso em 24 de fevereiro de 2012.
- AUGE, M. **Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1992.
- BANKS, M. **Ethnicity: anthropological constructions**. Londres, Routledge, 1996.
- BARBOSA, S. **Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ**. Campinas: NEPAM / UNICAMP, 2004.
- BARROS, A. et al. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade Inaceitável**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, 2000.
- BARTH, F. **Etnicidade e o Conceito de Cultura**. Tradução de: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Antropolítica. Nº 19. 2º semestre 2005.
- _____. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: LASK, T.(Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas - Fredrik Barth**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. P. 25-67, 2000.
- _____. **Ethnic groups and boundaries**. Londres: G. Allen A. Unwin, 1969
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **Aprendendo a pensar com Sociologia**. São Paulo: Zahar, 2010.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva – Política, tradição e Estética na Ordem Social Moderna**, 2ª Edição, Editora UNESP, São Paulo, 1997.
- BENDIX, R. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BEZERRA, B. **Conflito Social a importância de uma visão holística**. Trabalho apresentado no quarto encontro nacional da ANPPAS. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT14-186-39-20080508095042.pdf> . São Paulo, 2009.

BONDUKI, N; ROLNIK, R. **Formação da Periferia da Grande São Paulo: elementos para sua análise.** São. Paulo: FAU/USP, 1978.

BOURDIEU, P; WACQUANT, L. **Um convite à sociologia reflexiva.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITO, F. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles.** Estudos Avançados, 57, USP, 2006.

_____. **Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório.** In: CARLEIAL, ADELITA (org.). Transições migratórias. Fortaleza: Iplance, 2002.

_____. **Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza.** Revista Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, jan. 2006.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas.** São Paulo, Edusp, 1998.

CARAPINHEIRO, G. **A globalização do risco social.** In: SANTOS, B.S. (org). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Os (des)caminhos da identidade.** Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 15 número 42, 1976.

CARVALHO, A. **Na proa da canoa: identidade e seguro desemprego entre pescadores do Amazonas.** Dissertação de Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS, 2002.

CARVALHO, J. & WONG, L. **O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Revista Brasileira de estudos Populacionais, Vol. 23 nr. 01, 2006.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

COHEN, A. **Urban ethnicity.** Londres: Tavistock, 1974.

CRESPO, A. **A pobreza como um fenômeno multidimensional.** RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, 2002.

CUNHA, M. **Etnicidade.** in: **Antropologia do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIEGUES, A. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Pesca construindo sociedades. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

ELETRONORTE. **UTE Mauá 30 anos (1973 – 2003)**. Brasília: Senado, 2003.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 1996.

FRAXE, T. **Cultura cabocla ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004

_____. **Os sistemas agrícolas tradicionais no Amazonas e a agroecologia: um encontro de saberes**. In: 61º Reunião Anual da SBPC, 2009, Manaus: Anais/Resumos da 62ª Reunião Anual da SBPC, 2009.

_____. **Homens anfíbios: uma etnografia do campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2010

FREITAS PINTO, R. **O migrante rural e a reconstrução da identidade do imaginário na cidade**. In: Cidade de Manaus: visões interdisciplinares. Manaus: EDUA, 2003.

_____. **Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional**. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, nr. 06, 1992.

FUNDAÇÃO REDE AMAZONICA. **Bairros de Manaus: Mauzinho**. Disponível em www.fundacaoredeam.com.br. Acesso em 12 de agosto de 2011.

FURTADO, L. **Características gerais e problemas da pesca Amazônica no Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, 1990.

_____. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. São Paulo: Editora Estampa, 1977.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1973

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S.: **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

GIDDENS, A. **As Conseqüências modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Mundo em descontrole**, Editora Record, São Paulo, 2000.
- GOBBI, M. **Formulação de um modelo matemático do efeito de efluentes térmicos em rios e suas implicações para a legislação ambiental brasileira**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, vol. 08, n. 1, 2003.
- GOFFMAN, E. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978.
- GRANDIN, G. **Fordlandia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- GUILLAUMET, J. **Os sistemas agrícolas da ilha do Careiro**. Revista Amazoniana, vol. 12, pags 527 – 550. Kiel, 1993.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HARRIS, M. **Life in the Amazonas: the anthropology of a Brazilian peasant village**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HAVILAND, W. *et al.* **Princípios de Antropologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence(Org). **A Invenção das Tradições**, 3ª Edição, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- INGERSOLL, R. **Sprawltown: Looking for the City on its Edges**. New York: Princeton Architectural Press, 2006.
- INFANTE VIEIRA, M. **Peixes de água doce**. São Paulo: Ediouro, 1998
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Análise preliminar dos dados obtidos no Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- ISAAC, V. J. & BARTHEM, R. **Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Zoologia. 11(2): 295-339. 1995.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Vozes, 2001.
- KUHN, E. **Terra e água: territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. Dissertação de mestrado. Salvador: IGC-UFBA, 2009.
- KUNDERA, M. **A insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LEVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: ANT-UNB, 2002.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. In: Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1999.

LOURENÇO, A. & CUNHA, K, **Ex-Emigrante: Síndrome do Regresso**. Reportagem do Jornal Folha de São Paulo veiculada em 15/01/2012. Disponível em: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/03/10/ex-emigrante-sindrome-do-regresso>. Acesso em 01 de Fevereiro de 2013.

MALDONADO, S. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MANAUS, PREFEITURA MUNICIPAL. **Bairros e Zonas Administrativas de Manaus**. Disponível em www.manaus.am.gov.br. Acesso em 17 de dezembro de 2011.

MARCUS, G. **Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial**. In Revista de Antropologia, São Paulo, v.34, 1990.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livros 1 a 3. Vol. I a VI. São Paulo: DIFEL, 1985.

MEAD, G. **Mind, Self, and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MENEZES, J. **Regime patrimonial em terrenos de marinha**. São Paulo: Revista Jus Navegandi, nr. 55, 2003.

MORAES, A. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990

MOREIRA, H *et al.* **O Seguro Defeso do Pescador Artesanal: políticas públicas e o ritmo das águas na Amazônia**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT9-Helane-Moreira.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2012.

NAIME, R. **Impacto de termelétricas**. Revista Ecodebate: cidadania e meio ambiente. Vol 04, nr 01, 2010.

NAKAGAWA, E. **A Síndrome do Regresso**. São Paulo: Boletim de Psiquiatria da Unifesp, vol. 10, 2010.

NAZARETH, T. **Manaus: crescimento populacional e migrações nos anos 90**. Artigo apresentado no VII Encontro Nacional sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realizado de 10 a 12 de outubro de 2011 em Curitiba-PR.

_____. **Pobreza e acesso a programas de transferência de renda na periferia de Manaus: o caso do bairro Mauzinho**. Trabalho apresentado no 13º

Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica de Cidadania, BIEN. São Paulo, 2010.

NEWTON, I. **Princípios matemáticos da filosofia natural**. Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbekian, 2008.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, J. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Comissão Tripartite de Zonas Francas: solução frente à crise**. Managua: OIT, 2009.

PAZ, O. **A América Latina e a democracia, a tradição antimoderna**. In: Tempo Nublado. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: **Retrato da pobreza na região norte: um dossiê**. Brasília: PNUD, 2000.

RAMALHO, C. N. **Na busca dos mares dos direitos e da sustentabilidade: mulheres pescadeiras e participação política em Pernambuco (1970-1990)**. Recife, 2009

REMAN – PETROBRAS. **Relatório das condições sociais e econômicas no entorno da Refinaria de Manaus**. Manaus: Reman, 2008.

RICOEUR, P. **O Conflito das Interpretações: Ensaio de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RIOS, J. **O que é e como surgiu a sociologia rural**. Recife: Revista Ciência & Tropic, vol 07, 1979.

RIST, G. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madri: Los Libros de la Catarata, 2002

ROCHA, M. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

ROVERE, E. **Estudos de Petróleo e Gas: plataformas marítimas**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos do PIS, 2011.

RUFFINO, M. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

- _____. **Guerra dos Lugares**. São Paulo: Editora Folha de São Paulo, 1999.
- SCHERER, E. **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. São Paulo: Garamond Universitária, 2006.
- _____. **O desafio da inclusão na Amazônia Ocidental**. Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação, n. 2, vol. 3, UNAMA, Belém, 2002.
- _____. **Questão social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.
- _____. **O defeso e a defesa do meio ambiente**. Trabalho apresentado no 2º Encontro ANPPAS. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/elenise_scherer.pdf. Acesso em 21 de dezembro de 2012.
- SCHORNER, A. **Periferia: pensando um conceito**. São Paulo: Edições USP / Fundação Vanzolini, 2010.
- SCHWEICKARDT, K. **As diferentes faces do estado na Amazônia: etnografia dos processos de implantação e criação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio rio Juruá**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- SCOTT, J. **Sociologia: conceitos-chave**. São Paulo: Zahar, 2006.
- _____. **50 grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SEIFERTH, G. **A dimensão cultural da imigração**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 26 n. 77, 2011.
- SENADO FEDERAL. **Pronunciamento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) em 30 de outubro de 2007. Texto Integral**. Disponível em www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=370820. Acesso em 06 de março de 2013.
- SERAFICO, M. **O empresário local e a zona franca de manaus: reprodução social e globalização econômica**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009.
- SERAFICO, J & SERAFICO, M. **A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Revista Estudos Avançados, nr. 19. 2005.
- SILVA, A. **Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil**. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi vol. 6, n. 1, p. 141-163, 2011.
- SILVA FILHO, J. F. **A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**, in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980

SOUSA SANTOS, B. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2012.

SPECK, J. **Suburban Nation: The Rise of Sprawl and the Decline of the American Dream**. New York: North Point Press, 2000.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VAINER, C. **Deslocamentos Compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório**. In: CARLEIAL, Adelita Neto (org.) Transições Migratórias. Fortaleza, Edições Iplance, 2002.

_____. **Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade**. in Cruzando Fronteiras Disciplinares, um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Editora Revan / FAPERJ, 2005

VALLE, M.I. **Globalização e reestruturação produtiva: um estudo da produção offshore em Manaus**. Manaus: EDUA, 2007.

VAN WYLEN & SONNTAG. **Fundamentos da termodinâmica clássica**. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.

VARGAS, V. **Participação política das mulheres no século que começa**. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia. Ano III, n. 2, 2009.

VERISSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. São Paulo & Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia, 1895.

WACQUANT, L. **Seguindo Pierre Bourdieu no campo**. Revista Sociologia Política, Curitiba: UFPR, 2006.

WITKOSKI, A (org). **A pesca na Amazônia central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: EDUA, 2009.

_____. **Terras, florestas e águas de trabalho**. São Paulo: Annablume, 2010.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WUNENBURGER, J. **A Razão Contraditória, Ciências e Filosofias Modernas: O Pensamento do Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

YPIRANGA MONTEIRO, M. **O pescador**. Manaus: EDUA, 2012.

ZANOTTA MACHADO, L. **Tradição e modernidade no futuro da América Latina.**
Brasília: UNESCO, 1988.